



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Márcia Moreno

**Impacto da implementação da Base Nacional  
Comum Curricular nas práticas pedagógicas  
dos professores no Brasil**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Márcia Moreno

**Impacto da implementação da Base Nacional  
Comum Curricular nas práticas pedagógicas  
dos professores no Brasil**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Ciências da Educação  
Área de especialização em Desenvolvimento Curricular e Avaliação

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Prof. Doutor José Carlos Morgado**

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas às regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### *Licença concedida aos utilizadores deste trabalho*



Atribuição  
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida, por me permitir errar, aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e tolerância, por Seu infinito amor, pela Sua voz “invisível” que não me permitiu desistir.

À minha amada mãe pelas suas orações e desejo para que eu obtenha sucesso em todos os meus projetos de vida. Só tenho a agradecer pelo amor incondicional.

Agradeço ao Professor Doutor José Carlos Morgado, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Pelo saber que transmitiu e total colaboração no solucionar de dúvidas. Acima de tudo, obrigada por estimular o meu interesse pelo conhecimento e pela vida acadêmica. Tens toda minha admiração e respeito.

A todos os professores do Curso de Mestrado em Ciências da Educação - área de especialização em Desenvolvimento Curricular e Avaliação - pelos conhecimentos partilhados.

À diretora e aos colegas professores da Escola onde decorreu o estudo, que por questão de proteção de dados designamos por Escola Verde, por se situar na cidade de Lucas do Rio Verde – MT / Brasil, pelo contributo que deram a este trabalho através das entrevistas concedidas e da partilha de conhecimentos.

À minha tia Rosângela Aparecida Alves, que sempre acreditou em meu potencial, me incentivando com palavras de otimismo e carinho.

Por fim, agradeço de maneira especial à minha grande amiga Caroline Maria de Fátima de Andrade, pelo profundo apoio de sempre, por me estimular nos momentos mais difíceis. Obrigada por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em todos os meus projetos. Sem seu incentivo e ajuda nada disso seria possível. Obrigada por todos esses anos de uma amizade tão plena. A você, “minha pessoa”, todo o meu amor e gratidão.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio, nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração. Declaro ainda que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **Impacto da implementação da Base Nacional Comum Curricular nas práticas pedagógicas dos professores no Brasil**

### **RESUMO**

O trabalho que a seguir se apresenta enquadra-se no Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Desenvolvimento Curricular e Avaliação, e desenvolveu-se em torno do currículo nacional no Brasil, corporizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Partindo do pressuposto de que se trata de uma referência nacional para a (re) formulação dos *currícula*, anunciada pelo Ministério da Educação (MEC) como uma medida de política curricular com a finalidade de melhorar a qualidade da educação brasileira, o estudo que desenvolvemos teve como principais objetivos analisar os efeitos que a implementação da BNCC gerou ao nível das práticas pedagógicas nas instituições escolares e averiguar como é que os professores reagiram às mudanças implementadas nesse processo. A pesquisa que desenvolvemos, de caráter qualitativo, abarca o ano de 2019, período em que os estados adequaram os seus currículos à BNCC, as escolas ajustaram os seus projetos pedagógicos e os professores se viram confrontados com a necessidade de responder às mudanças propostas.

Os resultados obtidos permitiram constatar que se, por um lado, não podemos ignorar o papel fundamental que os professores desempenham para que as novas diretrizes da educação se concretizem no interior das escolas e das salas de aula, com os efeitos positivos que daí podem resultar ao nível das aprendizagens dos alunos, por outro, tornou-se visível à falta de condições para que o processo fosse implementado de acordo com o que tinha sido idealizado, sendo de destacar a carência de recursos didáticos e certa falta de empenho do MEC no desenvolvimento de uma estratégia de formação continuada que preparasse pedagogicamente os professores para uma implementação eficaz da BNCC.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; Currículo; Práticas Pedagógicas.

## **Impact of implementation of the National Common Curricular Base in teachers' pedagogical practices in Brazil**

### **ABSTRACT**

The following work is part of the Master of Science in Education, specialization in Curriculum Development and Assessment, and was developed based on the National Curriculum in Brazil, embodied by the National Common Curricular Base (BNCC). Based on the assumption that this is a national reference for the (re) formulation of *curricula*, announced by the Ministry of Education (MEC) as a measure of curricular policy, aiming to improve the quality of Brazilian education, the study we developed had as main objectives to analyze the effects that the implementation of the BNCC had on the level of the pedagogical practices in teaching institutions and to find out how teachers reacted to the changes implemented in this process.

The research that we developed has a qualitative character, covering the year of 2019, the period in which the states adapted their *curricula* to the BNCC, schools adjusted their pedagogical projects and teachers were faced with the need to respond to the proposed changes.

The results obtained showed that, on the one hand, we cannot ignore the fundamental role that teachers play in making the new education guidelines effective within schools and classrooms, with the positive effects that may result to students' learning process, on the other hand, it became evident the lack of conditions for the process to be implemented according to what had been intended, highlighting the lack of didactic resources and a certain lack of commitment by MEC in the development of a continued education strategy that would pedagogically prepare teachers for an effective implementation of the BNCC.

**Keywords:** Common National Curricular Base; Curriculum; Pedagogical practices

## Índice

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I .....	4
PROBLEMÁTICA E OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO .....	4
1.2. Questões de investigação .....	7
1.3. Objetivos da investigação .....	8
CAPÍTULO II.....	9
EDUCAÇÃO NO BRASIL: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS .....	9
2.1. Políticas curriculares.....	10
2.2. Contexto curricular.....	14
2.3. Contexto histórico da Educação no Brasil.....	18
2.4. Contextualização sobre a concepção da BNCC .....	26
CAPÍTULO III.....	30
A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR NA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC .....	30
3.1. Prática <i>versus</i> Práxis .....	30
3.2. Práticas pedagógicas .....	32
3.3. O professor como agente da prática pedagógica.....	34
3.4. Formação continuada .....	38
3.5. A formação continuada na BNCC .....	41
CAPÍTULO IV .....	46
ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	46
4.1. Contextualização e abrangência do estudo .....	46
4.2. Natureza do estudo .....	47
4.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	48
4.4. Técnicas de tratamento e análise de dados.....	49
4.4.1. Análise de conteúdo .....	50
4.5. Questões éticas de investigação .....	52
CAPÍTULO V .....	54
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	54
5.1. Perfil profissional dos inquiridos .....	54
5.2. Construção e divulgação da BNCC.....	55

5.3. Formação de professores .....	58
5.4. Implementação da BNCC .....	63
5.5. Efeitos decorrentes da implementação da BNCC .....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
ANEXOS/APÊNDICES .....	83
Anexo 1. Guião da entrevista aos professores .....	83
Anexo 2. Súmula das principais ideias dos entrevistados.....	85
Anexo 3. Transcrição da entrevista P1.....	102
Anexo 4. Transcrição da entrevista P2.....	106
Anexo 5. Transcrição da entrevista P3.....	109
Anexo 6. Transcrição da entrevista P4.....	112
Anexo 7. Transcrição da entrevista P5.....	116
Anexo 8. Transcrição da entrevista P6.....	120
Anexo 9. Transcrição da entrevista P7.....	124
Anexo 10. Transcrição da entrevista P8.....	128
Anexo 11. Transcrição da entrevista P9.....	132
Anexo 12. Transcrição da entrevista P10.....	136
Anexo 13. Transcrição da entrevista P11.....	139
Anexo 14. Transcrição da entrevista P12.....	142
Anexo 15. Transcrição da entrevista P13.....	145
Anexo 16. Transcrição da entrevista P14.....	149
Anexo 17. Transcrição da entrevista P15.....	152

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MT – Mato Grosso

P1 – Professor 01

P2 – Professor 02

P3 – Professor 03

P4 – Professor 04

P5 – Professor 05

P6 – Professor 06

P7 – Professor 07

P8 – Professor 08

P9 – Professor 09

P10 – Professor 10

P11 – Professor 11

P12 – Professor 12

P13 – Professor 13

P14 – Professor 14

P15 – Professor 15

PCN – Parâmetro Curricular Nacional

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação.

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROUNI - Programa Universidade para Todos.

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SISU- Sistema de Seleção Unificada.

UNDIME- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

*As coisas tangíveis tornam-se insensíveis à palma da mão.*

*Mas as coisas findas muito mais que lindas essas ficarão.*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

## INTRODUÇÃO

Após a homologação da Base Nacional Comum Curricular em 2017, pelo Ministério da Educação, passou ser tarefa das redes e instituições de ensino garantir que o documento fosse levado às salas de aula e implementado. Essas decisões contribuíram para que 2018 e 2019 fossem anos decisivos para adequação dos currículos, a formação continuada de professores e a revisão de material didático.

No entanto, sabemos que uma organização curricular deve ser sempre entendida a partir das transformações sociais, da “produção histórica intencional” (Sanfelice, 2008, p.1) e, também, pela maneira de interpretar as teorias, ou seja, uma escola ao elaborar o seu currículo – projeto político pedagógico – deve ter, não só, como fundamento, uma teoria que ofereça bases ao documento, mas o entendimento dessas teorias por parte de todos os agentes responsáveis por concretizar esse currículo na prática. Essa ação vai depender dos estudos da teoria que orienta o trabalho, e da concepção de educação pelo coletivo da escola. Daí Silva (2007, p. 17) afirmar que “Os conceitos de uma teoria organizam e estruturam nossa forma de ver a ‘realidade’. Assim, uma forma útil de distinguirmos as diferentes teorias do currículo é através do exame dos diferentes conceitos que elas empregam”.

Acontece que, apesar da importância do currículo nacional e do facto de ter sido historicamente discutido em fóruns educativos, sendo, por isso, reconhecido como uma política que garante a igualdade de acesso a uma educação de qualidade de âmbito nacional, constata-se que o processo de concepção e implementação da BNCC, como aponta Santos (2016, p. 6), “não resulta, portanto, de uma demanda das escolas ou de um entendimento prévio das necessidades da educação escolar”, sobretudo por não ter havido uma participação expressiva dos agentes responsáveis por pensar e colocar em prática esse currículo, ou seja, os professores. As “vozes” e as realidades desses profissionais foram ignoradas. Como salienta Libâneo (2006, p. 72), observa-se com frequência “que as políticas educacionais não estão a serviço das escolas e dos professores, não decorrem das necessidades e demandas efetivas da realidade das escolas e dos alunos”. Dessa forma, por acreditar que essa política, transformada em documento curricular, provoca impactos nas salas de aula e nas práticas cotidianas dos professores é que desenvolvemos esta

investigação, procurando compreender como é que esses profissionais se estão a sentir perante todas essas mudanças.

O interesse por este tema investigativo é o fato de ser concomitante com o momento, uma vez que o ano de 2019 foi o período destinado à formação contínua dos professores, com foco nos estudos e entendimento da BNCC. Portanto, este estudo consubstancia-se a partir de um conjunto de efeitos que a implementação gerou, e está a gerar, e que se refletirá nas práticas pedagógicas dos professores na sala de aulas. Além disso, para a garantia efetiva de um currículo na prática, é necessário desenvolver diferentes espaços de discussões nas redes de ensino e nas escolas, o que nos motiva para tentar compreender, junto desses profissionais, como está a decorrer todo esse processo.

Sendo assim, a organização desta investigação foi realizada de modo a incorporar uma fundamentação teórica, um enquadramento metodológico e um estudo empírico que nos permitiu ouvir os professores.

Passando agora a uma descrição mais minuciosa, cumpre-nos referir que no Capítulo 1 clarificamos a problemática da investigação e apresentamos os objetivos que pretendemos concretizar com a realização do estudo.

No Capítulo 2, procurando uma melhor sustentação argumentativa, efetuamos um breve estudo sobre cada período do sistema educacional brasileiro e suas diversas transformações ao longo da história. Quais e como foram criados os documentos normativos que regem as políticas educacionais e de que maneira influenciaram as diretrizes da educação até os dias atuais. Além disso, realizámos algumas considerações e definições sobre o conceito de currículo, à luz das ideias de diversos teóricos, uma vez que diferentes autores enumeram de distintas formas as várias teorias curriculares. No Capítulo 3, discorreremos sobre a importância do professor no processo de desenvolvimento curricular para lançar um olhar ao seu papel na implementação da BNCC, uma vez que o objetivo principal deste estudo era verificar quais foram os efeitos desse processo e se era possível mensurar algum impacto no sistema educacional brasileiro, após o período de implementação da BNCC. Além disso, abordamos neste estudo, conceitos sobre a formação contínua de professores, sendo este um dos pontos centrais da BNCC e, conseqüentemente, desta investigação.

No Capítulo 4, detalhamos quais foram os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa, fazendo referência a três segmentos que considerámos

fundamentais: a caracterização dos participantes no estudo, as técnicas e instrumentos de recolha de dados que utilizámos e as técnicas de tratamento e análise dos dados recolhidos.

Por fim, no Capítulo 5 procedemos à apresentação, análise e interpretação dos dados recolhidos, terminando o trabalho com algumas considerações finais sobre o estudo.

Importa destacar que, para se chegar às respostas sobre as indagações que motivaram esta pesquisa, optámos pelo uso de uma metodologia qualitativa, uma vez que esse método trouxe uma boa contribuição para o avanço do conhecimento em educação, permitindo compreender melhor os processos escolares, de aprendizagem, de relações, processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, o cotidiano escolar em suas múltiplas implicações e, principalmente, as formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas. Todo esse conjunto de possibilidades para estudos de problemas em educação ampliou o universo epistemológico da discussão dos factos educacionais, e permitiu, pelas novas posturas assumidas, um envolvimento mais profundo dos pesquisadores com as realidades investigadas, permitindo o reconhecimento de uma relação mais próxima entre pesquisadores e pesquisados, criando um compromisso maior com as necessidades e possibilidades de melhorias sócio-educacionais, por meio de intervenções diretas nas realidades pesquisadas, ou pelo envolvimento nos debates e na formulação das políticas educativas. Posto isto, o processo utilizado na recolha de dados ocorreu por intermédio de entrevistas, realizadas a um grupo de quinze professores que lecionam numa escola pública de um município no Brasil. O recurso a estes docentes justifica-se, uma vez que são os agentes responsáveis por colocar em prática esta nova diretriz da educação brasileira.

Por fim, utilizamos a análise de conteúdo, uma vez que essa metodologia de pesquisa é usada para descrever e interpretar o conteúdo, conduzindo a descrições sistemáticas que ajudam a reinterpretar as mensagens e a melhorar a compreensão dos seus significados, num nível que vai para além de uma leitura comum. Por isso, a análise de conteúdo faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui mais do que uma simples técnica de análise de dados, pois representa uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. Sendo assim, depois de efetuada a análise e interpretação dos dados recolhidos, chegamos à identificação dos principais efeitos gerados através desta nova proposta curricular e que, de forma mais ou menos direta, influenciam as práticas pedagógicas dos professores na sala de aulas.

## CAPÍTULO I

### PROBLEMÁTICA E OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

A escolha da temática desde trabalho surgiu devido à participação que tive no encontro regional para sistematização das contribuições da consulta pública da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) <sup>1</sup> – proposta curricular do território mato-grossense. Nessa ocasião, foi feita a adequação do currículo do estado ao documento, o que gerou muitas discussões em torno dos desafios propostos por estas mudanças. Daí a pertinência e o interesse em fazer uma investigação sobre os possíveis efeitos que o processo de implementação da BNCC pode gerar nas práticas pedagógicas dos professores, uma vez que, perante as exigências que a nova proposta curricular coloca, importa compreender que alterações a mesma tem provocado nas escolas, em particular nas salas de aulas.

Embora, nos últimos tempos, o Brasil tenha vivido inúmeras transformações de âmbito educacional, neste momento o maior desafio é a implementação de um currículo nacional, sobretudo se for construído e implementado de forma democrática, o que terá grande relevância para as escolas e para os educadores de todas as regiões do país. Além de a sua implementação ser obrigatória, ela norteia a elaboração dos currículos estaduais, uma vez que define o que é essencial para os alunos, com o intuito de garantir equidade e igualdade na organização e concretização dos processos de ensino-aprendizagem.

A formulação da BNCC, sob a coordenação do MEC, contou com a participação do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), e segundo os organizadores ela foi criada com o objetivo de promover a equidade por meio de uma formação integral do cidadão. Destaca-se que, quando se fala de uma educação completa, se pensa não só no desenvolvimento intelectual, mas também nas dimensões social, física, emocional e cultural, reconhecidas como fundamentais quer para a construção do saber, quer para o desenvolvimento pleno de cada indivíduo. Com base nas aprendizagens essenciais para garantir uma formação integral, foram estabelecidas dez competências. Estas servem de norte para o trabalho das escolas e dos professores em todos os anos e componentes curriculares. Além disso, vale ressaltar também que a proposta é fazer com que todo o país fale a mesma língua, por meio de uma

---

<sup>1</sup> Dados obtidos como membro da Equipe Técnica no Encontro Regional para Sistematização das Contribuições da Consulta Pública da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Proposta Curricular do Território Mato-Grossense. CEFAPRO / Sinop (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica) e SEDUC (Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso) – Cuiabá / MT – Brasil, 2018.

estrutura única baseada em habilidades e competências. A ideia, de forma geral, é que o aluno passe a aprender prioritariamente para a vida, e não exclusivamente para realização de avaliações.

Por se tratar de um documento consideravelmente novo, já que sua elaboração foi iniciada em 2015, a concepção e implementação da BNCC tem gerado muitas dúvidas e uma acesa controvérsia. Prevê-se que esta fase dure pelo menos dois anos até que todos os estados e cidades adaptem o currículo de acordo com o que é estipulado no documento. Assim, todas as escolas, tanto públicas como privadas, devem modificar as suas propostas curriculares, tendo em conta os desígnios previstos na BNCC (2017). É nesse sentido que se espera que a BNCC (2017, p. 8);

(...) ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação.

No entanto, o maior desafio não é apenas a implementação dos currículos estaduais e municipais, mas a preocupação com os principais atores educativos, responsáveis por gerar mudanças efetivas nas salas de aula – os professores. Não podemos ignorar o papel essencial que os professores desempenham para que as novas diretrizes da educação se concretizem no seio das salas de aula e tenham efeitos positivos nas aprendizagens dos alunos. Afinal, a mudança é um processo que exige um árduo trabalho de (des)construção e (re)construção, onde todos os atores envolvidos se devem dedicar.

Por isso, tendo em conta o que acabamos de referir, constatamos que aquilo que mais impulsiona este processo de investigação é a expectativa de averiguar quais os efeitos, e prováveis impactos, que todas essas mudanças geram no dia-a-dia da sala de aulas, em particular no trabalho desenvolvido pelos professores. Importa lembrar que a ideia não é apenas mudar, mas mudar por via da inovação, o que consigna aos professores o principal protagonismo nessa ação. Como assinala Nóvoa (1995, p. 19):

A profissão docente exerce-se a partir da adesão coletiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores. No princípio do século XX, este “fundo comum” é alimentado pela crença generalizada nas potencialidades da escola e na sua expansão ao conjunto da sociedade. Os protagonistas deste desígnio são os professores, que vão ser investidos de um importante poder simbólico. A escola e a instrução encarnam o progresso: os professores são os seus agentes. A época de glória do modelo escolar também é o período de ouro da profissão docente.

É importante salientar que a implementação da BNCC começou em 2018 e a intenção é que, até 2020, passe por todas as etapas: (re)elaboração dos currículos estaduais e projetos pedagógicos das escolas, revisão de materiais didáticos e formação de professores.

Assim, verifica-se que o principal objetivo dessa nova diretriz educacional é a melhoria da qualidade do ensino no Brasil. Todavia, isso não se garante exclusivamente por parâmetros de igualdade. É preciso, também, promover equidade, oferecendo condições adequadas. Convém lembrar que promover a equidade supõe reconhecer que as necessidades são diferentes em cada situação o que implica orientar o planejamento e a ação curricular e didático-pedagógica para a inclusão de todos e a superação das desigualdades. Acontece que, num país como o Brasil, marcado por acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, esse é um compromisso que radica num grande desafio. Embora no documento (BNCC, 2017, p. 16) seja evidente essa preocupação, ao determinar que os currículos “devem adequar as proposições da BNCC à realidade local”, considerando não só “a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos”, o facto é que pensar a educação em termos de equidade significa fazer da escola um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva para todos, considerando as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, bem como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais e, principalmente, as especificidades de cada contexto educativo. Este não é um compromisso apenas da escola, uma vez que deve ser compartilhado na rede, ou seja, no sistema de ensino, para que se ofereçam as condições necessárias à aprendizagem de todos. Para que isso seja viável, são necessárias práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular com o intuito de reverter à situação de exclusão histórica que marginaliza determinados grupos. Por outras palavras, é no cotidiano escolar que se garantirão as aprendizagens a que todos os alunos têm direito. Nesse contexto, a BNCC, os currículos e os projetos políticos pedagógicos devem ser reconhecidos como instrumentos a serviço da melhoria da qualidade educacional.

Em suma, os desafios são muitos, o que torna pertinente verificar se, com o tempo escasso dos professores durante a sua jornada de trabalho, foram possíveis as discussões e a apropriação dos materiais relativos às novas diretrizes da educação. Além disso, importa saber se a Secretaria de Estado de Educação do Estado (SEDUC), o Centro de Formação e Atualização dos Profissionais (CEFAPRO) da Educação Básica do Mato Grosso e os próprios gestores se encontram preparados para liderar esse processo nas escolas. O mesmo se passa com a classe docente, uma vez que o papel do professor é decisivo na implementação dos currículos, devendo ser visto como imprescindível na aprendizagem dos estudantes. Por isso,

é inevitável a implementação da formação continuada, uma vez que a BNCC prevê o recurso a metodologias mais ativas. Apesar de se tratar de uma temática nova para muitos educadores, a verdade é que necessita de ser incorporada nas suas rotinas em sala de aula. Desta forma, os anos de 2019 e 2020 serão importantíssimos para se verificar de que forma o currículo será colocado em prática nos projetos pedagógicos que se concretizam na sala de aula.

### **1.1. Problema de investigação**

Como acabamos de referir, este estudo foi delineado com o intuito de averiguar quais as principais mudanças que a implementação da BNCC provocará nas escolas, em particular ao nível das práticas pedagógicas que se desenvolvem nas salas de aulas. Assim, a problemática desta investigação surge associada à seguinte questão de partida:

*Quais os principais efeitos da BNCC nas práticas pedagógicas dos professores na sala de aulas?*

### **1.2. Questões de investigação**

Tratando-se de um assunto que gera inquietações, com o objetivo de apurar o sentido do nosso estudo, identificamos algumas dessas preocupações nas seguintes questões de investigação:

- Como é que os professores estão a implementar as mudanças sugeridas pela BNCC nas suas práticas pedagógicas?
- Será que os professores possuem formação para estruturarem processos de ensino-aprendizagem que contribuam para que os alunos desenvolvam as competências e as habilidades previstas na BNCC?
- Quais têm sido as dificuldades com que os professores se deparam na implementação da BNCC?
- Quais as principais mudanças ao nível das estratégias e metodologias utilizadas nas aulas, na sequência da implementação da BNCC?

No fundo, pretendemos obter respostas para as questões apresentadas, o que nos permitirá verificar quais serão os principais efeitos que resultam da implementação da BNCC nas práticas pedagógicas dos professores.

### **1.3. Objetivos da investigação**

A principal finalidade deste trabalho é a realização de um estudo sobre os desafios que os professores enfrentam atualmente, as principais mudanças que os mesmos provocam, os possíveis efeitos que têm nas práticas quotidianas dos professores e como é que eles têm reagido a todo esse processo. Para concretizar tais propósitos, delineámos os seguintes objetivos:

- Verificar se a BNCC se adequa ao currículo do estado e ao projeto político pedagógico da escola onde decorre o estudo;
- Averiguar se os professores consideram que possuem formação para implementar a BNCC, cumprindo os propósitos que a mesma veicula;
- Identificar as principais mudanças ao nível das práticas docentes, no decurso da implementação da BNCC;
- Detetar quais as principais inquietações e dificuldades dos professores na implementação da BNCC;
- Observar quais são suas perspectivas em relação ao futuro da educação no país;
- Inventariar propostas de melhoria sugeridas pelos professores.

## CAPÍTULO II

### EDUCAÇÃO NO BRASIL: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

Quando se delimita um problema, com a intenção de realizar um estudo, é de extrema importância recolher informações pertinentes sobre a temática em análise, procurando encontrar respostas para as questões de investigação delineadas.

Para que o estudo tenha viabilidade e validade científica faz-se necessário fundamentá-lo em termos teóricos e empíricos. Essa fundamentação, para além de ajudar a deslindar alguns conceitos essenciais, permite aproximar-nos do que, no domínio da temática em análise, se tem realizado em termos de investigação. Como determina Ruiz (2009, p. 57):

Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer a maneira de atividade exploratória, quer para o estabelecimento de *status quaestionis*, quer para justificar os objetivos e contribuições da própria pesquisa.

Os aspetos que acabamos de referir são corroborados por Marconi e Lakatos (2010, p. 142), uma vez que consideram que “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados” se reveste de grande importância, já que disponibiliza “dados atuais e relevantes relacionados ao tema”.

Para a elaboração desse estudo desenvolvemos uma análise aprofundada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como de outros documentos oficiais que foram tidos em conta durante a sua elaboração, tais como a Lei de Diretrizes e Bases / 9394/96 (LDB), a Constituição da República Federativa do Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Referenciais Curriculares e o Documento de Referência do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre o mesmo assunto.

As leituras desses documentos contribuíram para compreender que as políticas curriculares não se definem, nem se implementam de forma aleatória, nem tão pouco de forma repentina. Elas fazem parte de um processo mais complexo, que deve ser devidamente ponderado e contextualizado, uma vez que as políticas curriculares determinam, em grande parte, o que deve ser o currículo, entendido aqui no sentido que lhe confere Morgado (2010, p. 200): “um (des)constructo organizado em função de pressupostos sociais, económicos, políticos e culturais, veiculando um determinado conjunto de interesses, valores e princípios extraídos e selecionados da própria sociedade”. Daí a

necessidade de as políticas curriculares resultarem de um processo de reflexão e maturação que tenha em conta os anseios e as expectativas da sociedade em termos de educação.

Assim se compreende a importância dos documentos oficiais que estabelecem os referenciais curriculares que orientam o trabalho do professor – na definição da ação pedagógica concreta em sala de aula – e que foram objeto de reflexão, numa perspetiva cada vez mais intensificada no decorrer da trajetória da construção da BNCC. Convém lembrar que o currículo prescrito (Gimeno, 1988) é um documento oficial, através do qual o Estado garante que os indivíduos se escolarizam, veicula um determinado conjunto de valores e determina quais conteúdos devem ser trabalhos na escola, de modo a que os estudantes adquiram os conhecimentos previstos, desenvolvam as capacidades, competências e atitudes consideradas essenciais para aquele tempo e aquele contexto. Dessa forma se compreende a importância da BNCC, uma vez que é o instrumento que nos permite compreender até aonde se quer chegar com a educação, embora, por vezes, seja necessária uma análise mais aturada para desocultar algumas das intenções que lhe estão subjacentes.

Além do estudo dos documentos oficiais, a fundamentação que norteou este estudo baseia-se nas ideias e concepções de vários investigadores. No campo dos estudos curriculares e do contexto histórico da educação no Brasil destacam-se: Aranha (2006); Piletti (1991); Romanelli (1978); Silva (2010); Amorim (2010); Lopes (2006); Moreira (1990); Gimeno (1988/ 1991/ 1998/ 1999/2000); Pacheco (1996 / 2001); Morgado (2000); Suárez (1995); Bowe & Ball (1992); Ball (1994 / 1998/ 1999/ 2001), entre outros. Já no estudo das teorias sobre formação de professores, os principais estudiosos que alicerçam este estudo são: Pacheco e Flores (1999); Schnetzler e Rosa (1996 / 2003); Morgado (2003); Perrenoud (1999); Gadotti (2003); Morin (2010); Freire (1983); Saviani (2008), entre outros, que fortalecem e consignam sustentação aos pontos de vista defendidos. Dessa forma, nos capítulos II e III apresentaremos a sustentação teórica dos temas abordados na dissertação, à luz das ideias defendidas pelos autores acima citados, bem como os principais conceitos e elementos utilizados para subsidiar o estudo realizado.

## **2.1. Políticas curriculares**

A Base Nacional Comum Curricular considera a educação um direito e identifica as aprendizagens que todos os alunos do Brasil devem concretizar. No entanto, ainda existem

muitas dúvidas em torno da exequibilidade deste diploma de política pública e das mudanças que pode, ou não, imprimir na educação. Daí a necessidade de não esquecer que as propostas e práticas curriculares são medidas de políticas curriculares, nem sempre concretizáveis da forma como são idealizadas. Não é possível separá-las e desconsiderar suas inter-relações, uma vez que fazem parte de um processo de seleção e produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados, portanto, de culturas capazes de instituir formas de organizar o que é selecionado, tornando-o apto a ser ensinado (Lopes, 2001).

Importa, por isso, clarificar que se entende a política como o conjunto de ações, textos elaborados e divulgados por órgãos governamentais, bem como as medidas que visem a sua implementação. Daí Lopes e Macedo (2011, p. 259) afirmarem que:

No caso dos textos curriculares, escritos no que Ball, Bowe e Gold denominam contexto de produção do texto político, estamos tratando de documentos oficiais e de textos legais, mas também, entre outros, de materiais produzidos a partir desses textos, visando a sua maior popularização e aplicação.

Porém, o pragmatismo e importância das políticas curriculares não têm impedido que se veiculem a propósitos mais amplos, determinados pelas políticas educacionais. No Brasil, somente a partir da década de 1990 é que esse assunto foi ganhando visibilidade, sobretudo através da literatura acadêmica. Por isso, tem sido fora do país que se encontram pesquisadores que têm discutido com mais especificidade e profundidade essa temática. Toma-se como exemplo o argentino Suárez (1995, p. 110), que ao tratar das relações entre políticas públicas e reforma educacional afirma:

[...] a formulação e implementação de políticas curriculares não são neutras, nem muito menos são um asséptico processo de elaboração e instrumentação técnicas. No fundamental, são o resultado sintético de um (muitas vezes silenciado e oculto) processo de debate ou de luta entre posicionamentos, interesses e projetos sociais, políticos, culturais e pedagógicos opostos e, sobretudo, antagônicos. O processo de determinação dessas políticas não é, de forma alguma, unívoco, nem tampouco está isento de contradições e de tensões.

Por outro lado, o espanhol Gimeno (1998) parte do pressuposto de que as teorias curriculares são elaborações parciais, insuficientes para compreender a complexidade das práticas escolares. Por isso, propõe uma concepção processual de currículo e identifica a política curricular como elo entre interesses políticos, teorias curriculares e práticas escolares. Nessa ordem de ideias, define política curricular como “um aspecto específico da política educativa, que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornando claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm

sobre ele” (Gimeno, 1998, p. 109). Esta clarificação é importante, sobretudo porque, numa perspectiva diferente de Suárez (1995), enaltece a existência de distintas instâncias que intervêm no processo de construção e implementação das políticas curriculares. Isso ocorre à medida que reconhece as relações entre o Estado, a política educativa, o sistema educacional e as práticas pedagógicas. Não obstante, é a transposição das características do que Gimeno (1998) define como processo curricular para política curricular que contribui para a compreensão desta última. Assim, de forma análoga ao que acontece no sistema curricular, o autor (Gimeno, 1998, p. 101) considera na política curricular:

[...] as decisões não se produzem linearmente concatenadas, obedecendo a uma suposta diretriz, nem são frutos de uma coerência ou expressão de uma mesma racionalidade. Não são estratos de decisões dependentes umas de outras, em estrita relação hierárquica ou de determinação mecânica e com lúcida coerência para com determinados fins. [...] São instâncias que atuam convergentemente na definição da prática pedagógica.

Em suma, no que diz respeito às políticas curriculares destacam-se as possibilidades de ruptura existentes, o que torna evidente o caráter conflituoso e contraditório das mesmas, destacando quer a existência de decisões independentes quer de práticas convergentes, características que, em conjunto, tornam visível a existência de certas irregularidades nas relações de poder presentes nas políticas curriculares.

Embora, os autores referidos forneçam subsídios teóricos em relação à política curricular, constatamos que as definições que propõem bem como os respetivos direcionamentos, não são conclusivas nem suficientes para um entendimento cabal, perante as exigências presentes na realidade educacional contemporânea, situada num contexto em que a centralidade da cultura, bem como a ampliação do campo político e a lógica não dual requererem uma abordagem metodológica sem dicotomias e polarizações, que consiga potencializar as complexas justaposições entre o local e o global e entre os fatores económicos, políticos e culturais.

Assim se compreende que as concepções de política e de método de pesquisa em política curricular, trabalhadas por Bowe e Ball (1992) e por Ball (1997, 1998), estejam em consonância com as questões anteriormente referidas, tanto pela conceção da política curricular como processo político em construção, como pelo modo como sugerem que as pesquisas em políticas curriculares sejam realizadas.

No campo da política curricular, Bowe & Ball (1992) e Ball (1997, 1998) salientam que as pesquisas nesse campo fragmentam o processo político ao incidir ora na produção, ora na

implementação dessas políticas. Para esses autores, as pesquisas que focalizam a produção da política ficam restritas a uma dimensão macro da realidade social, silenciando as vozes dos que estão envolvidos na prática pedagógica, deixando-os à margem da política curricular. Já as pesquisas que focalizam a implementação têm uma inegável importância, sobretudo pelo seu carácter subversivo e por tornarem audíveis as vozes silenciadas, não trabalhando os condicionantes históricos dessas vozes. Como consequência, separam a produção da implementação, ou seja, a teoria da prática, e constroem uma visão linear do processo político, ainda que o mesmo se possa processar em sentido distinto: ora de cima para baixo (*top down*), ora de baixo para cima (*bottom up*).

Os autores indicam que o foco de análise das políticas educativas e curriculares devia incidir na formação do discurso político e na interpretação ativa que os profissionais, que atuam no contexto da prática, fazem para relacionar os textos da política com as práticas que desenvolvem. Isso requer que se identifiquem processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismos dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas.

Além disso, tecem críticas ao controlo estatal da política curricular, ou seja, à possibilidade de o Estado definir linearmente essas políticas, o que reforça o seu controlo. De certa forma, desconstruem a visão de que a produção política é separada, e está distante, da sua implementação, além de se realizar através de uma cadeia de implementadores legalmente definidos e que os definidores da política educacional estão distantes da realidade educacional, não conseguindo, por isso, controlá-la. Ou seja, rejeitam a concepção linear e fragmentada do processo político. Assim se compreende que Ball (1994, p. 10) afirme que “qualquer teoria decente de política educacional não deveria limitar-se à perspectiva do controle social”, pois este controle não se efetiva devido à ressignificações feitas no contexto da prática. Segundo Bowe e Ball (1992, p. 21), “as políticas são intervenções que carregam limitações e possibilidades, e as respostas a essas intervenções acontecem no contexto da prática, para quais as políticas são endereçadas”.

Os estudos sobre política curricular demonstram que a forma como o processo político ocorre resulta da combinação entre métodos administrativos, condicionantes históricos e manobras políticas, implicando o Estado, a burocracia estatal e os conflitos políticos contínuos no decorrer desse processo. A política curricular não é imposta, uma vez que é constituída por textos que, sendo processos simbólicos, são constantemente

contextualizados e recontextualizados de modo subversivo no momento da produção e da implementação. Por isso, as políticas definidas em nível nacional são significativamente modificadas a nível local. Daí a importância que o professor assume nesse processo, pois é através da circulação dos textos e discursos socialmente construídos que as políticas se legitimam e interferem nas práticas. Como afirma Ball (1994, p. 21), “o discurso engloba não somente o que pode ser dito, mas também quem pode falar e com que autoridade”.

É preciso considerar, também, que o currículo é um processo de produção e/ou (re)construção do conhecimento e da cultura escolar, que se produzem a partir de experiências de vida dos professores e dos alunos situados num determinado contexto sócio-histórico.

## **2.2. Contexto curricular**

Não se pode negar que a produção teórica no campo do currículo é imensa, com inúmeras considerações ao longo da história. Numa reflexão sobre a relação dos estudos curriculares com os projetos de escola, Pacheco e Pereira (2007, p. 02) afirmam que:

O campo dos Estudos Curriculares alicerçou-se conceptual e metodologicamente no último século a partir de contributos oriundos de diferentes ramos do conhecimento, incluindo a Filosofia, a Administração, a Psicologia, a Sociologia, a Ciência Política, a História, a Teoria da Literatura, a Fenomenologia e, recentemente, os Estudos Culturais. Se as primeiras décadas do século XX são as da génese do campo, se as décadas de 1950 e 1960 são as da institucionalização, se as décadas de 1970 e 1980 são as da (re)conceptualização, a década de 1990 corresponde à complexidade teórica.

Não podemos deixar de lembrar que as críticas à sociedade capitalista, ao longo da história do século XX, eram também dirigidas ao sistema de ensino e aos currículos tecnicistas que foram vigorando, baseados nos princípios da administração científica. Nos anos 1960, destacam-se os trabalhos de denúncia do modo de funcionamento da sociedade capitalista e do papel das instituições nesta sociedade, especialmente refletidos no papel assumido pela escola.

No centro deste debate estão presentes as questões relativas ao currículo. Vários autores, de diferentes áreas, tiveram importantes contribuições no processo de desenvolvimento curricular. Referimo-nos, especificamente, a Althusser (1980), filósofo de referência do Marxismo Estrutural, que veiculou a ideia de que a escola funciona como um Aparelho Ideológico do Estado, sobretudo pela carga ideológica que assumiram e pelo papel repressivo em termos sociais. Em idêntica linha de pensamento, Bourdieu e Passeron (1975) demonstraram que a escola era uma instituição reprodutora da própria estrutura social,

posição que se vê reforçada pelos contributos da teoria dualista proposta por Baudelot e Establet (1971), que comprovaram que a escola refletia e perpetuava os interesses da classe capitalista. Nos anos 1970, os trabalhos de Giroux, Apple e de Freire, este no Brasil, introduzem as noções de conflito, resistência e luta contra a hegemonia capitalista e seus reflexos na escola.

Já os estudiosos do campo do currículo orientados pelos fundamentos das teorias críticas sugerem uma reflexão sobre as questões pedagógicas e as questões da aprendizagem, tentando uma ligação entre o saber, o currículo, a ideologia e o poder. No domínio das teorias críticas, importa, ainda, destacar o ponto de vista de Pacheco (2009, p. 393), ao afirmar que:

Por isso, o currículo é uma conversação complexa que requer uma análise da autobiografia como prática investigativa e uma constante interrogação crítica dos modos da sua construção pessoal em tempos de pós-reconceptualização, ou seja, de questionamento constante de uma realidade que não pode ser compreendida fora da subjetividade.

A adequação dos currículos estaduais à BNCC não pode deixar de gerar, também, uma reflexão sobre os princípios de Tyler<sup>2</sup>, descritos por Herbert (2011, p.24), onde afirma que esses princípios giram em torno de quatro questões centrais, que considera que devem ser respondidas, para que o processo de elaboração e implementação do currículo se desenvolva:

1. Que objetivos educacionais devem a escola procurar atingir?
2. Que experiências educacionais podem ser oferecidas que possibilitem a consecução desses objetivos?
3. Como podem essas experiências educacionais ser organizadas de modo eficiente?
4. Como podemos determinar se esses objetivos estão sendo alcançados?

Segundo Herbert (2011), as questões presentes nos princípios de Tyler consubstanciam um processo que pode ser dimensionado em quatro fases, através do qual o currículo é elaborado: definir objetivos, selecionar experiências, organizar experiências e avaliar os resultados. Os princípios referidos são à base de elaboração dessas fases. Destaca também que a fase mais complexa é a referente à definição de objetivos, uma vez que as outras decorrem, quase automaticamente, a partir desta. A esse respeito, as palavras de Tyler (1950)<sup>3</sup>, citadas por (Herbert, 2011, p. 24) são sintomáticas: “Se formos estudar um

---

<sup>2</sup> Para uma análise mais detalhada dos princípios básicos do currículo e instrução propostos por Ralph Tyler, consultar: Tyler, R. W. (1976). *Princípios básicos do currículo e instrução* (3ª Ed.). Porto alegre: Globo.

<sup>3</sup> Ralph W. Tyler. *Basic Principles of Curriculum and Instruction*. Chicago, University of Chicago Press, 1950. Observar a diferença de paginação na edição de 1969.

programa educacional sistemática e inteligentemente devemos primeiro ter absoluta segurança quanto aos objetivos educacionais a serem atingidos”.

No Brasil, durante boa parte do Século XX, o currículo foi entendido como um conjunto de conteúdos necessários para o desenvolvimento do jovem, conteúdos esses que deviam ser transmitidos pela escola, em função de objetivos predeterminados, que funcionavam como instrumento de medida nesse processo. Havia uma supremacia do conhecimento científico, competindo a um grupo de especialistas selecionar os conteúdos que seriam ensinados pelos docentes, o que fazia dos professores meros transmissores de conhecimentos. A didática utilizada por esses professores tinha o propósito de adequar o saber à condição dos seus receptores. Por conseguinte, surgiu uma crise no sistema escolar com altos índices de retenção, tendo, na década de 1980, sido visível à necessidade de novas propostas curriculares. Nesse contexto, ganharam destaque a *Pedagogia de Conteúdos*, de Saviani, e a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire<sup>4</sup>, ambas com foco na transformação social e na democratização do ensino. Depois disso, surgiram muitos outros autores que procuraram compreender o currículo, problematizando os seus conteúdos e as diferentes práticas sociais relacionadas com a produção e circulação dos mesmos. A escola passou, então, a ser vista como um espaço onde circulam diferentes saberes e se (des)constroem relações entre todas essas discussões, associadas às práticas sociais. Foi esse processo que concebeu o campo curricular brasileiro e o tornou num objeto de análise.

Em meados de 2014, após a discussão e implementação do novo Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>5</sup>, num seminário interinstitucional organizado pelo Ministério da Educação (MEC), tiveram início as primeiras discussões sobre a BNCC. Na sequência dessas discussões, o MEC criou um portal para apresentar ao público o processo de elaboração do documento, podendo eventualmente serem apresentadas sugestões, estabelecendo canais de comunicação e participação da sociedade nesse processo<sup>6</sup>. A principal intenção era de que, através dessa “chamada” à discussão, se estimulassem, através dos meios eletrônicos, discussões em diferentes espaços e instâncias educacionais, promovendo assim a participação dos profissionais da educação no processo de elaboração desse documento.

---

<sup>4</sup> As expressões “pedagogia do oprimido” e “pedagogia de conteúdos” são utilizadas por Gadotti (1991, p. 26 e p. 93). Importa clarificar que a primeira expressão constitui o título de uma obra de Paulo Freire, uma referência no processo de democratização do ensino no Brasil: Freire, P. (1974). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>5</sup> “O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos”. (BRASIL, 2014).

<sup>6</sup> Site: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 06 de setembro de 2019, na página do MEC.

Porém, na prática foram poucos os que tiveram uma participação efetiva, tendo tais propósitos, ficado aquém do que tinha sido considerado desejável.

Concluído esse processo, a BNCC passou a integrar a política nacional da Educação Básica, constituindo uma referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos estados, dos municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares.

Os currículos devem adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. (BNCC, 2017, p. 16).

Assim sendo, o conteúdo da BNCC contribui, também, para o alinhamento de outras políticas e ações de âmbito federal, estadual e/ou municipal, especialmente as referentes à formação de professores, à avaliação das aprendizagens e dos programas de ensino, à seleção ou elaboração dos conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura.

No entanto, a verdade é que, o currículo não é neutro. Ele transporta concepções diversas, inclusive as próprias relações de poder que perpassam ou são estabelecidas no campo escolar. Por isso, é necessário estarmos atentos à forma como o currículo se configura no cotidiano das escolas. É nesse sentido que Oliveira (2008, p. 545) salienta que:

É preciso se atentar para o fato de que o currículo não é neutro; ao ser veículo de conhecimentos selecionados, ele se liga ao poder, à homogeneização ou diferenciação da escola e por isso os educadores precisam estar alerta às suas implicações sociológicas e culturais quando de sua estruturação.

Deste modo, adequar um currículo é redimensionar o pensamento sobre o ensino público, reformular ações para compreender o que a comunidade escolar (professores, alunos, diretores entre outros) espera da educação, enquanto função social. A esse respeito, Pacheco (2001, pp. 255-256) afirma que:

As reformas curriculares, tal como o têm demonstrado os estudos de investigação, são desencadeadoras de um desfasamento entre as intenções e a realidade dos contextos escolares. Deste modo, o termo inovação substituirá o de reforma para designar a mudança escolar, uma vez que se tornará urgente discutir não apenas as alterações organizacionais e normativas, mas, de igual modo, as práticas curriculares ao nível da escola e da sala de aula. E, se uma reforma procura a alteração dos objetivos, dos conteúdos de ensino, dos programas, da metodologia didática e da avaliação sem questionar as práticas curriculares existentes e os processos emergentes de produção de inovações escolares, então tudo não passará de um intento político sem efeitos no cotidiano escolar.

Por isso, não se pode deixar de ter em conta que o currículo é um campo permeado de ideologias, culturas e relações de poder. Ou seja, é um dos modos pelo qual a linguagem

produz o mundo social e, por isso, a dimensão ideológica deve ser considerada nas discussões sobre currículo.

Mas, o currículo está, também, associado à cultura. Tanto a teoria educacional mais tradicional, como a própria teoria crítica, veem no currículo uma forma institucionalizada de transmitir [ou aprofundar] a cultura de uma sociedade. Neste caso, existe um envolvimento político, pois tanto o currículo, como a própria educação, estão ligados à política cultural. Nessa ordem de ideias, Silva (1996, p. 23) avança com a seguinte proposição:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Assim, o currículo revela-se como um terreno propício para a transformação e as mudanças sociais ou, como ressalta Pacheco (2001), procura ter uma ação direta na formação e no desenvolvimento do aluno, uma vez que esses são propósitos das práticas curriculares que se desenvolvem ao nível da escola e da sala de aulas.

Em suma, no que diz respeito ao currículo é importante que todos possam participar na sua conceção, uma vez que nem sempre os interesses daqueles que o elaboram são os mesmos daqueles a quem é exigido que os observem e os cumpram. Como salienta Miguel (2011, p. 35), “as perspetivas sociais compartilhadas são a base a partir da qual interesses coletivos podem ser construídos”. Assim sendo, é preciso saber o que está a ser ensinado nas salas de aula, o que contribuiu para avivar a necessidade de uma BNCC, sobretudo se ela auxiliar na seleção dos conteúdos que devem ser trabalhados pelas escolas, servindo assim de referência para orientar os currículos dos estados brasileiros.

### **2.3. Contexto histórico da Educação no Brasil**

É indiscutível a importância da educação para que a sociedade se desenvolva numa perspetiva democrática e se muna de cidadãos críticos. Não se pode negar que a evolução da educação está intrinsecamente ligada à evolução da sociedade. Segundo Gadotti (1999), a prática da educação é muito anterior ao pensamento pedagógico, que surge com a reflexão sobre a prática, bem como com a necessidade de sistematizá-la e organizar em função de determinados objetivos.

A esse respeito, Paulo Freire (1993) afirma que uma sociedade sem educação não evolui, já que a educação como intervenção inspira mudanças radicais na sociedade, na

economia, nas relações humanas e na procura dos direitos. Por isso, é importante compreender o contexto histórico da educação brasileira, pois é na compreensão desse contexto que se encontra o conhecimento necessário sobre o passado da humanidade, o que permite criar novas perspectivas. Para Aranha (2006, p. 24):

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas reações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política.

Como se pode depreender, não existem mudanças sem educação, além de permitir que os indivíduos sejam os agentes construtores da sua história, ou seja, a educação é importante para a formação cultural, social e econômica de uma sociedade. É com base nessa simbiose que Morgado, (2000, p. 11) afirma que:

A educação sofre as mesmas metamorfoses da sociedade. A educação é hipocondríaca. Assim, qualquer análise no domínio da educação deverá ser sempre de cariz socializador, porque a educação ocorre na sociedade, ou seja, parte da sociedade e a ela se destina.

No caso da educação no Brasil, cada período da história decorreu com base em realidades e contextos diferentes. No entanto, apesar das muitas transformações que foram sendo imprimidas nos modelos de educação, ainda não se conseguiu que a educação seja totalmente democrática, libertadora e transformadora, isto é, uma educação de qualidade, como se tem vinculado nos documentos normativos.

Por mais que as leis elaboradas ao longo dos anos pretendam provocar mudanças, a realidade não se transformou como se pretendia e a educação, em toda a sua magnitude, ainda acontece com base num modelo que tem beneficiado bem mais a classe dominante, em detrimento das classes mais populares. Durante muito tempo não foram respeitadas as diferenças culturais, prevalecendo, em contrapartida, os privilégios de alguns. Para compreender melhor esse processo é necessário realizar um estudo relativo a cada período da história na educação brasileira<sup>7</sup>.

Num breve olhar sobre esses períodos, verificamos que começa com a obra educativa dos jesuítas, que, nessa altura, estava integrada numa política colonizadora que se prolongou por mais de dois séculos, sendo a responsável, quase exclusiva, pela educação

---

<sup>7</sup> Para o desenvolvimento deste tema houve a participação (com discussões pertinentes) do professor de história José Arthur, além da leitura do texto "A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização" de Rodrigo Azevedo. Disponível no site: [HTTPS://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/](https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/) Copyright © 2020 - Gazeta do Povo.

nesse período. Esse modelo de ensino era alheio à realidade da vida na colônia, o que contribuiu para que se transformasse numa educação de elite e, por isso, num instrumento de ascensão social. O ensino não interessava à grande massa pobre, porque não lhe consignava utilidade prática, uma vez que a economia se fundamentava, essencialmente, na agricultura e no trabalho escravo. O ensino jesuíta só interessava aos que não precisavam trabalhar para sobreviver. A esse respeito, Piletti (1991, p. 34) afirma que “os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos”. Porém, Ribeiro (1986, p. 29) esclarece que, nesse processo, “o plano legal (catequisar e instruir os índios) e o plano real se distanciaram. Os instruídos eram descendentes dos colonizadores. Os indígenas foram apenas catequisados”. Nesse sentido, não só o índio como todos aqueles que não faziam parte da “alta sociedade” - pequena nobreza e seus descendentes - estavam excluídos da educação.

Convém lembrar que no ano de 1759, Sebastião José de Carvalho – o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, após entrar em conflito com os jesuítas, os expulsou de todas as colônias portuguesas. Segundo Piletti (1991), a principal razão desse conflito foi o facto de os jesuítas se oporem ao controlo do governo português.

A seguir ao declínio das escolas jesuíticas, a educação brasileira viveu um período de uma acentuada “rutura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional” (Bello, 1992). Essa reforma criou um modelo de escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizar uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar uma escola que, antes de servir os interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa (Piletti, 1992). A partir daí o Estado passou a assumir maioritariamente os encargos da educação. Para o efeito, mudou o quadro de professores, embora sem haver rutura em termos estruturais, uma vez que os substitutos eram profissionais preparados pelos jesuítas e que, ao serem recrutados passaram a dar continuidade à sua ação pedagógica. No caso do Brasil, Piletti (1991, p. 37) afiança que no início do século XIX, o ensino “estava reduzido a pouco mais que nada”, já que, com a reforma pombalina, nenhum sistema educativo comparado ao jesuítico passou a existir.

Porém, no período imperial (1822-1889), com a chegada da Família Real, em 1808, o Brasil viveu um desenvolvimento cultural considerável, embora o direito à educação continuasse restrito apenas a alguns. Logo a seguir veio a Independência (1822), tendo o ensino superior sido alvo da maior preocupação, evidenciando o caráter classista da

educação, uma vez que o objetivo fundamental da educação nesse período era a formação das classes dirigentes. A esse respeito, Piletti (1991, p. 41) afirma que:

Ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior.

Com a publicação da primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, houve um certo avanço, uma vez que garantia, no seu Artigo 179º, o direito “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. No ano de 1827, foi determinada legalmente a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares. Mais tarde, o ato adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, não tendo, no entanto, sido suficiente para criar condições às províncias para terem uma rede organizada de escolas, o que acabou por contribuir para enfraquecer o ensino público, tendo o mesmo ficado nas mãos da iniciativa privada, gerando assim um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação destinada à formação das elites, com os cursos secundários e superiores; do outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares.

No contexto educacional, durante a Primeira República (1889-1930), foram imprimidas várias reformas para tentar resolver a desorganização do sistema educacional, embora, de um modo geral, fossem apenas paliativos, pois não geravam a mudança da estrutura educacional. Mudava o sistema, mas a base da educação continuava idêntica. Embora, os ideais republicanos procurassem afirmar um novo Brasil, este ainda trazia, intrinsecamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases mantinham as colunas da desigualdade social: no cenário real, permanecia de um lado a classe pobre, sempre relegada para segundo plano; de outro, a classe dominante, expandindo cada vez mais os seus privilégios.

O sistema federativo de governo, estabelecido pela Constituição da República de 1891, ao consagrar a descentralização do ensino, acabou por construir um sistema educacional pouco democrático, que privilegiava o ensino secundário e o ensino superior – responsabilidade da União –, em detrimento da expansão do ensino primário – que devia ser reservado aos estados. Essa descentralização que conferia maior poder aos estados podia representar, no plano das ideias, mudanças satisfatórias e significativas. Mas, na realidade, representou o contrário, votando ao abandono os estados mais pobres, que se viam cada vez mais à mercê da sua própria sorte. Isso se refletia no domínio educacional, relegando os

menos favorecidos para uma educação precária ou mantendo-os no analfabetismo, uma situação gritante no país. Tal situação permitiu a Romanelli (1978, p. 43) afirmar o seguinte:

Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, “sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império”.

O Estado de São Paulo destacava-se por ser o que tinha o maior investimento na área educacional. Porém, é preciso ter em mente que a sua luta contra o analfabetismo, por meio da Liga de Defesa Nacional (1916) e da Liga Nacional do Brasil (1917)<sup>8</sup>, esta última com sede em São Paulo, representava não a intenção de oferecer às camadas populares oportunidades iguais de desenvolvimento, mas o desejo de uma parte da burguesia emergente enfrentar a enraizada política oligárquica. Era preciso aumentar o contingente eleitoral, uma vez que o analfabeto era proibido de votar. Por essa razão, as lutas contra o analfabetismo intensificaram-se, pois ele era tido como fator preponderante na perpetuação das oligarquias no governo, enquanto a alfabetização era uma oportunidade para concretizar transformações político-eleitorais e para preparar as pessoas para uma nova ordem econômica. Contudo, não havia uma rede de escolas públicas organizada, respeitável; as poucas que existiam nas cidades destinavam-se ao atendimento dos filhos das classes abastadas. No interior do país existiam pequenas escolas rurais, funcionando em condições precárias, além dos professores não terem qualquer formação profissional.

Após a Revolução de 1930 (1930-1937) aflorou uma clara efervescência ideológica que operou importantes discussões e transformações no campo educacional. Parecia que o país tinha realmente acordado para a importância da educação e para a necessidade de garantir esse direito a todos. O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Conselho Nacional de Educação e as Secretarias de Educação dos Estados. Em 1932, com o ideal de uma educação obrigatória, gratuita e laica, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com o objetivo de tornar público o que pretendia o Movimento Renovador. De acordo com Romanelli (1979, p. 147-148):

O manifesto sugere em que deve consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita.

---

<sup>8</sup> FONTES: Bandecci, B. Liga; Discursos proferidos na sessão solenne de posse do Conselho deliberativo da LNSP, no Instituto Histórico (26/7/1917). Acervo da FBN. Localização: V-156, 3, 8, n. 9; LIPPI, L. Questão.

A partir daí, surgiram vários projetos e uma série de discussões importantes que deram origem à Constituição de 1934, que visava a organização do ensino brasileiro e incluía um capítulo exclusivo sobre educação, no qual o Governo Federal passou a assumir novas atribuições, tais como: “a função de integração e planejamento global da educação; a função normativa para todo o Brasil e todos os níveis educacionais; a função supletiva de estímulo e assistência técnica e a função de controle, supervisão e fiscalização”. (Piletti, 1991, pp. 81-82).

Durante o Estado Novo (1937-1945), as discussões e reivindicações do período anterior e as conquistas do movimento renovador, expressas na Constituição de 1934, foram consideravelmente enfraquecidas, nalguns casos foram mesmo suprimidas pela Constituição de 1937. Segundo Ghiraldelli Jr. (1994, p. 81):

O Estado Novo se desincumbiu da educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário. O ordenamento relativamente progressista alcançado em 34, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

O Estado estava pouco interessado em oferecer às classes populares educação pública e gratuita, o que ficou claro na Constituição de 1937, ao evidenciar o caráter dual da educação, em que, para a classe dominante, era destinado o ensino público ou particular, relegando o povo marginalizado para a frequência do ensino profissionalizante (Ghiraldelli Jr., 1994).

Com o fim do Estado Novo, o país retornou à normalidade democrática e passou a reger-se por uma nova Constituição. Na área educacional, o texto de 1946 estabelecia alguns direitos garantidos pela Constituição de 1934, entretanto suprimidos pela do Estado Novo. A educação como direito de todos está claramente expressa nos Artigos 166º e 167º, onde se afirma que o ensino deverá ser ministrado pelos poderes públicos, embora se mantenha livre à iniciativa particular, respeitando as determinações legais. Para que o direito à educação fosse realmente assegurado, a Constituição destinava, no Art.º 167º, 10% do orçamento da União e 20% dos estados, verbas que, embora insuficientes, representavam um avanço para garantir que esse direito fosse assegurado. Contudo, “apesar da mudança de regime e da nova constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (Piletti, 1991, p. 99).

Até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961, decorreram 13 anos (1948-1961), período em que a luta pela escola pública e gratuita se intensificou. Numerosas campanhas com participação popular reivindicavam o alargamento e a melhoria do atendimento escolar para que, de facto, em termos de direito constitucional “a educação como um direito de todos” fosse consolidado.

Depois desse período regressou o Regime Ditatorial (1964-1985). E se a educação, com as ideias de universalização e democratização não conseguiu consolidar-se, nesse período distanciou-se ainda mais desse ideal, pois se pautou pela repressão e privatização do ensino. Continuou a privilegiar-se a classe dominante com um ensino de qualidade, deixando de fora as classes populares. Oficializou-se o ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico, que visava unicamente preparar mão de obra capaz de dar resposta às necessidades do mercado, desmobilizando o magistério com inúmeras e confusas legislações educacionais. A educação passou a atender ao regime vigente e, de um modo geral, procurava transformar pessoas em “mão-de-obra para o trabalho”, bem como seres passivos diante de todas as arbitrariedades que lhes fossem impostas. O ensino técnico, disponibilizado para as classes populares, delineou muito bem a sua função na sociedade: atender exclusivamente às necessidades do mercado, o que impediria as manifestações políticas, contribuindo para que o ensino superior continuasse reservado às elites.

A Lei nº 5.692/71, que reformulou o ensino dos 1º e 2º graus, foi aprovada sem participação popular, promovendo as seguintes mudanças: 1º grau de 08 anos, dedicado à educação geral; 2º grau (3 a 4 anos) obrigatoriamente profissionalizante. Até 1982, aumentou o número de matérias obrigatórias em todo o território nacional, porém as disciplinas mais reflexivas deixaram de serem ministradas no 2º grau.

Importa destacar que nos últimos anos foram promovidas grandes modificações na educação brasileira. Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada uma nova Constituição, que “cuida da educação e do ensino de maneira especial com referência aos direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios norteadores” (Santos, 1999, p. 31). De entre as principais mudanças no âmbito educacional, Aranha (1996, p. 223) destaca as seguintes:

- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Ensino Fundamental obrigatório e gratuito;
- Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos;
- Valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público.

Com base na nova Constituição, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996. A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) criou suportes legais para que o direito a uma educação de qualidade fosse realmente concretizado, assegurando a formação integral de cada indivíduo e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade.

Em 1996, o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecendo diretrizes para a estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil, em função da cidadania do aluno e de uma escola realmente de qualidade. Contudo, há sempre um distanciamento entre a consolidação do texto legal e a realidade. Por mais que tenha evoluído, a educação brasileira ainda apresenta características reacionárias e alienantes, contribuindo para a formação de seres passivos, eximindo-se do compromisso de formar cidadãos verdadeiramente ativos e conscientes. Como afirma Rodrigues (1991, p. 35):

(...) incapaz de ampliar e organizar a consciência crítica dos educandos, essa educação se converte em inutilidade formal, ainda que recheada de discurso sobre a importância e o valor de conhecimento crítico e de atenções proclamada de se fazer educação política.

Ainda que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1968, mantenha vários programas que procuram consignar mais autonomia às escolas, suprir as carências e oferecer aos alunos melhores condições de acesso e permanência na escola e o desenvolvimento das suas potencialidades, falta muito para que as políticas educacionais realmente se consolidem na prática.

Com a finalidade de democratizar o acesso ao Ensino Superior, em 2005 foi aprovada a Lei nº 11.096, que instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni), concedendo bolsas de estudo em instituições de ensino superior particulares a estudantes das escolas públicas de baixa renda e/ou estudantes de escolas particulares na condição de bolsistas, utilizando como referência a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As bolsas podem ser parciais, com descontos de 25% ou 50%, e integrais. Também foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que visa substituir os exames tradicionais das universidades públicas; criado pelo Governo Federal, seleciona estudantes com base na nota do ENEM, bem como do ProUni; dentro dele, as vagas estão divididas em ampla concorrência e as cotas para estudantes de escolas públicas e de baixo rendimento, entre outros aspectos.

Em 2007, foi promulgada a lei do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que se caracteriza como a maior fonte de recursos destinados à educação. Os recursos são distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais, estabelecido pelo Censo Escolar. Em março de 2007 procedeu-se ao lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que, através de uma série de programas, procura suprir as deficiências e carências da educação brasileira e superar um estágio de educação ainda limitado.

Por fim, depois desse longo processo histórico e após 03 anos de discussões, em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular. É esse importante documento que representa uma nova esperança para educação brasileira, uma vez que leis e projetos que visam sanar as deficiências da educação brasileira não faltam. Contudo, é preciso uma efetivação séria, que de facto minimize a distância entre o texto legal e o real. O processo é lento, e enquanto as leis não proporcionarem mudanças realmente satisfatórias, as escolas públicas continuarão a carecer de qualidade, dadas as condições insuficientes de ensino e aprendizagem, uma vez que falta uma estrutura física adequada, faltam recursos materiais e pedagógicos, falta valorização e capacitação dos professores, entre tantas outras carências. E têm sido essas condições o grande empecilho para que o Brasil suplante a herança de uma educação deficiente e excludente, conseguindo escrever uma nova história, onde a educação seja, de facto, um empreendimento colético, democrático e de qualidade.

#### **2.4. Contextualização sobre a concepção da BNCC**

Como referimos anteriormente, a Constituição Federal de 1988 estabelecia a obrigatoriedade de uma educação para todos, com responsabilidade das famílias, da sociedade e do Estado. Para concretizar tal propósito, tornou-se visível a necessidade de um sistema nacional de educação e de um currículo de base nacional. Tendo em conta essa exigência constitucional, o Art.º 26º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro – determinou que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996).

Foi nesse contexto que se iniciaram as discussões que consubstanciaram, em 1996, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e dos Referenciais Curriculares para o Ensino Médio. O facto de serem denominados “parâmetros” e “referenciais” foi uma solução razoável, sem a obrigatoriedade de utilização, servindo apenas como material de apoio para professores e gestores (Macedo, 2014). De acordo com o documento oficial do Ministério da Educação (Brasil, 1997, p. 29), foi estabelecido que:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular. São uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais didáticos e à avaliação nacional. Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores.

Pode-se, então, concluir que a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais foi um passo considerável na seleção dos conteúdos considerados válidos em termos nacionais.

Nesse sentido, é importante referir que as políticas curriculares e as reformas educacionais que, entretanto, se implementaram no Brasil, tiveram o seu auge em finais dos anos 1990. Foi a partir da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) – que surgiram novas orientações curriculares, procurando dar resposta às necessidades de promover um acesso educacional mais democrático à população (Brasil, 1996). No entanto, constata-se que a construção de um documento como a LDB/1996 ou a atual BNCC não foi tarefa simples. Envolveu muitas pessoas e muitas discussões, sobretudo porque os contextos em que as políticas educacionais se definem e implementam são variados, havendo muitas *nuances* no tempo e espaço entre a formulação de uma política e a sua implementação (Ball, 1993; 1994). Quando uma política é definida para dar resposta a uma necessidade ou implementar uma reforma curricular, seja qual for seu objetivo, novas formas de analisar esse documento são pensadas, de modo que, percepções, ideias ou sugestões de como compreendê-lo estabelecem um novo olhar sobre diretrizes, resoluções e leis. (Ball & Bowe, 1992; 1993; 1994).

Com a publicação da LDB/1996, o estudo sobre as políticas curriculares para a Educação Básica tem alimentado discussões em torno do currículo, reconhecendo que se trata de uma peça central nesse processo. Por isso, muitas reformas curriculares que alteram os textos políticos, demonstram que os promotores/atores de uma política, quando

substituídos por outros, modificam significativamente o seu pensar curricular (Ball, 1993; 1994).

Além disso, é importante não esquecer, como refere Morgado (2000, p. 12), que “é a sociedade que impõe um determinado rosto à escola e, no fundo, o currículo adapta-se a organização escolar imposta pela sociedade”. As transformações transfiguram o paradigma social, reconfigurando a realidade escolar.

Seguindo o curso histórico, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) conduziu à discussão sobre a necessidade de conceber uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC), processo que teve início no ano de 2015. Assim, a BNCC deve ser reconhecida como:

(...) um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. (BNCC, 2017, p. 07).

Como se pode constatar, ressalta a ideia de que a BNCC não é um currículo fechado. Possui abertura para que os estados adaptem os seus currículos à realidade de cada região e para que as escolas tenham autonomia para fomentar pensamentos e concepções sobre o ensino, construindo um Projeto Político Pedagógico (PPP) próprio, dentro da especificidade de cada instituição. Isso não deverá ser impeditivo de que tanto o currículo do estado, como o PPP das escolas, estejam em consonância com possíveis inovações. Aliás, o currículo, para além de estar em consonância com o contexto mais específico da escola, deve estar em consonância com a própria Sociedade, uma vez que, como reitera Morgado (2000, p. 19):

O próprio currículo subjaz à organização da escola sim si, à estrutura que a escola tem, ou seja, se é uma escola eletista terá um tipo de currículo, se é uma escola de massa terá outro. A escola manipula cada vez mais o currículo, mas como consequência do que a sociedade lhe exige. Isto porque é a sociedade que impõe um determinado rosto à escola e, no fundo, o currículo adapta-se à organização escolar imposta pela sociedade.

Na medida em que se verifica que a Educação está imbuída de um mandato social, qualquer processo de mudança a nível educacional acaba por interferir com a própria sociedade, o que justifica a necessidade de garantir o direito e a valorização da intervenção de todos. É indispensável a contribuição de cada escola, o que implica ter em conta os seus anseios e desejos, pois como referimos atrás, a Base Nacional Curricular Comum deve organizar-se no sentido de fornecer as diretrizes gerais de orientação curricular e não um currículo concluído, “pronto a aplicar”.

Partindo da ideia de que um currículo não é uma realidade abstrata, à margem do sistema socioeconómico, da cultura ou mesmo do próprio sistema educativo, mas um artefacto que se modifica ao longo da história, não ficando imune às transformações políticas, económicas e sociais de uma nação, é evidente que se torna necessária à existência de uma Base Nacional Curricular Comum na educação brasileira, o que, de resto, acontece na maioria dos países desenvolvidos.

Embora a existência de um currículo oficial [por norma coincidente com o denominado currículo nacional] seja uma realidade em muitos países, isso não impede que a sua concretização esteja “dependente” de os estados e municípios reelaborarem os seus currículos, uma vez que serão eles que detalham como será abordada cada uma das metas ou cada um dos eixos que integram esse documento. Além disso, para que o processo decorra com normalidade é imprescindível o envolvimento dos professores nessa dinâmica. A esse respeito, Pacheco (1996, p. 16) considera que os professores são “considerados corresponsáveis pela definição curricular”.

Só que as mudanças e transformações que têm acontecido em termos científicos, culturais, económicos e sociais colocam novos desafios à educação, que se vê compelida a ter de encontrar novas metodologias e novas formas de ensinar e aprender, auxiliando os alunos na participação das atividades de aprendizagem e na construção dos seus conhecimentos.

## CAPÍTULO III

### A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR NA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

As recentes alterações introduzidas em termos educativos no Brasil, em grande parte através da recente implementação da BNCC, têm enaltecido o papel do professor, uma vez que se acredita que é um elemento fundamental na concretização dos objetivos delineados para o sistema educativo e conseqüente melhoria dos processos educativos.

Na verdade, o professor é um elemento essencial em qualquer sistema educativo, uma vez que dele dependem, em grande parte, quer a concretização dos processos de ensino-aprendizagem, quer o maior ou menor sucesso dos estudantes, quer, ainda, a concretização das políticas educativas e curriculares que, entretanto, os decisores políticos vão delineando e implementando. Daí Morgado (2016, p. 57) afirmar que cada vez é mais difícil falar de educação “sem ter presente, mais ou menos explicitamente, a figura do professor”.

Assim se compreende que o maior ou menor protagonismo do professor dependa das práticas curriculares e pedagógicas que desenvolvem, sendo através dessas práticas que se afirma a profissionalidade docente, descrita por Sacristán (1995, p. 64) como “o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor”.

Só que, a melhoria dos processos educativos que referimos atrás, depende das práticas que o professor desenvolve, práticas essas que serão enriquecidas através da *práxis* docente, aspetos a que nos referimos a seguir.

#### 3.1. Prática versus Práxis

Se consultarmos o dicionário da língua portuguesa<sup>9</sup>, verificamos que uma *práxis* é definida como uma “ação ordenada para certo fim (por oposição a conhecimento, a teoria)”. Então, qual a diferença entre prática e *práxis*?

Cabe aqui apreender as reflexões de Imbert (2003, p. 15), que realça a distinção entre prática e *práxis*, reafirmando a questão da autonomia e da perspectiva emancipatória, inerentes ao sentido de *práxis*.

Distinguir *práxis* e prática permite uma demarcação das características do empreendimento pedagógico. Há, ou não, lugar na escola para uma *práxis*? Ou será que, na maioria das vezes, são, sobretudo, simples práticas que nela se desenvolvem, ou seja, um fazer que ocupa o tempo e o espaço, visa a um efeito,

---

<sup>9</sup> Cf. Dicionário Priberam: <https://dicionario.priberam.org/práxis> (consultado em 20.09.2020).

produz um objeto (aprendizagem, saberes) e um sujeito-objeto (um escolar que recebe esse saber e sofre essas aprendizagens), mas que em nenhum momento é portador de autonomia.

Sendo a prática o efeito de realizar algo, ou seja, fazer existir, e a práxis a atividade em ação, é interessante ressaltar, numa perspectiva pedagógica crítica, que as práticas se organizam em torno de intencionalidades previamente estabelecidas, e tais intencionalidades serão perseguidas ao longo do processo didático. Na práxis, a intencionalidade rege os processos. Importante destacar que na filosofia marxista, práxis é entendida como a relação dialética entre homem e natureza, na qual o homem, ao transformar a natureza com seu trabalho, transforma a si mesmo. Marx e Engels (1994, p. 14) afirmam, “que toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que dirigem a teoria para o misticismo encontram sua solução na práxis humana e na compreensão dessa práxis”. E a compreensão dessa práxis é tarefa pedagógica. Portanto, uma intervenção pedagógica, como instrumento de autonomia, considera a práxis uma forma de ação reflexiva que pode transformar a teoria que a determina, bem como transformar a prática que a concretiza.

Uma característica importante, analisada por Vásquez (1968), é o caráter finalista da práxis, renunciador dos resultados que se quer atingir, sendo que esse mesmo aspecto é posto em destaque por Kosik (1995, p. 221), ao afirmar que na práxis “a realidade humano-social se desvenda como o oposto ao ser dado, isto é, como formadora e ao mesmo tempo forma específica do ser humano”. Talvez por isso, afirme que a práxis tanto é pretensão do homem e domínio da natureza, como realização da liberdade humana. Considera-se, portanto, que a práxis permite ao homem confrontar as suas condições de existência, transcendê-las e reorganizá-las. “Só a dialética do próprio movimento transforma o futuro” (Kosik, 1995, p. 222), e essa dialética carrega a essencialidade do ato educativo, ou seja, a intencionalidade coletivamente organizada e em contínuo ajuste de caminhos e práticas. Sendo assim, o professor jamais deve desistir de um aluno; há que insistir, ouvir, refazer, fazer de outro jeito; acompanhar a lógica do aluno; descobrir e compreender as relações que esse aluno estabelece com o saber; mudar o enfoque didático, as abordagens de interação e os caminhos do diálogo.

Dessa forma, não podemos esquecer que, quando o professor atua nos processos de ensino-aprendizagem na sala de aulas, muitas coisas estão presentes: os seus desejos, as suas crenças e convicções, a sua formação, o conhecimento do conteúdo, o conhecimento

das técnicas didáticas, o ambiente institucional, as práticas da gestão, o clima e as perspectivas da equipa pedagógica, a organização do espaço, o tempo das atividades, as infraestruturas, os equipamentos, o número de alunos, a organização e os interesses dos alunos, os conhecimentos prévios, as vivências e experiências anteriores, enfim, existe uma constelação de variáveis no domínio das práticas pedagógicas que não podemos deixar de ter em linha de conta, quando falamos de práticas ou práxis docentes, uma vez que essas variáveis condicionam aquilo que o professor faz dentro e fora da sala de aulas.

### **3.2. Práticas pedagógicas**

Para a efetiva implementação da BNCC o que se espera são professores proactivos e que procurem, com insistência, formação, de modo a poderem exercer de forma sustentada as funções que lhe estão adstritas, reconhecidas como essenciais para que as mudanças previstas sejam uma realidade. E se faltar ao professor esse tipo de iniciativa? Como é que as ações em torno da BNCC poderão contribuir para o seu desenvolvimento profissional, acrescentando novos saberes ao seu repertório, ou para conferir uma real autonomia ao seu trabalho?

A questão é que a formação docente, na perspectiva do empoderamento profissional dos professores, tem, necessariamente, de se basear não só no saber científico, que consubstancia de forma específica o que o professor ensina, mas também no como se ensina e no como se avalia, o que requer uma reflexão constante sobre a prática, a partir do estudo aprofundado sobre a educação. Esse é o desafio que precisa de ser enfrentado. E não é um desafio novo. Muitas têm sido na história da educação brasileira as propostas concebidas por especialistas – com as mais diferentes visões e conceções – mas que, infelizmente, costumam quase sempre chegar às salas de aula como força exaurida e, por vezes, às avessas. Claro que parte do problema se relaciona com a forma unidirecional das decisões, já que ainda é baixa a efetividade das iniciativas para inclusão dos professores no desenho das propostas, como foi o caso da construção da BNCC.

Por outro lado, a BNCC traz uma segurança a mais para o professor, uma vez que é descrita como referência segura sobre a qual todos os profissionais devem trabalhar, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um núcleo curricular comum. Para muitos professores essa possibilidade de controlo pode ser um dos grandes méritos do documento, mas para que isso seja uma realidade é importante que os gestores compreendam as

mudanças que a BNCC propõe, e que toda a equipa docente reestruture as suas práticas. É preciso reconhecer a importância do acompanhamento do novo currículo e que intervenções podem ser realizadas ao longo do período de sua implementação, uma vez que essas mudanças curriculares requerem a adoção de novos recursos pedagógicos e a inevitável adaptação das práticas.

O problema é que nem todos reconhecem esses méritos à BNCC e nem todos estão preparados para esse desafio. Por isso, o apoio contínuo ao docente é essencial para que ele ganhe confiança e condições de dinamizar as suas práticas em torno dos propósitos explanados no documento.

Uma vez que a BNCC é hoje uma realidade incontornável, mais do que uma posição de alheamento, é importante reconhecer que existem mudanças educacionais que a mesma protagoniza que são necessárias para uma prática pedagógica mais consonante com os desafios que hoje se colocam à escola, além de que reconhece como necessárias às atualizações dos professores, o que permite enaltecer o papel da formação continuada na mudança e melhoria das práticas docentes.

Além disso, no próprio documento prima-se por uma educação mais igualitária, ao assinalar que: “a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BNCC, 2019, p.8). Em idêntica linha de pensamento, Morin (2010, p. 13) destaca que:

São necessárias novas práticas pedagógicas para uma educação transformadora que esteja centrada na condição humana, no desenvolvimento da compreensão, da sensibilidade e da ética, na diversidade cultural, na diversidade de indivíduos e que privilegie a construção de um conhecimento de natureza transdisciplinar, envolvendo as relações indivíduo-sociedade-natureza.

Porém, para que isso aconteça é necessária uma atuação relevante e participativa, democrática e flexível, onde todos participem coletivamente e as práticas pedagógicas sejam dinâmicas e criativas, uma vez que se desenvolvem para concretizar determinadas expectativas educacionais. No entanto, na sua construção, as práticas pedagógicas enfrentam um dilema: a sua representatividade e o seu valor não podem ignorar que resultam, em grande parte, de pactos sociais, de negociações e deliberações com um coletivo. Ou seja, as práticas pedagógicas organizam-se e desenvolvem-se por adesão, ou, ainda, em certas situações, por imposição. No entanto, mesmo as grandes imposições, na organização das práticas, têm prazo de validade, sendo que, tratando-se da realidade social, a sua natureza é

essencialmente dialética porque tudo se transforma e tudo é imprevisível, o que permite compreender que a linearidade não cabe nos processos educativos.

É importante referir, também, que nem toda a prática docente é uma prática pedagógica, uma vez que se a prática docente engloba a atividade do professor, a prática pedagógica diz respeito a uma atividade planeada, que foi cumprida. A prática docente configura-se como prática pedagógica quando esta se insere na intencionalidade prevista para sua ação. Assim, um professor que sabe qual é o sentido de sua aula, face à formação do aluno, que sabe como a sua aula integra e expande a formação desse aluno, que tem a consciência do significado da sua ação, tem uma atuação pedagógica diferenciada e torna-se o principal agente desse processo.

### **3.3. O professor como agente da prática pedagógica**

A introdução de mudanças nas propostas educacionais, como tem estado a acontecer com a implementação da BNCC, requer que o professor se envolva num processo de atualização profissional, de modo a dar uma resposta sustentada aos desafios que essas mudanças colocam. Importa referir que, nesse processo o professor se vê, muitas vezes, na contingência ou de ter de trabalhar com suas próprias contradições, ou de não ter formação para o efeito.

A questão que, neste momento, se coloca é a seguinte: Será que os professores das escolas brasileiras estão preparados para dar resposta aos desafios que a implementação da BNCC lhes coloca?

Para ter uma noção do que se passa no terreno, é necessário ressaltar que a ausência de reflexão, bem como não ter em linha de conta as contradições dos professores e a ausência de diálogo, podem inviabilizar as capacidades de discutir, propor e mediar os processos de mudança educativa e, conseqüentemente, as conceções didáticas que os consubstanciam. Uma vez que é o professor que atua, aproveita as situações favoráveis e anula as que não ajudarão; tudo isso exige reflexão, ação e compromissos na base dos quais se gera uma determinada atuação profissional. Para o efeito, o professor precisa de empoderamento porque, de certa forma, ele assume um determinado posicionamento.

Na verdade, o envolvimento do professor é essencial, pois como afirma Menezes (2011, p. 82), “ensinar bem requer, além de conhecimento e competência, doses de responsabilidade e envolvimento emocional”. O papel do professor no processo educativo

implica que seja capaz de assegurar ao aluno o direito de aprender e de se desenvolver de forma ampla e global, o que requer que seja portador de conhecimentos científicos e pedagógicos que garantam a realização do ato educativo, bem como um conjunto de princípios e valores, imprescindíveis na consecução da dimensão emocional que perpassa esse processo.

Assim se compreende que a ausência de espaço pedagógico reflexivo pode significar o crescimento de um espaço de dificuldade ao diálogo. Sabe-se que o diálogo só ocorre na práxis (Freire, 1979), isto é, numa reflexão sobre a prática, que requer e promove a superação da consciência ingênua a favor de uma consciência crítica. É possível acreditar que a superação da contradição “é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se” (Freire, 1979, p. 25). Sendo assim, a implementação da BNCC só efetivará, na prática diária, se os professores entenderem que, na sua prática pedagógica, podem compreender e transformar as suas resistências e resignações em processos de emancipação e em aprendizagens com sentido para os estudantes.

Só a ação docente realizada como prática social pode produzir saberes e tornar real as mudanças sugeridas, pois o sentido dos saberes pedagógicos, como aqueles que permitem ao professor a leitura e a compreensão das práticas, permitem ao sujeito colocar-se em condição de dialogar com as circunstâncias dessa prática, dando-lhe a possibilidade de conhecer e examinar possíveis contradições e, assim, melhorar a articulação entre teoria e prática (Franco, 2013). Por isso, é possível reconhecer que os saberes pedagógicos permitem aos sujeitos construir conhecimentos sobre a concepção, monitorização e transformação dessas mesmas práticas. Importa, ainda, ressaltar que o saber pedagógico só pode se constituir a partir do próprio sujeito, que deverá ser formado como alguém capaz de construir e mobilizar saberes para o efeito.

Sendo assim, estamos convictos de que uma das maiores dificuldades relativamente à implementação da BNCC, na prática, é a falta dessa formação por parte de muitos professores. Afinal, quando se almeja ter bons professores, é preciso formá-los como sujeitos capazes de construir conhecimentos e saberes, bem como realizar ações sobre a prática. Quando, sobre um determinado assunto, o professor não é formado de modo reflexivo e dialógico, desconhecendo os mecanismos e a importância da práxis, possivelmente não saberá, no cotidiano, potencializar as distintas circunstâncias em que

ocorrerão as suas práticas. Quando isso acontece, normalmente o professor desiste e limita-se a replicar ações que vinha realizando até então.

Daí a necessidade de o professor possuir conhecimentos, capacidades e competências que lhe permitam assumir uma postura crítica e reflexiva, bem como tomar consciência das intencionalidades que presidem à sua prática. Esse entendimento está em concordância com a afirmação de Imbert (2003, p. 27), ao assinalar que: “o movimento em direção ao saber e à consciência do formador não é outro senão o mesmo”.

De facto, a prática não muda por decreto ou por imposição, seja de quem for. A prática pode mudar se houver o envolvimento crítico e reflexivo dos sujeitos na prática (Franco, 2006). Sabe-se que a educação é uma prática social humana, um processo histórico que emerge da dialética entre o homem, o mundo, a história e as circunstâncias. Sendo um processo histórico, a educação não deverá ser vivenciada através de práticas que desconsideram as suas especificidades. Além disso, convém lembrar que os sujeitos sempre apresentam resistências para lidar com imposições que não abrem espaço ao diálogo e à participação. Como alerta Freire (1983, p. 27):

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito face ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Sabe-se que a educação, como prática social e histórica, se transforma pela ação dos homens, produzindo, por seu turno, transformações nos que dela participam. É nesse sentido que Saviani (2008, p. 13) considera o trabalho educativo como “o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Dessa forma, é fundamental que o professor esteja sensibilizado para reconhecer que, ao lado das características observáveis dessa transformação, existe um processo subjetivo, que não só modifica as representações dos envolvidos, mas também produz uma (re)significação na interpretação do fato vivido, o que produzirá uma reorientação das ações futuras. Por isso, é importante que o professor compreenda as transformações, não só ao nível das políticas educativas e curriculares, mas também dos alunos, das práticas, das circunstâncias, o que lhe permitirá transformar o processo educativo, de forma que os indivíduos se apropriem do património histórico-

cultural pela mediação de um ensino sistemático e intencional. Sobre essa questão, Leontiev (1978, p. 272), afirma que:

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, “os órgãos da sua individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação.

Em suma, os eventos educativos estão sempre sujeitos a circunstâncias imprevistas e não planejadas. Assim, os imprevistos acabam por redirecionar o processo, provocando, muitas vezes, uma reconfiguração da situação educativa. Por isso, o trabalho pedagógico requer espaço de ação e de análise ao não planejado, ao imprevisto, às mudanças repentinas ou não, ou até mesmo a uma desordem aparente, o que deve pressupor uma ação coletiva, dialógica e emancipatória entre a escola, os professores e os alunos.

É por isso que reafirmamos que práticas pedagógicas requerem que o professor se envolva na dinâmica e no significado da práxis, de forma a poder compreender as teorias implícitas que perpassam as ações do coletivo. A prática precisa de ser tecida e (re)construída a cada momento e em cada circunstância.

A verdade primordial é de que as práticas não podem ser congeladas e realizadas linearmente, porque são práticas que se exercem na interação de sujeitos, por isso com finalidades e intencionalidades específicas. Enquanto o professor não considerar as especificidades dos processos pedagógicos e tratar a educação como um produto e/ou um conjunto de resultados, numa concepção ingênua da realidade, a dimensão pedagógica não se instalará de forma efetiva. É preciso compreender que as práticas pedagógicas se estruturam a partir de mecanismos paralelos e divergentes de ruturas e conservação. Se as diretrizes das políticas públicas consideram a prática pedagógica como um mero exercício reprodutor de fazeres e ações externas aos sujeitos, estas acabam por se perder.

Por outro lado, a educação está vinculada a uma prática social, sendo necessário que os professores a vejam como um processo no qual as crianças e os adolescentes devem ser envolvidos, de modo a poderem usufruir de um ensino de qualidade, que promova a ampliação das consciências e das subjetividades. Daí Saviani (2009, p. 65) garantir “que a alteração objetiva da prática só pode dar-se a partir da nossa condição de agentes sociais ativos, reais. A educação, portanto, não transforma de modo direto e imediato e sim de

modo indireto e mediado, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática”. O autor (Saviani *apud* Santos, 2013, p. 126) esclarece, ainda, o seguinte:

Quando falo da questão da prática educacional como uma modalidade no interior da prática social, estou afirmando que aquela é uma prática social que se diferencia porque tem uma particularidade: trabalha com o problema do conhecimento. Aquele movimento de partir da prática social e ir até a prática social não significa que você sai dela. Por prática social está se entendendo a prática própria da sociedade atual em seu ponto mais avançado. Portanto, aquilo que foi incorporado às objetivações humanas construídas historicamente deverá ser apropriado pelas novas gerações, sob pena de não se tornarem contemporâneas à sua época.

A sala de aula é um espaço no qual ocorrem às múltiplas determinações decorrentes das práticas pedagógicas que a circundam. Quando se considera a necessidade de olhar essas práticas numa perspectiva de totalidade, compreendem-se melhor essas relações, tal como realça Lukács (1967, p. 240):

A categoria de totalidade significa [...] de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas [...].

Esse todo compõe-se de partes relacionadas entre si que, quando se desconectam, produzem desarticulações que prejudicam o sentido original que possuíam. Sendo assim, a natureza das práticas docentes não permite que se desenvolvam como práticas avulsas, desconectadas de um todo, sem o fundamento das práticas pedagógicas que lhes conferem sentido e direção. A prática docente avulsa, isto é, sem ligação a um dado empreendimento educativo, perde o sentido.

Portanto, tratando-se de práticas pedagógicas, estas devem reorganizar-se e recriar-se dia-a-dia, de modo a ter em conta as mudanças decorrentes das mudanças previstas na BNCC, mas não esquecendo que há sempre espaço para invenções no e do cotidiano, uma vez que as práticas pedagógicas são permeáveis e proporcionam múltiplas reapropriações em diferentes contextos. Conhecer as práticas e considerá-las em todas as suas dinâmicas é papel do professor, pois é fundamental compreendê-las nesse momento que é oscilante, por vezes contraditório, mas tudo leva a crer que será também renovador.

### **3.4. Formação continuada<sup>10</sup>**

Como referimos, é através da formação continuada que é possível o envolvimento dos profissionais da educação em processos de aperfeiçoamento, processos esses que lhes

---

<sup>10</sup> Em Portugal não se fala em Formação Continuada, mas em Formação Continua.

permitem estar informados sobre as novas tendências educacionais e atualizados em termos profissionais. Mais do que isso, a formação continuada permite que o educador agregue conhecimentos capazes de gerar transformação e que, inevitavelmente, acabam por ter impacto no contexto profissional e escolar.

O profissional consciente sabe que a sua formação não termina na Universidade. Esta aponta-lhe caminhos, fornece-lhe conceitos e ideias, isto é, a matéria-prima da sua especialidade. Por isso, Freire (1991, p. 58) alerta para o seguinte facto:

Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática.

Assim se compreende que os professores, mesmo que tenham sido assíduos, estudiosos e brilhantes na sua formação académica inicial, se afirmam como profissionais através da sua ação diária, já que é na prática docente que realmente vai aprender a profissão e construir a sua profissionalidade. Daí a importância da formação contínua de professores que, na opinião de Morgado (2007, p. 46), tem sido entendida como “um processo de formação que ocorre ao longo da carreira docente”, sendo reconhecida como “uma componente nuclear no campo do desenvolvimento profissional e da mudança e/ou inovação das práticas curriculares”. Desta forma, a compreensão da dimensão evolutiva e progressiva da formação do professor implica o reconhecimento de que a elaboração de saberes profissionais se dá ao longo do processo de desenvolvimento profissional.

Em idêntica linha de pensamento, Pacheco e Flores (1999, p. 45) consideram que:

Tornar-se professor constitui um processo complexo, dinâmico e evolutivo que compreende um conjunto variado de aprendizagens e de experiências ao longo de diferentes etapas formativas. Não se trata de um acto mecânico de aplicação de destreza e habilidades pedagógicas, mas envolve um processo de transformação e (re)construção permanente de estruturas complexas, resultante de um leque diversificado de variáveis.

Nesta perspetiva, a formação inicial é identificada como um dos momentos do processo de elaboração de saberes, no qual o futuro professor deve ter possibilidade de atuar pedagogicamente, refletindo e analisando o que faz o que pensa e o que sente, de modo a apropriar-se de instrumentos e a desenvolver capacidade e competências que lhe permitam elaborar os seus próprios saberes e fazeres pedagógicos.

No entanto, o desenvolvimento da profissão pelo professor passa por processos de mudança, sendo necessário reconhecer que estas mudanças fazem parte de experiências de vida específicas (Freitas & Villane, 2002). Articulada com este reconhecimento é essencial à

interpretação do professor, enquanto profissional, como um intelectual crítico (Giroux, 1997), o que permite a superação da justaposição e dicotomia entre o processo de formação inicial e o processo de formação continuada dos professores, entendendo-se que “os sujeitos aprendem mediante um processo aberto, especulativo e irreversível de reorganização contínua de seus sistemas de ideias”. (García & Porlán, 2000, p. 22).

É importante também destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9394/96), na secção com o título VI, que trata dos profissionais da educação, nos Artigos 63º e 67º, determina que:

Os institutos superiores de educação manterão:

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

Sendo assim, considerando que atualmente a informação e o conhecimento são compartilhados de maneira muito rápida - de certa forma quase instantânea - manter-se atualizado é um requisito indispensável para qualquer profissional; com o professor não pode ser diferente, ou seja, a formação continuada de professores é um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores, tendo como um dos principais objetivos assegurar um ensino de qualidade aos alunos. Segundo Schnetzler e Rosa (2003, p. 27), para justificar a formação continuada de professores, têm sido, normalmente, apontadas três razões:

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas.

No momento atual, e hoje mais do que nunca, o educador deve manter-se atualizado e bem informado, não só em relação aos fatos e acontecimentos, mas, principalmente, em relação à evolução das práticas pedagógicas e às novas tendências educacionais. A formação continuada tem muito a contribuir nesse processo, uma vez que permite que o educador agregue conhecimento capaz de gerar transformação e impacto nos contextos profissional e escolar. Portanto, a atualização de conhecimentos deve ser encarada como uma ferramenta e uma estratégia de crescimento pessoal e profissional.

Esse processo pode ser realizado de diversas formas, como cursos intensivos ou de curta duração, palestras, oficinas, workshops ou qualquer outro processo que sirva para atualizar os professores sobre as questões da atualidade, já que um dos objetivos da formação continuada é provocar, no docente, o desenvolvimento de habilidades para melhorar o processo de ensino-aprendizagem que ocorre na instituição de ensino, em cada dia.

Com a formação continuada o professor tem acesso ao que há de mais novo na sua área de trabalho e ao nível da didática e das metodologias de ensino. Assim, ele pode relacionar o novo conhecimento adquirido com as bases científicas da sua graduação inicial, agregando mais suporte e conteúdo para oferecer aos seus alunos.

Face à realidade curricular atual, a formação continuada de professores é um pressuposto ou uma necessidade inquestionável, visto que é uma forma de oferecer suporte a esses profissionais, disponibilizando oportunidades para solucionar dúvidas e questionamentos que surgem no atual modelo curricular, sem contar que os saberes dos docentes têm um peso significativo na ação pedagógica que, por sua vez, necessita de ser planejada. Gimeno (1999, p. 37) coloca em evidência o ato educativo por parte do professor e a sua intencionalidade, referindo que “a educação não é algo espontâneo na natureza, não é mera aprendizagem natural, que se nutre dos materiais culturais que nos rodeiam, mas uma invenção dirigida, uma construção humana que tem sentido e que leva consigo uma seleção de possibilidades, de conteúdo, de caminhos”.

Desta forma, é importante deixar claro que a formação continuada é um processo que deve ser desenvolvido ao longo de toda a carreira docente, sendo, aos poucos, construído e reconstruído com o propósito de melhorar a prática e, por consequência, a própria educação porque, no âmbito escolar, o educador atualizado e em formação ininterrupta torna-se um facilitador e não apenas um transmissor de informações. Além disso, a formação continuada ajuda o docente a tornar-se cada vez mais capaz de se adaptar às rápidas e diversas mudanças do contexto educacional, propondo estratégias, com a finalidade de sanar dificuldades, e sugerindo mudanças significativas para toda a comunidade escolar.

### **3.5. A formação continuada na BNCC**

A BNCC considera a formação continuada como um elemento essencial na mudança, adequação e melhoria das práticas pedagógicas do corpo docente. Por isso, a escola deve

reconhecer a formação continuada como uma prioridade, com o objetivo de ajudar os professores a adequar as suas práticas pedagógicas:

(...) BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. (BNCC, 2017, p. 15).

Dito de outra forma, a BNCC (2017, p. 15) é o que, na esteira de Roldão (2000), podemos designar como instrumento do currículo, já que se trata de um documento com uma série de indicações que servem para orientar a prática dos educadores:

(...) ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer”.

Segundo alguns membros do Conselho Nacional da Educação (CNE), a criação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como objetivo salvaguardar o direito à educação de todos os jovens e garantir que os estudantes aprendem um conjunto fundamental de conhecimentos e desenvolvem habilidades consideradas essenciais, incentivando a modernização dos recursos e das práticas pedagógicas e promovendo a atualização do corpo docente nas instituições de ensino.

Entretanto, um assunto que tem gerado muitas discussões é relativo às dez competências gerais, que devem articular-se na construção de conhecimentos pelos alunos. Segundo consta no documento, as dez competências são um conjunto de habilidades, valores e atitudes que procuram promover o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural.

O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35). Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. (BNCC, 2017, p. 15)

Por seu turno, Perrenoud (1999, p. 33), relativamente à questão dos distintos significados da noção de competência, refere que:

São múltiplos os significados da noção de competência. Eu a definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos.

Só que, para o aluno ser capaz de utilizar de forma plena tais competências, não bastam as práticas em sala de aula. A sua utilização de forma plena requer que se incorporem mudanças nos vários âmbitos da escola. A autonomia, por exemplo, é uma capacidade em destaque no documento, o que nos compele reconhecer que precisa de ser vivenciada também no cotidiano de toda comunidade escolar. Nesse sentido, a autonomia deve ser considerada como uma contribuição do processo educativo para que os sujeitos desenvolvam a capacidade de intervir e de tomar decisões de forma consciente na realidade.

Foi com base nos aspetos que acabamos de referir que Morgado (2003, p. 204) avança com o conceito de autonomia curricular, aqui entendida como:

(...) a possibilidade de os professores tomarem decisões no processo de desenvolvimento curricular, tanto no que diz respeito à adaptação do currículo proposto a nível nacional às características e necessidades dos estudantes e às especificidades do meio em que a escola se insere, como no que se refere à introdução de temáticas que julguem imprescindíveis para a sua formação.

Outra questão apresentada relativa às competências a desenvolver é a tecnologia, hoje reconhecida como uma ferramenta útil para o desenvolvimento de habilidades humanas. Nesse sentido, Dudeney & Hockly (2007) afirmam que os contextos nos quais os professores utilizam a tecnologia podem variar amplamente. Por outro lado, o acesso a computadores, o medo de novas tecnologias e a falta de conhecimentos, de confiança ou de formação podem interferir na utilização de recursos tecnológicos, afetando a implementação da própria tecnologia. Por isso, também neste domínio, existe um imenso desafio no que diz respeito à preparação e formação do professor, de modo a poder colocara em prática essas competências. Importa lembrar que, atualmente, quando se considera a utilização dos meios digitais, este item é, na verdade, apenas o reflexo de uma realidade à qual o sistema de ensino precisa de se adaptar.

A quarta competência refere o digital como uma das diferentes linguagens que necessita de ser utilizada de forma híbrida, relativamente a outras formas de comunicação. Atualmente, o ensino possui um foco maior na leitura e escrita, porém é necessário entender que nos dias de hoje a linguagem digital é muito utilizada, sem ser com a pretensão de substituir a forma de comunicar dos alunos. É preciso ter consciência de que ela atinge os seus objetivos de comunicação dentro do contexto em que se realiza e que, hoje em dia, este meio de comunicação faz parte da cultura do mundo moderno, construído e reconstruído ao longo do tempo. Dessa forma, é necessário que os alunos encontrem uma

maneira de absorver e sintetizar o conhecimento pelas diferentes linguagens, e o digital com toda a certeza representa uma dessas linguagens.

Embora a tecnologia não seja, de forma alguma, novidade para os alunos, para que ela seja aplicada na educação e traga melhorias para a escola e para a aprendizagem é necessário que sejam feitas algumas mudanças ao nível do que, hoje, se pratica nas aulas. Além disso, a colaboração dos professores nesse processo de adoção é fundamental.

É perceptível que as competências têm uma forte ligação às novas formas de assimilar informação, de expressá-la e de utilizá-la na produção de saberes, com objetivos que atendam não só à realidade individual, mas também coletiva. Por isso, as dez competências gerais da BNCC devem guiar o trabalho em todos os anos de escolaridade e em todas as áreas do conhecimento. Cada área e/ou componente curricular possui as suas competências específicas. Por isso, em cada componente – que as redes decidirão se devem tornar-se disciplinas – são definidas unidades, objetos de conhecimento e as habilidades.

Segundo a BNCC (2017, p. 17), as competências gerais “explicitam o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. Foram incluídas no capítulo introdutório da BNCC, que também apresenta os fundamentos pedagógicos que orientam todo o documento. É interessante destacar o que Perrenoud (1999) afirma sobre competências, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem compreende ações conjuntas do professor e do aluno, onde ambos são estimulados a assimilar, consciente e ativamente, os conteúdos/métodos e aplicá-los de forma independente e criativa nas várias situações escolares e na vida prática.

Na opinião de Roldão (2006, p. 20), uma competência é “um saber que se traduz na capacidade efetiva de utilização e manejo – intelectual verbal ou prático – dos conhecimentos e não a conteúdos acumulados com os quais não sabemos agir no concreto, nem fazer qualquer operação mental ou resolver qualquer situação, nem pensar com eles”. Dito de outra forma, uma competência é a capacidade de utilizar conhecimentos para resolver problemas e situações com que as pessoas se deparam no seu dia-a-dia.

Analisando o conceito de competência na ótica de Perrenoud (1999), constatamos que os seres humanos se desenvolvem pelas relações que estabelecem com seu meio. As competências vão surgindo no processo de adaptação dos alunos às suas condições, de modo que cada um desenvolve as suas competências de diferente maneira. Portanto, competências pedagógicas também resultam de saber construir ferramentas que as

estimulem nos alunos; para isso, antes de se inserirem como educadores em atividades pedagógicas relativas ao ensino-aprendizagem, os professores devem reconhecer as suas próprias competências individuais, procurando estruturar as suas possibilidades e limites na execução do seu trabalho. E quando detetados alguns limites, devem, segundo o autor (*idem*), agir de forma a desenvolver competências que ainda não estejam construídas e, ao mesmo tempo, adequar e/ou aprofundar as competências já desenvolvidas, de acordo com os fins a que se destinam. Este processo deve ser autoavaliado e utilizado como estratégia facilitadora do seu trabalho na sala de aula, bem como trazer à tona a consciência de que para o desempenho da sua profissão, a frequência de cursos de formação continuada é necessária para o seu desenvolvimento como educador (*idem*).

Também Morgado (2003a, p. 336) destaca que “uma das tarefas mais nobres dos professores é a de conseguirem que os seus alunos desenvolvam capacidades autónomas de aprendizagem”, o que requer a “integração de campos de conhecimento e de experiências que permitam aos estudantes uma compreensão mais reflexiva e crítica da realidade”.

Sendo assim, a complexidade dos fatores que perpassam a formação continuada é muito abrangente, estando associada ao desenvolvimento da escola, do ensino, do currículo e da profissão docente. Para além da aprendizagem dos conhecimentos ser feita em sala de aula, a formação de professores incide em aspetos relevantes que constituem o ser professor. Por isso, perante as inúmeras mudanças que, no campo político e educacional, o Brasil está a viver neste momento, é necessário compreender como é que os professores estão a reagir à implementação da BNCC e averiguar se a formação destes profissionais lhes permite agir de forma contextualizada, atenta a toda esta transformação.

## CAPÍTULO IV

### ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Neste capítulo procuramos clarificar os aspectos de natureza metodológica que orientaram a nossa investigação. Começamos por nos referir à contextualização e abrangência do estudo para, de seguida, especificarmos a natureza da pesquisa e descrever as técnicas e instrumentos de recolha de dados e as técnicas de tratamento e análise a que recorreremos. Relativamente a este último aspeto, justificamos o recurso à análise de conteúdo, uma vez que a pesquisa se realizou, essencialmente, através de entrevistas cujas mensagens importava descodificar e analisar em pormenor. Na parte final do capítulo fazemos referência às questões éticas que nortearam todo o processo de investigação.

#### **4.1. Contextualização e abrangência do estudo**

Qualquer investigação começa pela escolha de um domínio particular de interesse para o investigador que, a partir daí, formula uma questão de investigação que poderá ser estudada. É nesse sentido que Almeida e Freire (2017) afirmam que uma investigação começa com a definição de um problema, problema esse que, segundo Pacheco (1995, p. 67), “se vai complexificando, em interligações constantes com novos dados, até à procura de uma interpretação válida, coerente e solucionadora”.

No nosso caso, apresentámos no Capítulo I a problemática e as questões de investigação, bem como os objetivos que pretendemos concretizar com essa pesquisa. Importa ressaltar uma vez mais que direcionamos esse estudo para a compreensão da(s) forma(s) como os professores estão a implementar a BNCC, quais os efeitos que produziu [ou pode vir a produzir] ao nível das suas práticas pedagógicas, bem como as dificuldades que sentem e os constrangimentos com que se deparam para proceder à sua implementação.

O contexto que elegemos para desenvolver a nossa pesquisa foi o de uma Escola Pública, situada no município de Lucas do Rio Verde – MT / Brasil, frequentada por, aproximadamente, 1200 alunos e onde trabalham mais de 50 professores.

Relativamente ao processo de investigação, este envolveu apenas os docentes que lecionam nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e nos anos finais do mesmo

nível de ensino (6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup>ano), uma vez que é a esse nível que o processo de implementação da BNCC se encontra mais avançado.

Além disso, foi utilizado como base o ano letivo de 2019 e realizadas entrevistas a 15 professores que lecionam em diferentes componentes curriculares. Por se tratar de um assunto atual e ainda em processo de efetivação, optámos por entrevistar poucos professores e apenas de uma escola para que os dados recolhidos nos fornecessem indicações o mais rigorosas possível da realidade experimentada pelos entrevistados. Os aspetos referidos revelaram-se muito importantes, uma vez que a realização deste estudo se baseou na interpretação de um momento real, com carácter hermenêutico, já que a pesquisa se concretizou com base na experiência que está a ser vivida por esses profissionais.

Como salienta Prus (*apud* Moreira, 2002, p. 50), a tarefa de “dupla hermenêutica” justifica-se pelo fato de os investigadores lidarem com a interpretação de entidades que, por sua vez, interpretam o mundo que as rodeia. O autor esclarece, ainda, que os objetos de estudo das ciências humanas e sociais são as pessoas e suas atividades, considerando-os não só “agentes interpretativos de seus mundos”, mas também como pessoas que partilham as “suas interpretações à medida que interagem com outros e refletem sobre suas experiências no curso de suas atividades cotidianas”.

Por isso, importa assumir que esta investigação teve um carácter exploratório, que nos permitisse adquirir mais familiaridade com a problemática e conhecer as reações dos professores perante as novas propostas educacionais. Perante estes factos, importa salientar que a conceção e realização deste estudo ocorreu num momento em que não existem muitos dados e informações disponíveis sobre o tema em análise, permitindo-nos, no entanto, constatar que poderá ser alvo de pesquisas futuras o que justifica o nosso foco de atenção neste momento.

#### **4.2. Natureza do estudo**

Como o objetivo central desta investigação foi averiguar se o processo de implementação da BNCC desencadeou mudanças ao nível das práticas pedagógicas, optámos por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que pretendíamos compreender os sentidos e os significados que os professores consignam às suas ações e às suas práticas (Morgado, 2018) e, obviamente, às mudanças perpetradas. Dito de outra

forma, este tipo de estudo permite não só caracterizar as práticas docentes, mas também compreender os motivos que levam os professores a concretizá-las, mantê-las ou alterá-las.

No que diz respeito ao método qualitativo, há que se ter em conta que os seres humanos se posicionam de forma interativa e interpretativa, o que torna necessário considerar as suas semelhanças e as suas diferenças. Daí estes procedimentos metodológicos serem de tipo etnográfico.

Segundo Fetterman (1989, p. 11), a etnografia, na sua aceção mais ampla, pode ser entendida como “a arte e a ciência de descrever uma cultura ou grupo”. Daí a pesquisa etnográfica abranger a descrição dos eventos que ocorrem na vida de um grupo (com especial atenção para as estruturas sociais e o comportamento dos indivíduos como membros do grupo) e a interpretação do significado desses eventos para a cultura do grupo.

Na opinião de Lüdke e André (1986, p. 13), este tipo de pesquisa tem vindo a ter uma maior aceitação “na área da educação, devido principalmente ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola”. Neste caso, o objeto de estudo foram os depoimentos dos professores que trabalham na sala de aula. De acordo com as referidas autoras (Lüdke & André, 1986, p. 13), o termo etnografia diz respeito “à descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo”. No nosso caso, importa referir que o estudo que realizámos procurou trazer à tona questões educacionais que nos permitissem refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem.

### **4.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados**

Como consequência da capacidade humana para interagir, adotamos como técnica de recolha de dados a entrevista, tendo realizado várias entrevistas semiestruturadas a um grupo de professores que estão vivenciando o processo de implementação da BNCC, sem prejuízo de procedermos também a uma análise de documentos que considerámos pertinentes para o estudo – a LDB 9394/ 9096, a própria Base Nacional Comum Curricular, o Documento de Referência Curricular para o Mato Grosso (currículo do estado), bem como o projeto político pedagógico e as planificações dos professores que participaram no estudo.

A opção pela entrevista como técnica de recolha de dados resultou do facto de considerarmos que se trata de um dos métodos de recolha que melhor se adequa a investigações de cunho social, em particular quando se pretende realizar um diagnóstico ou tratar de modo mais específico um problema. A entrevista tem como principal objetivo obter

informações acerca de um determinado assunto, sendo muito útil para recolher explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Trata-se de uma conversação efetuada face a face, de forma metódica e que proporciona a informação necessária para escarpelizar o problema, ou temática, em análise.

De acordo com Martins & Bicudo (1994, p. 53), a entrevista, vista como um recurso comum nas pesquisas qualitativas pode ser considerada como “um encontro social, possuidor de características peculiares, que são: a empatia, a intuição e a imaginação”.

Sendo assim, no nosso caso, a entrevista revelou ser um meio de recolha completamente adequado, uma vez que as principais pretensões do nosso estudo eram verificar quais as perceções dos professores relativamente à BNCC, conhecer as suas opiniões acerca da forma como a mesma foi construída e averiguar como está a ser implementada nas escolas, em particular nas salas de aula.

Para realizar as entrevistas elaborámos uma matriz, estruturada em torno de cinco dimensões, que se revelou muito útil na condução do processo (ver anexo).

Convém, ainda, referir que a metodologia adotada e a técnica de recolha de dados que utilizámos permitiram priorizar os problemas e, conseqüentemente, definir as estratégias a adotar e as ações a implementar no processo de recolha de dados, bem como uma procura sistémica de ligações entre os elementos de um problema a partir da definição dos objetivos e dos itens a ser questionados.

#### **4.4. Técnicas de tratamento e análise de dados**

As pesquisas sociais privilegiam as subjetividades individual e grupal, o que implica que, qualquer estudo nesse domínio, requeira uma metodologia que concilie esses aspetos mais singulares. Nesta ordem de ideias, constatamos que duas das etapas mais determinantes nesse processo são a definição da(s) técnica(s) de recolha e de tratamento e análise dos dados, uma vez que o recurso a pesquisas qualitativas permite, de entre outros, compreender os aspetos que caracterizam um determinado fenómeno, a partir da perspetiva analítica do real.

Importa lembrar que as técnicas de análise de dados permitem aprofundar e melhorar a qualidade da interpretação. Essas técnicas ampliam a compreensão do objeto de estudo e ajudam a esclarecer, de forma mais cabal, os dados, uma vez que permitem captar as sutilezas das perceções dos entrevistados, essenciais para aprofundar a compreensão da

realidade vivida pelos respondentes e, ainda, o(s) modo(s) como as pessoas percebem os fenómenos estudados.

Tendo em conta os aspetos que acabámos de referir, optámos por utilizar, como técnica de tratamento e análise de dados, a análise de conteúdo. Trata-se de uma técnica de análise que permite descodificar as mensagens recolhidas, quer através das entrevistas, quer da análise documental efetuada, uma vez que, como referimos atrás, a análise documental também foi necessária para uma melhor fundamentação do trabalho e para obter mais garantias no estudo.

Em suma, esta pesquisa teve um carácter mais subjetivo acerca da situação analisada, pois procuramos observar e compreender quais os efeitos que resultaram da análise do objeto estudado.

#### **4.4.1. Análise de conteúdo**

A análise de conteúdo é uma técnica muito utilizada nas Ciências Humanas e Sociais e que, quando trabalhada corretamente, tem o potencial de revelar muitos aspetos dos objetos analisados e que, à partida, não eram perceptíveis.

Segundo Bardin (1997, p. 42), a expressão *análise de conteúdo* utiliza-se para identificar

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Embora a análise de conteúdo seja uma técnica desenvolvida, essencialmente, para estudos de Comunicação Social – tendo, historicamente, sido muito utilizada nesses estudos –, trata-se de uma metodologia que também pode ser aplicada a uma longa série de diferentes estudos. Mas, para isso ser viável, o investigador deve pautar a sua utilização por um efetivo rigor metodológico. Nas palavras de Lasswell (1982, p. 165), é necessário e essencial que a análise de conteúdo “seja conduzida com espírito científico e mediante o emprego de procedimentos objetivos”.

Nesta ordem de ideias, a análise de conteúdo utiliza-se para compreender, classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo as suas características a elementos-chave, de modo a que sejam comparáveis com uma série de outros elementos. Como Janis (1982,

p. 53) sintetiza, num capítulo de livro sobre esta temática – *O problema da validação da análise de conteúdo* – organizado por Lasswell e Kaplan:

A análise de conteúdo fornece meios precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação: jornais, programas de rádio, filmes, conversações quotidianas, associações livres, verbalizadas, etc. As operações da análise de conteúdo consistem em classificar os sinais que ocorrem em uma comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas.

A esse respeito, Bardin (1997) apresenta os critérios de categorização, ou seja, a definição de categorias (classificação e agregação). Em termos mais gerais, entende-se que a categoria é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos. Na perspectiva da análise do conteúdo, as categorias são vistas como rúbricas ou classes que agrupam determinados elementos que possuem características comuns. Esse processo permite a junção de um número significativo de informações organizadas em duas etapas: inventário (onde se identificam os elementos comuns) e classificação (onde se dividem os elementos e se impõe a sua organização).

Tendo em atenção os aspetos referidos e para organizar de forma mais estruturada a análise nesta investigação, após a leitura flutuante do material recolhido, elaborámos uma súmula do mesmo, ou seja, uma “reorganização” das entrevistas transcritas com recortes das respostas de 10 dos 15 entrevistados, elencando de forma resumida as principais questões norteadoras que integravam o guião da entrevista. A organização foi feita por temas pois, como afirma Bardin (1997, p. 100), os assuntos que se repetem com muita frequência são recortados “do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados”.

Assim, a partir da organização das unidades de registo, por tema-eixo, identificámos cinco categorias principais:

1. Perfil profissional dos inquiridos
2. Construção e divulgação da BNCC
3. Formação dos Professores
4. Implementação da BNCC
5. Efeitos decorrentes da implementação da BNCC

Uma vez que, como reitera Bardin (1997, p. 147), a análise de conteúdo se baseia, de modo implícito, na crença de que a “categorização (passagem de dados em bruto a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a

conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados em bruto”, depois de categorizarmos a informação recolhida, o passo seguinte incidu na interpretação desses conteúdos para, posteriormente, realizarmos algumas considerações finais sobre os resultados obtidos.

Importa, ainda, destacar que todo discurso é uma criação social e que, por isso, dependente do seu contexto histórico e social, reproduzindo dessa forma uma visão de mundo nesse discurso. Na lógica de Foucault (2010), por meio da interação das relações de poder e comunicação é que ocorre a troca de signos e se induz o efeito do poder, uma vez que se modificam os campos de informações. Ou seja, a partir do que for transformado em texto, entrevista ou qualquer outro meio de comunicação, será possível conseguir informações sobre a forma como o poder impacta aquele grupo, dando-nos informações sobre como se deve proceder com ele. De facto, Foucault (2010) considera que a comunicação não é apenas um aspecto do poder, mas também um efeito desse mesmo poder.

A propósito desses efeitos, Bourdieu (2011, p. 11) afirma que:

Contra todas as formas de erro “interacionista” o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o potlatch podem permitir acumular poder simbólico.

Nessa linha de pensamento, tanto para Bourdieu (2011) como para Foucault (2010), o poder circula na comunicação e, conseqüentemente, no próprio discurso, fazendo com que seja possível analisar, nesse discurso, as suas influências, bem como a forma como interage com a cultura organizacional e o modo como estão associados. Deste modo, considerando o objeto do estudo, torna-se evidente a necessidade de pensar o discurso dos entrevistados, uma vez que se revela mais do que um somatório de palavras, isto é, torna-se uma representação das suas crenças, um marco vivo da sua história, do seu contexto de vida e da sua ideologia.

#### **4.5. Questões éticas de investigação**

Tomando como referência a célebre frase de Cortella, em que afirma que <sup>11</sup> *“ética é a concepção dos princípios que eu escolho, moral é a sua prática”*, procuramos manter a

---

<sup>11</sup> A frase do autor não consta em publicações de livros, porém é creditada a ele que a utiliza em palestras e entrevistas.

integridade, bem como adotar uma conduta correta para com os colaboradores em todo processo de investigação. Como salienta o autor supracitado (Cortella, 2015, p. 18):

Integridade é um fundamento ético que deve ser internalizado e praticado. Concepção e prática. Esses são dois polos que ajudam a compreender os conceitos de ética e de moral. São conceitos correlatos e conectados, mas não têm sentido idêntico, pois, enquanto ética é o conjunto de valores e princípios que orientam a minha conduta em sociedade, a moral é a prática desses valores na ação cotidiana.

Em idêntica linha de pensamento e a propósito do conceito de ética, Bogdan e Biklen (2013, p. 75) consideram que, embora “a palavra sugira imagens de autoridade suprema, em investigação, a ética consiste nas normas relativas aos procedimentos considerados corretos e incorretos por um determinado grupo”.

Um dos princípios a cumprir e que, desde logo, garantimos aos participantes, foi o *princípio da confidencialidade*, garantindo que os dados fornecidos não seriam divulgados a terceiros, que apenas seriam utilizados no âmbito deste estudo e que seria garantido o anonimato dos mesmos.

Por se tratar de uma investigação no campo das Ciências da Educação, envolvendo grupos e questões sociais, é de fundamental importância manter uma postura confiável, devendo a mesma ser sigilosa, em relação aos depoimentos, conversas e entrevistas dos indivíduos envolvidos. Além disso, procuramos manter um relacionamento íntegro quer com as/os responsáveis pela instituição de ensino onde os professores entrevistados lecionam, quer com os professores que participaram no estudo, mantendo-os sempre informados e conscientes dos propósitos e da metodologia da investigação.

Observamos ainda que a investigação científica é um processo de construção do saber, com foco na edificação do conhecimento. Sendo planeada sistematicamente e praticada através de critérios rígidos, propicia um saber enriquecedor, tanto para o investigador quanto para a sociedade, pois procura respostas para os questionamentos dos problemas onde as soluções ainda não foram encontradas.

## CAPÍTULO V

### ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No presente capítulo procedemos à apresentação, análise e interpretação dos dados recolhidos na pesquisa, cujo objetivo central foi identificar os efeitos gerados pela implementação da BNCC nas práticas pedagógicas dos professores.

Sendo assim, baseando-nos nas leituras e reflexões sobre o tema, passamos à leitura e análise dos depoimentos dos professores recolhidos através das entrevistas. Formulamos então uma súmula desses conteúdos, onde identificamos expressões, algumas pelo grau de relevância com o tema, outras pela frequência com que apareciam nas falas dos entrevistados. Desta forma, elas foram agrupadas e organizadas de modo que passaram a constituir categorias referentes a cada dimensão delineada no guião das entrevistas e às questões propostas em cada uma dessas dimensões.

Procurando responder às questões de investigação deste estudo, analisamos e interpretamos cada uma dessas categorias, que são: 1) Perfil profissional dos inquiridos, 2) Construção e divulgação da BNCC, 3) Formação dos professores, 4) Implementação da BNCC, 5) Efeitos decorrentes da implementação da BNCC.

#### **5.1. Perfil profissional dos inquiridos**

Esta categoria indica qual o perfil de formação dos professores entrevistados, que condições pedagógicas consideram mais significativas no desempenho de suas funções e se consideram importante manter a formação ao longo das suas carreiras.

Pela análise das respostas, o que se constata é que ambos consideram muito importante ter uma boa formação inicial, um bom domínio dos conteúdos que lecionam e uma procura contínua de aperfeiçoamento. Também foi destacada a importância do envolvimento da equipa gestora e a relevância de uma boa estrutura das escolas. Além disso, os entrevistados foram unânimes sobre a necessidade de manter a formação ao longo de suas carreiras. Aliás, consideram mesmo que se trata de uma formação essencial.

Desta forma, no que diz respeito à caracterização dos entrevistados, alguns possuem especialização *latu sensu* nas suas áreas de atuação, e apenas dois dos entrevistados possuem especialização *stricto sensu*, ou seja, realizaram um curso de mestrado. Ambos são

professores da rede pública de ensino, sendo que a maioria está na função há mais de cinco anos, com exceção de dois que iniciaram a carreira recentemente.

Como referimos anteriormente, ao serem questionados sobre as condições pedagógicas que julgam ser necessárias para desempenhar de forma eficaz a sua profissão, as respostas foram praticamente unânimes em relação a ter uma boa formação inicial, bem como à importância da formação contínua, como evidenciado na opinião de um dos entrevistados:

(...) considero muito importante porque a graduação é só o início, então é importante estar em constante aprendizado, constante estudo, para ficar por dentro de todas essas mudanças. (P3)

Nota-se uma preocupação especial relativamente à formação inicial, como pode comprovar-se pela afirmação de um dos professores ao afirmar que “a formação inicial tem algumas peculiaridades em relação à vivência em sala de aula” (P4), mas muitas dessas vivências adquirem-se com a experiência. Sendo assim, o professor ao sair da universidade não está completamente preparado. Isso é evidente nas declarações dos entrevistados, ao evidenciarem a necessidade de continuar o processo de formação ao longo da sua carreira profissional.

Na verdade, percebe-se que os professores têm consciência, e de certa maneira confiança, nas suas potencialidades para construir os próprios conhecimentos, pois identificam com grande facilidade onde existem carências formativas e como fazer para as sanar. Considerando-se autores de todo esse processo dinâmico de construção de saberes, das mais diferentes ordens, reconhecem que são seres históricos e agentes na atuação para compor as novas diretrizes educacionais. Afinal, como salienta Flores (2004, p. 128), ensinar implica a “aquisição de destrezas e de conhecimentos técnicos”, mas também pressupõe um “processo reflexivo e crítico (pessoal) sobre o que significa ser professor e sobre os propósitos e valores implícitos nas próprias ações e nas instituições em que se trabalha”.

Em síntese, no que se refere ao perfil e à caracterização dos profissionais, o estudo permitiu concluir que os professores estão conscientes da sua importância e do seu papel como agentes transformadores, bem como da necessidade de continuarem a aperfeiçoar-se e a atualizar-se para conseguirem efetivar na prática, as novas diretrizes da educação brasileira.

## **5.2. Construção e divulgação da BNCC**

Em relação a esta categoria de análise, o estudo demonstrou que todos os professores são favoráveis à construção da BNCC e acreditam que virá a ser reconhecida como um benefício para a educação brasileira.

Porém, relativamente à divulgação do documento, os professores destacaram não ter sido adequada nem amplamente divulgada. A maior parte da divulgação do processo foi feito através da internet, envolvendo tanto as consultas públicas ao longo do processo de construção, como a divulgação do documento, o que contribuiu para que muitos professores não tivessem acesso à mesma. Quanto ao fato de o currículo do estado estar adequado à BNCC, os professores que participaram no estudo reconheceram que o mesmo estava adequado, embora em relação ao projeto político pedagógico da escola a maioria não soubesse opinar, uma vez que não participaram na sua construção. Em relação à possibilidade de alguns profissionais da escola terem participado no alinhamento da BNCC ao currículo do estado, os entrevistados afirmaram que não participaram, nem tiveram conhecimento disso.

Em suma, relativamente à existência de uma Base Nacional Comum Curricular, os professores consideram-na como algo muito positivo, afirmando que:

(...) em termos educativos é extremamente importante ter um currículo comum para todo o Brasil, onde a gente pode estabelecer as competências, as habilidades exigidas e ainda oferecer uma autonomia para o estado criar o seu próprio currículo (P1).

De facto, os professores estão confiantes e julgam ser de grande importância as mudanças que estão a ser introduzidas no sistema educativo brasileiro, pois permitem que se introduzam inovações na elaboração dos currículos locais, bem como uma maior preocupação com formação inicial dos futuros professores e com a formação continuada:

(...) a BNCC representa uma inovação importante, na medida em que alinha as competência e habilidade básicas que todo aluno, independente de onde se encontre no território brasileiro, tem o direito de aprender, também será à base da formação dos novos professores, resultando em profissionais mais bem preparados. (P9)

Quanto ao processo de construção e divulgação da BNCC, os professores mostram-se insatisfeitos, ao referirem que:

(...) que eu tenha conhecimento, não. Não foi tão divulgado assim” (P5)

Eles usaram mais a internet como ferramenta de divulgação, infelizmente nem todos têm iniciativas, então eu penso que faltou maior divulgação nas escolas mesmo. (P8)

No fundo, as afirmações dos professores que entrevistámos demonstram que sentiram falta de uma maior participação, sobretudo dos que se encontram em efetivo exercício, já que o processo de construção se realizou através de órgãos ligados ao governo federal, envolvendo representantes dos estados e dos municípios que, na sua grande maioria, não estavam ligados à sala de aulas.

Em relação à divulgação, os órgãos competentes também ficaram aquém do que era expectável, uma vez que o alinhamento do currículo do estado à BNCC não teve nenhuma participação dos professores desta unidade de ensino, como demonstram as declarações de um dos entrevistados:

Quem trabalha na secretaria com certeza deve ter feito essa adequação, mas não sei também como, porque como a gente não participou desse processo, não tem como a gente saber. (P5)

Este tipo de declarações foi sendo repetido por vários participantes no estudo, sobretudo quando nos referíamos à adaptação do currículo do estado. A maioria afirma ter tido conhecimento de que foi efetuada, embora não tivesse a participação de profissionais da escola em que trabalham. Alguns afirmam que se encontram numa situação de maior afastamento porque ainda não tinham tido acesso ao documento depois de concluído.

Alguns inquiridos referiram, ainda, que por não terem participado na construção do projeto político pedagógico da escola, no ano de 2019, não tinham tido conhecimento dessa adequação: “Acredito que sim, mas como eu não participei na elaboração desse projeto, então não posso opinar” (P7).

Contudo, alguns dos inquiridos acreditam que essa adequação se processará ao longo do ano letivo de 2020, como evidenciou o entrevistado P8, ao referir que:

(...) está em processo de adaptação, mas ainda falta um maior entendimento da própria BNCC, então acredito que será reformulado novamente em 2020 e nos próximos anos subsequentes. (P8)

Nota-se que a falta de participação efetiva dos professores que trabalham em salas de aulas, sobretudo na formulação dos documentos que orientam as diretrizes da educação brasileira, gera certo desconforto ao nível da própria classe docente, pois ao nível da construção curricular, o discurso de quem elabora tais documentos, nem sempre dialoga com os que têm a responsabilidade sobre a ação prática. As políticas pedagógicas legitimadas pelos poderes educacionais instituídos quase nunca estão em harmonia com a realidade vivida pelos professores. A esse respeito, Gimeno, (1999, p. 39) afirma que:

Desde a simples ordem que supõe que a ação em si mesma tenha um propósito, assumindo valores e motivos coletivos, até a ação dirigida por normas éticas que envolvem critérios conscientes para discernir entre as alternativas e compromissos com as mais convenientes, há toda uma hierarquização do impulso dinâmico da ação. A aspiração a uma racionalidade ética seria expressada na busca que a ordem conata, ou seja congênita, que as atividades têm fosse explicitamente desejada de acordo com a aceitação de certas normas. Mas a prática é mais complexa e nem sempre tão coerente.

Assim, refletir sobre as dificuldades práticas de uma proposta pedagógica é, na verdade, procurar contribuir criticamente para viabilizá-la, pois da discussão sobre as suas intenções e os seus limites práticos surgem e efetivam-se movimentos educacionais inovadores. Na verdade, trabalhar no campo da prática curricular, acompanhando a elaboração e a implementação das políticas educacionais, deveria ser uma preocupação central na atividade profissional quotidiana.

### **5.3. Formação de professores**

Nesta categoria de análise a nossa intenção foi apurar se houve apoio às escolas, ao nível da formação continuada de professores, por parte da secretaria do estado e do centro de formação, e averiguar se os professores consideram ter formação suficiente para implementar a BNCC e cumprir os propósitos que nela são veiculados.

Apesar de, na escola em questão, ser evidente a certeza dos professores em relação à necessidade da formação continuada, garantem que a formação do ano letivo de 2019 não teve como foco principal os estudos sobre a BNCC, como se pode constatar pelas afirmações dos docentes que foram entrevistados:

(...) fizemos alguns estudos, mas superficial até porque não tínhamos total conhecimento sobre ela. (P8)

(...) a formação continuada ela teve pontos, partes que eram sobre a BNCC, mas nada específico (...), com foco não. (P5)

(...) Sim, mas ainda insatisfatória. (P9)

Ora, como se facilmente se depreende, neste período era essencial promover a formação do corpo docente e fazer uma ampla divulgação das medidas a implementar junto da comunidade escolar, uma vez que se trata de um conjunto de alterações que a todos diz respeito. Porém, as respostas dos entrevistados permitem-nos constatar que o estudo e a divulgação do documento foram insatisfatórios.

Importa lembrar que a formação continuada - entendida numa perspetiva de mudança e melhoria das práticas pedagógicas - deve possibilitar a experimentação do novo e do

diferente, a partir do domínio do conhecimento dos profissionais sobre o objeto gerador dessas mudanças. É nesta ordem de ideias que Morgado (2007, p. 48) considera a formação contínua como “um contributo educativo valioso” na preparação dos professores, quer por permitir “compaginar pensamento e ação”, quer por “questionar as práticas de ensino”, quer, ainda, por permite “identificar problemas e necessidades dos professores e das escolas”. Ora, no assunto em que este trabalho se centra, a formação continuada é reconhecida como uma mais valia, sobretudo porque os professores precisam ser orientados para uma intervenção eficaz na realidade em que estão inseridos, dando assim respostas aos desafios que a BNCC lhes coloca.

A propósito dessa intervenção e das mudanças que a mesma pode gerar, Hargreaves (2002, p.115) garante que uma inovação “bem sucedida implica mais do que aperfeiçoar habilidades técnicas. Ela também estimula a capacidade de compreensão dos professores em relação às mudanças que estão enfrentando”. Por isso, um projeto de formação necessita de ter em conta os significados e as interpretações que os docentes atribuem à mudança e averiguar de que forma os afeta e os confronta com as suas crenças e as suas práticas. Convém não esquecer que, apesar de se tratar de um conceito polissémico, a prática está ligada diretamente a ação orientada e dotada de sentido, em que o sujeito possui uma função imprescindível como agente numa estrutura social. De acordo com Gimeno (1999, p. 28),

A prática é entendida como a atividade dirigida a fins conscientes, como ação transformadora de uma realidade; como atividade social historicamente condicionada, dirigida à transformação do mundo; como a razão que fundamenta nossos conhecimentos. A prática pedagógica, entendida como uma práxis envolve a dialética entre o conhecimento e a ação com o objetivo de conseguir um fim, buscando uma transformação cuja capacidade de mudar o mundo reside na possibilidade de transformar os outros.

Outra questão que colocámos aos docentes diz respeito à flexibilidade prevista na própria BNCC. Procurámos averiguar se tinham conhecimento dessa característica e se no processo de adequação do currículo do estado tinham sido considerados os aspetos regionais. A esse respeito, os inquiridos afirmaram o seguinte:

(...) eu acredito que foram... É necessário ter essa flexibilidade para a gente poder também passar para os alunos a parte nossa regional. (P1)

Eu acredito que sim, porque como o país é imenso com dimensões continentais, então em algumas situações ele vai ter que respeitar as particularidades regionais. (P4)

No entanto, os contactos que tivemos com os inquiridos permitiram-nos ficar com a sensação de que, embora considerem tratar-se de um ponto positivo, não podem confirmar se isso foi tido em consideração, porque não participaram do alinhamento referido, nem fizeram o estudo do documento de referência curricular para o estado do Mato Grosso (currículo do estado).

Quanto ao investimento do governo na formação dos professores, os profissionais que inquirimos foram unânimes em afirmar que não tiveram conhecimento se essa formação existiu, ou não, tendo ainda ressaltado que a divulgação do processo foi sempre feita através dos meios digitais.

Não, assim, palpável nas escolas não veio. Mas a gente sabe que no meio digital existe. (P2)

Não, apenas orientação de como considerar a BNCC no planejamento anual e nos planos de aula, por meio da coordenação pedagógica da unidade. (P9).

Questionados sobre a sua preparação para implementar a BNCC nos anos escolares em que lecionam, os professores consideram que estão preparados para se adequarem às mudanças necessárias, procurando informar-se melhor, como afirma o entrevistado (P6): “tenho buscado me preparar né, conhecer o documento, ler, buscar adequar o planejamento em cima dos objetivos”. De facto, verifica-se uma inquietação muito grande, um despertar de consciência de que é preciso, perante a falta de atitudes concretas por parte das secretarias, ou mais especificamente do MEC, os professores serem mais proactivos.

Ora, já Paulo Freire (2007, p. 22) considerava que se o seu compromisso era “realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação”, não podia, por isso mesmo, “prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais [se ia] instrumentando para melhor lutar por essa causa”. Nesse sentido, pode estabelecer-se, sobre o papel do professor, uma reflexão crítica sobre a realidade, na qual se afirma a necessidade de o educador assumir o “compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem” (Freire, 2007, p. 25).

Na visão de Freire (1975, p. 30), o professor é capaz de coordenar a ação educativa no educando como agente sujeito participante, na escola como currículo de cultura e na sala de aula como espaço de diálogo. Ele acredita na capacidade criadora dos homens e das mulheres e, pensando assim, apresenta a escola como instância da sociedade; “não é a

educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade”. Nas considerações a propósito dessa reflexão, Freire (1991, p. 126), ainda afirma que:

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos.

É nesse sentido que, baseando-se no autor, Gadotti (1991, p.84) ressalta que “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação”. Acrescenta, ainda, que compete ao professor assumir-se como agente desse processo e agir na busca permanente de sua própria transformação.

Quanto às carências formativas, é possível perceber, pelas respostas dos professores, que existem várias debilidades, sendo de destacar as fragilidades relativas à formação inicial – “as carências existem em relação à própria formação inicial (...) a carência de não ter a vivência (...) em sala de aula (...), as mudanças em relação às políticas educacionais, (...) também a problemática da falta de uma gestão democrática dentro do processo educativo” (P4) –, as fragilidades relativas à falta de informação e de uma formação continuada que os oriente melhor em relação às mudanças nas diretrizes da educação – “eu acho que é de mais formação continuada, pra preparar melhor o professor, trazer mais palestrantes, pessoas com olhares diferenciados” (P6) – e as fragilidades que resultam da falta de recursos – “além da parte de formação acadêmica inicial, ele precisa também de recursos, porque a BNCC ela fala muito na inserção do aluno nessa parte da pesquisa, nessa parte da utilização de mídias, então o governo ele tem que fornecer tudo isso para o professor também” (P5).

Outro aspecto elencado pelo entrevistado (P9) diz respeito ao planejamento do ano letivo seguinte, que, em sua opinião, se configura como “uma forma de superar e melhorar o processo normativo da rede, isto é, o planejamento do ano letivo deve ser feito no final do ano anterior para que na semana pedagógica todas as normas e orientativos já estejam prontas. Assim, o processo como um todo será mais efetivo e mais confiável” (P9). Assim, constatamos que as soluções apresentadas corroboram a importância da formação continuada como espaço de discussões e troca de informações, essenciais para uma prática

pedagógica com sentido, não esquecendo que existe ainda uma outra carência – a de o ambiente escolar ser mais democrático, mais acessível e mais inclusivo.

A partir destas constatações, verificamos que, para minorar esses efeitos e melhorar a prática docente, vários estudiosos apontam como alternativa uma formação continuada de qualidade. Tratando-se de um processo que, na opinião de Morgado (2007, p. 48), “tem vindo a assumir-se como uma componente nuclear no campo do desenvolvimento profissional e da mudança e/ou inovação das práticas curriculares”, a formação contínua foi-se afirmando como um “meio de atualização científica e pedagógico-didática, de aquisição de conhecimentos e de desenvolvimento de competências pessoais e profissionais”, imprescindível para a melhoria da própria educação.

Em idêntica linha de pensamento, Schnetzler (2003, p. 27) justifica a importância da formação continuada de professores com base em três razões, que têm sido normalmente apontadas:

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas.

Em suma, perante os sucessivos avanços tecnológicos e as frequentes e intensas mudanças que acarretam impactos no âmbito educacional, é necessário que se reinvente o papel do professor, que este seja mais aberto e mais acessível e que aprofunde o seu comprometimento com a aprendizagem. Mesmo que o cenário político continue a exibir uma realidade onde os governantes não priorizam a Educação como deviam, oferecendo condições que promovam uma formação contínua de professores de qualidade e valorizem a sua missão, o professor precisa de se dedicar, e muito, aos estudos, à pesquisa, ao seu desenvolvimento pessoal e profissional e, sobretudo, aos seus alunos. Como mediador da aprendizagem, o professor participa ativamente no processo de aprender, incentivando a procura de novos saberes, sendo detentor de senso crítico, conhecendo profundamente o campo do saber que pretende ensinar, além de ser capaz de produzir novos conhecimentos através da realidade que o cerca. Por isso, o professor precisa de se posicionar e assumir como o principal responsável pela consecução do processo educativo, o que requer que se vá adequando às mudanças que vão surgindo ao longo de sua carreira profissional.

#### 5.4. Implementação da BNCC

No que diz respeito ao processo de implementação da BNCC, os professores garantem que estão a realizar as suas planificações, em consonância com as competências e habilidades previstas nesse documento, tendo, nessa tarefa, recebido um certo apoio da coordenação pedagógica da escola. Todos os professores inquiridos consideram que são essenciais para a efetivação das novas diretrizes da educação, tendo uma clara maioria a afirmar que procurou incrementar, de forma mais concreta, a utilização de recursos tecnológicos nas suas metodologias. Mesmo sem terem tido grandes apoios específicos, procuraram por si só compreender e pôr em prática, da melhor forma possível, essa nova forma de organizar e desenvolver o currículo.

Como referimos atrás, os professores entrevistados afirmam que as suas planificações das aulas estão, mais ou menos, de acordo com as competências e habilidades previstas na BNCC, porque têm em mãos as mesmas e, por isso, procuraram adequar-se a elas. Na opinião de um dos entrevistados, “porque a própria BNCC não é algo tão novo assim, já existiam relações de habilidades e competências que eram trabalhadas” (P4), eles conseguiram fazer essa mudança porque, embora o documento sistematize e inove em muitos aspetos, há muitas dessas habilidades e dessas competências que já eram trabalhadas intuitivamente.

Importa destacar que, segundo Perrenoud (1999, p. 30), uma “competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Só que, essa forma de agir condiz com a postura que vinha sendo adotada por muitos profissionais. Como o autor destaca (Perrenoud, 1999, p.7),

Se aceitarmos que competência é uma capacidade de agir eficazmente num determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles, é preciso que alunos e professores se conscientizem das suas capacidades individuais que melhor podem servir o processo cíclico de Aprendizagem-Ensino-Aprendizagem.

Nesta ordem de ideias, é fundamental diferenciar competência de habilidade. Fazendo essa distinção de forma simplificada, convém não esquecer que a competência orchestra um conjunto de esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação para resolver um dado problema, enquanto a habilidade é menos ampla e pode servir de base a várias competências. Daí Perrenoud (1999, p. 7) afirmar que “para enfrentar uma situação da

melhor maneira possível deve-se, de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos”.

Sendo assim, a discussão a respeito das competências tem um viés de grande importância, que é justamente o currículo. Numa proposta político-pedagógica é necessário ter esse olhar, pois nem sempre existe preocupação com as competências desenvolvidas, ou a desenvolver, na escola, referindo-nos, neste aspecto, tanto aos alunos como aos professores. O trabalho com as competências exige, de todos os agentes envolvidos no processo educativo, uma mudança de postura e, por consequência, um permanente trabalho pedagógico integrado, em que todas as práticas devem ser apreciadas de forma contínua. Nessa ordem de ideias, o currículo é o campo mais interessante para transformar o processo pedagógico, uma vez que deve expressar e estimular a relação entre a construção do conhecimento e a sua reflexão com a realidade.

Porém, no que diz respeito às metodologias, o que os professores destacaram foi a necessidade cada vez mais premente de utilização das TIC, que também ganham destaque na BNCC. Na opinião de um dos entrevistados, essa necessidade contribui para “ter mais consciência do quanto precisamos de nos aperfeiçoar e inovar... busquei trabalhar mais com os recursos tecnológicos” (P8).

Outro aspecto destacado relaciona-se com a necessidade de identificar, logo no início de cada ano, as maiores dificuldades com que os alunos se deparam e traçar planos de intervenção a partir delas. A esse propósito, um dos professores afirmou que a necessidade de identificar essas dificuldades “tornou o processo de sondagem mais urgente”, uma vez que “saber o ponto em que o aluno está é essencial para traçar o caminho a ser percorrido” (P9). A importância de ter em linha de conta as dificuldades dos alunos foi também uma temática enfática no que diz respeito a procurar estudos e buscar aperfeiçoamento, como reconhece um dos entrevistados ao afirmar que isso “levou o professor a despertar para necessidade de buscar conhecimento por parte das tecnologias, a questão das novas mídias que estão surgindo” (P5).

Importa, também, referir que uma das dificuldades dos professores, perante o novo modelo curricular, consiste em escolher o(s) melhor(es) método(s) de ensino a utilizar na sala de aulas. Isso porque um determinado método funciona melhor para alguns alunos, mas pode ser menos eficaz para outros. Além disso, também há professores que adotam uma

determinada metodologia e que têm dificuldade em serem mais flexíveis e experimentarem outras.

São conhecidos diversos modelos de ensino, sendo de destacar o modelo construtivista por ser o que mais se identifica com os propósitos que hoje se defendem para a educação, em geral, e para os processos de ensino e aprendizagem que a consubstanciam. No âmbito desse modelo, os estudantes são imersos em situações bastante próximas da sua realidade, com o objetivo de fazerem questionamentos, argumentarem, chegarem a conclusões por conta própria, de modo a encontrarem as devidas soluções para os seus problemas. Nesse sentido, Morgado (2000) considera que os processos de ensino-aprendizagem devem ser desenvolvidos de modo a proporcionarem, aos estudantes, experiências relevantes, o que contribuirá para que a construção de significados seja possível.

Esta perspectiva de ensino pode ser uma “fonte inspiradora” para aqueles que estão a implementar a BNCC em sala de aula, uma vez que prevê que os estudantes tenham a capacidade de aplicar o que é aprendido na prática, de forma análoga ao que o modelo construtivista propõe. Além disso, a implementação da BNCC também pode ser uma via para ir ao encontro de alguns aspectos da metodologia Montessoriana<sup>12</sup>, que tem como objetivo garantir a máxima autonomia ao aluno no processo de aprendizagem. Essa é uma excelente metodologia de ensino para estimular a independência e a criatividade dos alunos.

Existe ainda o método Freiriano que surgiu com o pedagogo Paulo Freire e tem reconhecimento internacional. Essa linha metodológica acredita que a conscientização do aluno é o maior objetivo da educação, devendo, por isso, desenvolver atividades em sala de aula que estimulem o pensamento crítico. Neste caso, os conteúdos a trabalhar não devem ser considerados verdades absolutas e o docente, embora crie condições para os alunos aprenderem, também aprende com eles.

Outro método que tem vindo, progressivamente, a ganhar protagonismo em termos de ensino-aprendizagem são as denominadas metodologias ativas<sup>13</sup>, que possuem como principal característica o reconhecimento do aluno/estudante como o principal agente

---

<sup>12</sup> Metodologia Montessoriana: Faria (2012), A. C. E. Et. Al. Método Montessoriano: a importância do ambiente e do lúdico na Educação Infantil. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. Número 12. Jan/Jun de 2012. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDY2.pdf>.

<sup>13</sup> Metodologias Ativas: O que são? Exemplos, benefícios e desafios; disponível em: <https://blog.jovensgenios.com/metodologias-ativas/>.

responsável pela sua própria aprendizagem, devendo, por isso, criar condições para que se possa comprometer com ela.

Além disso, alguns professores afirmam não ser possível esquecer que a tecnologia é uma aliada, uma vez que um dos maiores desafios das escolas, no mundo contemporâneo, radica na sua adequada utilização na sala de aulas. Como a maioria dos alunos está em contato direto com as mais diversas ferramentas (seja por meio do computador, de *tablets* ou de *smartphones*), é necessário que o professor esteja preparado para incorporar alguns desses elementos na aula, como forma de envolver os estudantes. A tecnologia pode ser empregada como metodologia de diferentes formas, seja por meio de aplicativos para a realização de exercícios, da exposição de conteúdos e de apresentações previamente preparadas pelo professor, além da utilização de vídeos e da exploração de *sites* interativos para exemplificar teorias. Enfim, há uma multiplicidade de métodos de ensino possíveis. Além disso, apesar das diferenças entre esses métodos, o objetivo é sempre o mesmo: promover uma formação de qualidade, com base em conhecimentos sólidos trabalhados pelos estudantes.

Em suma, embora se saiba que, na prática, uma dada turma ou mesmo a própria estrutura da escola podem não permitir a adoção completa de um ou outro modelo mais específico, é hoje reconhecido que existem diversos benefícios relacionados com a utilização de métodos variados de ensino. Por exemplo, se os conteúdos que exigem maior imaginação por parte dos alunos podem ser mais bem explorados por meio de uma metodologia construtivista, o método tradicional tem vindo a revelar-se mais adequado para conceitos e conhecimentos mais dogmáticos. Cada método de ensino é adequado para um dado tipo de situação, de perfil discente ou de conteúdo a ser ministrado, embora o ideal seja não haver limitação a apenas um método. O importante é manter recetividade e abertura para novas abordagens na sala de aulas, adequando os métodos e os detalhes conforme os resultados.

Quanto aos apoios específicos, os professores declararam que receberam orientações apenas para a construção das planificações, mas não em relação ao entendimento do documento como um todo, nem da filosofia que lhe está subjacente.

De certa forma sim, mas acredito que não notáveis. Acredito que nesse próximo ano letivo mude. (P2)

Mais ou menos, o planeamento anual já veio com essas habilidades da BNCC né, relacionadas ao nosso componente curricular. (P3)

(...) foram dados alguns conhecimentos básicos da BNCC, a gente teve que buscar mais essa adequação, mas não foi um trabalho muito específico. (P5)

Na verdade apoios específicos não, algumas, mas poucas, orientações apenas. (P8)

Sendo assim, verifica-se que, embora os professores reconheçam a importância do seu papel – “Acho que o professor é realmente a base dessas novas diretrizes, tem que partir do professor fazer um bom trabalho pra que elas sejam aplicadas” (P1) –, não se sentem devidamente preparados, informados e/ou orientados para conseguirem implementar essas mudanças nas suas práticas pedagógicas, pois não tiveram participação efetiva na construção dos documentos, nem uma formação adequada, como se torna evidente pelas declarações de um dos entrevistados:

(...) um projeto como foi a elaboração da BNCC depende cem por cento do professor para fazer a sua implementação. Por isso, a necessidade de ele ter participado efetivamente na sua construção, o que facilitaria a sua colocação na prática na sala de aula. Porque, na prática, muitas vezes a dificuldade não te deixa fazer. (P5)

A verdade é que a educação brasileira está a passar por enormes mudanças e os educadores não estão totalmente preparados para lidar com elas. É essencial a valorização do professor, justamente devido à sua importância, o que produzirá um maior impacto na qualidade do ensino, perante a nova definição das diretrizes educacionais.

## **5.5. Efeitos decorrentes da implementação da BNCC**

Por fim, nesta categoria de análise, o estudo demonstrou que, embora não sendo palpáveis, o principal efeito gerado, após um ano de implementação da BNCC, foi tornar visível as inquietações dos professores perante a mudança das propostas curriculares, uma vez que isso os compeliu a procurar mais estudos e a tentarem compreender a importância da formação continuada. No entanto, ao nível das aprendizagens dos alunos, julgamos que ainda não é possível mensurar esses efeitos.

Como referimos mais atrás, as principais dificuldades com que os professores se depararam foram a falta de informação, a necessidade de uma maior e mais profunda articulação entre os órgãos competentes e as escolas, bem como a falta de um planeamento mais elaborado.

Quanto a perceber as mudanças que a implementação da BNCC provocou no sistema educacional brasileiro, os participantes neste estudo acreditam que ainda é muito cedo para fazer esse balanço, embora já esteja fomentando muitas discussões, o que contribui para que muitos professores vislumbrem perspectivas positivas, pois acreditam que, a longo prazo,

acabará por gerar efeitos satisfatórios, sobretudo ao nível da aprendizagem dos alunos. Segundo um dos entrevistados, a preocupação é de que

(...) a rede aproveite o momento para impulsionar a qualidade da educação, estimulando os educadores e demais trabalhadores da educação a abraçarem as novas orientações. Caso isso não ocorra, corre-se o risco da proposta perder potência e se limitar ao campo da semântica.” (P9)

Em síntese, se a implementação da BNCC não for verdadeiramente aproveitada, acabará por ter sido mais uma proposta e uma oportunidade perdida em relação às transformações que urge imprimir no sistema educacional brasileiro.

No que diz respeito a possíveis impactos gerados após dois anos de implementação da BNCC, os professores reconhecem que é notável essa inquietação e busca de informações – “observei que teve uma maior (...) inquietação, uma necessidade maior da gente, nós professores, estudarmos mais” (P1).

Contudo, na opinião de um outro entrevistado, a mudança que vislumbra “é em relação à formação dos professores que agora tornou evidente o quanto é necessária” (P6). Além dessa ansiedade, presente nas declarações da maioria dos professores, é colocada, novamente, a questão da formação contínua, que ocupa um papel extremamente relevante nesse processo.

É compreensível esse reconhecimento por parte dos professores, porque, para se conseguir um plano educacional assente em princípios ético-críticos e de reflexão, os docentes consideram que é necessário envolverem-se num processo contínuo de reflexões – profissionais, pedagógicas, morais, epistemológicas, socioculturais, políticas –, colocando-as ao serviço de uma práxis emancipatória e de uma prática curricular comprometida. Para o efeito, destaca-se como exemplo a posição político-pedagógica, sobejamente conhecida, assumida por Paulo Freire (1978, p. 145):

Desta maneira, na prática teórica, desveladora da realidade social, a apreensão desta implica na sua compreensão como realidade sofrendo sempre uma certa prática dos seres humanos. Sua transformação, qualquer que seja ela, não pode verificar-se a não ser pela prática também. (...) Agora bem, se não há conscientização sem desvelamento da realidade objetiva, enquanto objeto de conhecimento dos sujeitos envolvidos em seu processo, tal desvelamento, mesmo que dele decorra uma nova percepção da realidade desnudando-se, não basta ainda para autenticar a conscientização. Assim como o ciclo gnosiológico não termina na etapa da aquisição do conhecimento existente, pois que se prolonga até a fase da criação do novo conhecimento, a conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade.

Desta forma, enquanto prática pedagógica, a educação confronta-se com o desafio de responder às demandas que os contextos lhes colocam. Assim, quando Freire (1978) afirma que a teoria não dita a prática, devendo, em vez disso, servir para manter a prática ao alcance, de forma a mediar e compreender de maneira crítica o tipo de práxis necessária num ambiente específico, num momento particular, deixa claro que o exercício da docência, como ação transformadora, se renova tanto na teoria como na prática e requer, necessariamente, o desenvolvimento de uma consciência crítica.

No entanto, em relação às percepções sobre as mudanças, os professores não conseguem mensurá-las ao nível das aprendizagens dos alunos, pois acreditam ser muito cedo para calcular resultados – “Ainda é cedo para dizer, mas acredito que no decorrer do tempo vão aparecer os resultados” (P4). Ou seja, nestes dois últimos anos viveu-se nessa inquietação, corporizada na busca de transformação por parte do professor perante a sua participação e adaptação em relação às novas diretrizes.

Só na mudança da metodologia do professor, de buscar novos meios, mas a questão do aprendizado ainda é muito cedo para se perceber resultados. (P2)

(...) Melhor aprendizado, reforçado na fala do entrevistado. (P9)

(...) os resultados irão aparecer no médio e no longo prazo. Por enquanto, estamos nos adaptando aos novos procedimentos e, aos poucos, os resultados irão aparecer com mais clareza (P8).

Desta forma, importa destacar que qualquer mudança no domínio educacional requer tempo para se efetivar. Há alguns anos atrás, a aprovação da LDB marcou o final da primeira geração de reformas educacionais. As diretrizes e parâmetros curriculares inauguraram a segunda geração, que tem duas características a destacar: não se tratou mais de reformas de sistemas isolados, mas sim, de regulamentar e traçar normas para uma reforma da educação de âmbito nacional; e, atingiu de forma mais intensa, do que na etapa anterior, o âmago do processo educativo, isto é, o que o aluno deve aprender, o que ensinar e como se deve ensinar. Já nesta nova etapa que se vivencia atualmente – a implementação da BNCC –, se for bem executada, pode vir a atingir resultados mais profundos, podendo, inclusive, mudar sistematicamente a educação básica brasileira ao longo dos anos. Porém, não se pode esquecer que para gerir essas possibilidades de modo competente, é preciso que todos os envolvidos construam uma visão de longo prazo e negociem as prioridades a veicular em cada contexto.

No que diz respeito às dificuldades, os profissionais consideram que a falta de informação foi uma dificuldade notória, como evidencia um dos entrevistados – “Eu acho

que falta informação, precisaria de mais informação, mais leitura, mais conhecimento do projeto” (P6). Existem outros aspetos, como, por exemplo, “A falta de uma efetiva articulação entre as secretarias, o CEFAPRO e as escolas” (P8) ou a existência de “um planeamento que, ao mesmo tempo, corrija as carências de aprendizagem que o aluno carrega e atinja as competências e habilidades mínimas” (P9), o que é um grande desafio. Outra dificuldade referida pelos professores refere-se à “falta de acesso à internet, visto que muitas das habilidades estão voltadas para linguagem nos meios digitais” (P10).

Na escola em que foi realizado este estudo, os alunos não possuem acesso à internet, nem existe um laboratório de informática ou uma biblioteca integrada, o que dificulta muito o trabalho do professor, sobretudo se pretender colocar em prática determinadas habilidades que exigem esse tipo de recursos. Essa é a realidade da rede pública no Brasil: uma significativa falta de infraestruturas. Talvez por isso, os professores tenham sido unânimes ao reconhecer que, por enquanto, é impossível concretizar alguma transformação no sistema educacional brasileiro. No entanto, acreditam que essas transformações podem ocorrer no futuro, se a BNCC foi implementada da forma que está prevista:

(...) no professor eu vejo que ele vai ser um professor mais inquieto pra buscar mais informações novas, e eu espero que quando a BNCC estiver realmente a funcionar, que o aluno seja realmente um aluno pesquisador e que seja desenvolvido dentro de cada aluno as habilidades que ele tem. (P5)

(...) toda essa inquietação dos profissionais isso é muito bom porque fará com que eles busquem novas formas de se fazer educação e isso trará bons resultados para os alunos que terão um professor melhor preparado. (P8)

Espero que a rede aproveite o momento para impulsionar a qualidade da educação, estimulando os educadores e demais trabalhadores da educação a abraçarem as novas orientações. (P9)

Ficou explícito que os professores acreditam que estarão melhor preparados, uma vez que com a implementação da BNCC foram impulsionados a procurar estudos e a fazerem formação, como reconhece um docente ao afirmar que existiu “Uma maior busca por parte dos professores em relação à formação continuada, (...) através de um estudo mais aprofundado, vai ser efetivamente implementado essa questão da BNCC no currículo” (P9). Talvez por isso os docentes se mostrem bastante otimistas em relação aos efeitos positivos que a BNCC poderá gerar na aprendizagem dos alunos, como se conclui das afirmações de três docentes ao referirem que:

Com certeza, porque o Brasil estava precisando, já fazia muito tempo que não era adequada a educação brasileira (...) Mas a gente vai conseguir ver o resultado lá na frente,

na formação do aluno que ta saindo pra faculdade, ele já vai sair com outro perfil, vai sair mais adequado à realidade (P5).

(...) com certeza, já trouxe, toda essa movimentação, essa necessidade de estudos, isso já é algo bom e com certeza trará um melhor aprendizado para o aluno. (P8)

Estamos vivendo a fase em que precisamos melhorar a qualidade da educação brasileira, em particular a da rede pública. A BNCC é um mote a ser seguido. Mas, se ela não vingar terá sido mais uma oportunidade perdida. (P9)

Assim sendo, verificamos que, relativamente aos processos de construção curricular, há muito caminho a percorrer até à criação de um modelo de propostas que reconheçam os professores como os principais protagonistas nesse processo. Não se pretende que os professores sejam os agentes exclusivos da mudança, tanto dos currículos como norma, como do currículo em ação, apenas que se assuma a necessidade de os professores dialogarem com os outros atores para poderem efetivar de forma mais cabal as suas práticas.

É que, a implementação de um currículo só será democrática quando houver a participação efetiva de todos os agentes envolvidos, o que requer que os professores tenham mais representatividade nos processos, além de uma maior autonomia. Nesse sentido, Morgado (2012)<sup>14</sup> defende que:

É preciso fazer da educação um desígnio nacional, o que requer a implementação de um projeto político que viabilize a universalidade do acesso à educação, garanta a igualdade de oportunidades e estimule o desenvolvimento pleno de todos os cidadãos, independentemente da sua origem ou classe social. Tal propósito só será possível se forem definidas e implementadas políticas educativas e curriculares que concedam aos professores e demais agentes educativos oportunidades efetivas de participação e decisão curricular, reforçando a sua autonomia, que permitam uma efetiva adequação dos imperativos de âmbito nacional às características e necessidades de cada contexto específico e que potenciem a introdução de inovação no sistema.

Em suma, conclui-se assim que propor um novo currículo não significa que, necessariamente, irá haver melhoria e inovação. Assim se compreende que, ao analisar a reforma curricular britânica, Goodson (1999) ressalte que, para verificar se os modelos de reforma são progressivos ou regressivos, importa considerar que as mudanças se dão a longo, médio e curto prazo, ou seja, envolvem fatores estruturais – como transformações macroeconómicas e mudanças cíclicas de média duração, como as que ocorrem na organização escolar – e mudanças específicas, locais e de menor proporção, como as que envolvem a introdução de novos equipamentos didáticos na escola. Por isso, é necessário um conjunto de investigações históricas das mudanças nas escolas, considerando as

---

<sup>14</sup> Texto policopiado, que serviu de base à Conferência de Abertura proferida pelo autor no fórum Currículo, Escola e Sociedade, inserido no 4º Congresso Marista de Educação / Edição Internacional, sobre “Espaços, Tempos e Horizontes na Educação de Infâncias e Juventudes”, e que decorreu em São Paulo, Brasil, de 17 a 20 de julho de 2012.

condições em que se baseiam, por um período de tempo representativo, para se analisar em que direção ocorreram.

As reformas curriculares podem, ainda, gerar algumas contradições, como quando são executadas por pessoas com visões e culturas educativas do passado, mas que precisam de atuar, utilizando as novas estratégias propostas, ou quando procuram desenvolver novas ideias no sistema educativo como um todo. Só que, pelo tempo que levam para atingir toda população escolar, arriscam-se a tornar-se ultrapassadas, como considera Sebarroja (2001).

Por fim, importa considerar que os professores e os estudantes, ao colocarem a proposta de uma reforma curricular em prática, procedem à sua interpretação e traduzem o prescrito em função das suas possibilidades concretas de trabalho e de suas concepções, o que, por norma, desemboca num currículo de certo modo diferenciado do que foi originalmente proposto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas conclusões resultantes das análises realizadas ao longo do presente estudo, procuramos compreender quais foram os efeitos e as mudanças que a implementação da BNCC provocou nas práticas pedagógicas dos professores. Sendo assim, após a análise dos dados recolhidos, e para cumprir de forma mais direta os objetivos propostos, apresentamos as respostas às questões de investigação que delineámos no início do processo e que nortearam o presente estudo.

1. Como é que os professores estão a implementar as mudanças sugeridas pela BNCC nas suas práticas pedagógicas?

O estudo demonstrou que os professores, mesmo com pouco domínio do documento da BNCC, bem como alguma falta de conhecimento em relação à adequação no currículo do estado e do projeto político pedagógico da escola, procuraram implementar, nas suas planificações das aulas, as competências e habilidades propostas na BNCC, uma vez que constataram que estas não eram inéditas. Antes não eram sistematizadas, mas os professores já trabalhavam as mesmas nas suas rotinas diárias, ainda que em alguns casos de forma intuitiva. Também foi verificado que eles buscaram conhecer a BNCC, lançando-se às pesquisas e leituras individuais, pois não tiveram apoio por parte do próprio MEC, nem da secretaria de educação do estado e do centro de formação.

2. Será que os professores possuem formação para estruturarem processos de ensino-aprendizagem que contribuam para que os alunos desenvolvam as competências e as habilidades previstas na BNCC?

Os professores reconheceram que não se sentem completamente preparados pois, para além de não ter havido formação contínua centrada em estudos sobre a BNCC, também não tinham participado no processo de construção da BNCC. Além disso, a divulgação do documento e das alterações pretendidas deixou muito a desejar, visto que não houve grande empenho por parte dos órgãos competentes nesse processo. Embora sejam reconhecidos como os principais agentes responsáveis por colocar em prática as novas diretrizes da educação, constataram que, sem conhecimentos e o empenho de todos, não será possível vislumbrar mudanças de forma efetiva, tanto que eles não conseguiram mensurar nenhum resultado ainda, principalmente em relação às aprendizagens dos alunos.

3. Quais têm sido as dificuldades com que os professores se deparam na implementação da BNCC?

O que os resultados deste estudo evidenciaram é uma forte inquietação dos professores, uma vez que não houve participação efetiva no processo de construção da BNCC, nem formação direcionada para a análise e compreensão dessa nova proposta. Daí a seguinte questão: *Como implementar na prática um currículo quando não se tem total conhecimento do que é sugerido no mesmo?*

Como facilmente se compreenderá, torna-se praticamente impossível delinear essa ação. Não houve estudos, nem formação destes profissionais. Por isso, apesar de saberem que a BNCC é obrigatória, sentem-se à deriva, sem ter a quem recorrer ou a quem tenha conhecimentos para os orientar. Por isso, procuram, por si só, desenvolver competências e habilidades nas suas práticas na sala de aulas, porém sem saber se dessa forma conseguirão concretizar esses propósitos e provocar bons resultados ao nível das aprendizagens dos alunos.

4. Quais as principais mudanças ao nível das estratégias e metodologias utilizadas nas aulas, na sequência da implementação da BNCC?

Quanto às estratégias e metodologias utilizadas, o estudo evidenciou uma maior preocupação em relação ao domínio e utilização dos recursos tecnológicos na sala de aulas, uma vez que o domínio dessas tecnologias é destacado na BNCC, esperando-se um maior envolvimento tanto dos alunos como também dos professores nesse domínio. Verificamos uma grande inquietação por parte destes profissionais, visto que se estão a confrontar com uma nova realidade educacional, o que, muitas das vezes, gera inseguranças, mas também uma atitude proativa, pois sentem necessidade dessa adequação, o que acaba por ser muito positivo.

Sendo assim, o resultado deste estudo surpreendeu-nos porque no âmbito das práticas pedagógicas dos professores na sala de aula não houve mudanças significativas, apesar da conceção da BNCC ter sido concluída em 2017 e o processo de estudos e reelaboração dos currículos se ter iniciado em 2018. Os professores não se encontram familiarizados com o documento, pois faltam estudos e a escola, mais especificamente a escola onde decorreu esta pesquisa, não está a dar o suporte necessário, uma vez que os gestores também não receberam suporte do centro de formação, nem da secretaria do estado de educação. De

facto, existe uma falha significativa nas articulações entre as secretarias de educação, os centros de formação e os gestores, o que se reflete na falta de rumo exibida pelos professores. Como referimos oportunamente, a formação contínua realizada no letivo de 2019 não teve como apreciação a BNCC, o que vai em contramão sobre o que o próprio documento destaca que é, justamente, a importância dessa formação para o processo de implementação. Existe, portanto, uma disparidade entre o que é propalado pelos órgãos ligados ao Ministério da Educação (MEC) e a efetiva realidade vivida nas escolas.

Importa, por isso, destacar que é preciso estudar as propostas curriculares, bem como as teorias do currículo e as tendências pedagógicas que lhe estão subjacentes para, a partir daí se conseguir compreender a prática e as suas consequências para os alunos e os docentes. Acerca dessa possibilidade, Eisner (*apud* Gimeno, 2000, p. 123) argumenta que:

[...] o ensino é o conjunto de atividades que transformam o currículo na prática para produzir a aprendizagem, é uma característica marcante do pensamento curricular atual, interar o plano curricular a prática de ensiná-lo não apenas o torna realidade em termos de aprendizagem, mas que na própria atividade podem se modificar as primeiras intenções e surgir novos fins.

A sala de aula é o espaço onde se concretiza o currículo e, conseqüentemente, acontecem os processos de ensino-aprendizagem. Esses processos acontecem não só através da transferência de conteúdos, mas também pelo envolvimento dos estudantes na construção dos seus saberes, numa perspectiva a que não é alheia a influência das diversas relações e interações que acontecem no espaço escolar, na sala de aulas e nas relações entre professor e alunos. Afinal, o estudo das teorias de um currículo não é a garantia de encontrar respostas a todos os questionamentos, mas uma forma de recuperar as discussões curriculares no ambiente escolar e conhecer os diferentes discursos pedagógicos que orientam as decisões, até à “racionalização dos meios para obtê-los e comprovar seu sucesso” (Gimeno, 2000, p. 125).

No caso deste estudo, os professores destacaram que sabiam que o documento assinala possibilidades positivas de transformação da educação brasileira a longo prazo e que a BNCC pode contribuir para se introduzirem mudanças significativas, tanto para os docentes como para os alunos. Porém, enfatizam a necessidade dessas propostas serem melhor estudadas e reconhecem que só através de uma real participação de todos é que os resultados surgirão. Dessa forma, o efeito maior é exatamente esse despertar dos professores face a esta nova realidade educacional, onde a utilização das tecnologias é essencial e em que os docentes devem conquistar mais protagonismo. Essa inquietação gerada nos professores é o efeito

mais evidente do processo de implementação da BNCC. Evidenciamos na interpretação e análise dos dados que eles estão perante um universo diversificado de propostas e desafios, nos quais se devem envolver se pretenderem transformar os processos de ensino-aprendizagem e melhorar a qualidade da educação que se desenvolve nas escolas. Na verdade, os professores têm de tomar consciência que só haverá transformação do serviço educativo que a escola propicia à comunidade se os professores estiverem dispostos a trabalhar em realidades a que não estavam habituados.

Assim, cabe ao sistema educacional como um todo, voltar o olhar especialmente para os professores, devolvendo-lhes a dignidade necessária e criando espaços que lhes permitam ser ousados face ao ato de educar, pois as mudanças necessárias para uma educação de qualidade manifestam-se perante a quebra de paradigmas internos, crenças e valores arraigados ao ato de ensinar. Quando os professores tomarem consciência destas novas perspectivas, diríamos mesmo de possibilidades, darão o primeiro passo para a mudança, uma vez que só assim conseguirão tornarem-se verdadeiros agentes da transformação da educação no país.

Importa clarificar que este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente ao nível da amostra que foi não-probabilística e de conveniência, o que limita a possibilidade de uma extrapolação maior, uma vez que a totalidade de inquiridos foi de apenas quinze professores. Outra limitação deste estudo está relacionada com a escassa abrangência demográfica, pois a amostra, como já referido, foi recolhida por conveniência tendo-se centrado essencialmente em uma só escola. Essas limitações se deram pelo fato, principalmente, por este trabalho constituir um primeiro exercício no campo da investigação, e também ao tempo disponível para recolha de dados que foi de certo modo escasso, uma vez que iniciamos as entrevistas em fevereiro do corrente ano, e decorridos apenas dois meses, foi decretado o isolamento social por conta da pandemia do novo coronavírus (COVID – 19), o que dificultou o contato com outros professores.

No entanto, futuras investigações poderiam utilizar amostras mais amplas, abrangendo um número maior de entrevistados e outras regiões demográficas, principalmente daqui alguns anos, uma vez que neste estudo constatamos não ser possível mensurar os impactos em relação ao aprendizado dos alunos. Existem ainda, outros aspectos susceptíveis de ser aprofundado, na sequência deste trabalho: recolher pistas para nortear a formação contínua de professores; estudar as percepções dos decisores políticos em relação à efetivação da

BNCC nas escolas; pesquisar quais alterações foram efetuadas nos livros didáticos e sua relevância no processo ensino-aprendizagem. Uma outra pista de investigação futura pode centrar-se no contributo da formação continuada de professores na implementação da BNCC, com subsídios que daí possam resultar para a melhoria do próprio modelo de formação.

Por fim, enfatizamos que este estudo constituiu apenas um contributo para o conhecimento, principalmente, no sentido de compreender melhor as angústias e as perspectivas futuras dos professores frente a esse grande desafio que é a concretização das novas propostas curriculares em suas práticas pedagógicas de sala de aulas. Sendo assim, dada à importância do tema considera-se que muito há ainda que percorrer no campo da investigação nessa área sendo, portanto, um campo fértil de trabalho para outros investigadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, L., & Freire, T. (2017). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação* (5ª Ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Aranha, M. L. A. (1996). *Brasil no Século XX: o desafio da educação* (2ª Ed.). São Paulo: Moderna.
- Aranha, M. L. A. (2006). *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Moderna.
- Ball, S. J. & Bowe, R. (1992). Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, v. 24, nº 2, p. 97-115.
- Ball, S. J. (1994). Discourse of educational reform in the United Kingdom and the USA and the work of teachers. *British Journal of In-service Education*, v. 20, nº 1, p. 5-16.
- Ball, S. J. (1998). Big policies/small world: an introduction to international perspectives in education policy. *Comparative Education*, v. 34, nº 2, p. 119-130.
- Ball, S. J. (1999). Specifying globalization effects on national policy: a focus on the mechanisms. *Journal of Education Policy*, v. 14, nº 1, p. 1-17.
- Ball, S. J. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, nº 2, p. 99-116. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.com](http://www.curriculosemfronteiras.com). Acesso em 03 de fevereiro 2020.
- Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baudelot, C. & Establet, R. *L'École capitaliste en France*. Paris: Librairie François Maspero, 1971.
- Bello, L. P. (1992). *História da Educação no Brasil*. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.
- Bogdan, R. & Bilken, S. (2013). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- Bourdieu, P. (2011) *A Miséria do Mundo*. Trad. Mateus. S. Soares Azevedo, Jaime A. Clasen, Sérgio H. de Freitas Guimarães, Marcus Antunes Penchel, Guilherme J. de Freitas Teixeira, Jairo Veloso Vargas. 8ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes.

- Dale, R. & Robertson, S. (2002). The varying effects of regional organizations as subjects of globalization of education. *Comparative Education Review*, v. 46, nº 11, p. 10-28.
- Dale, R. (2000). Globalization and education: demonstrating a "common world educational culture" or locating a "globally structured educational agenda" *Educational Theory*, v. 50, nº 4, 427-448.
- Fetterman, D. M. (1989). *Ethnography step by step*. Newbury Park, CA: Sage Publications, p.11.
- Flores, M. A. (2004) *Dilemas e desafios na formação de professores*. In M. C. Moraes, J. A. Pacheco e M. O. Evangelista (Orgs.), *Formação de professores. Perspetivas educacionais e curriculares* (pp. 127-160). Porto: Porto Editora.
- Foucault, M. (2010). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal.
- Franco, M. A. R. S. (2006) Pesquisa-ação e prática docente: possibilidades de descolonização do saber pedagógico. In: *Association Internationale Pour La Recherche Interculturelle*, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Ed. da UFSC, pp. 1-21.
- Franco, M. A. R. S. (2013). *Observatório da prática docente - Relatório CNPq*. São Paulo: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Freire, P. (1979). *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1983). *Conscientização*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (1993). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freitas, D. & Villani, A. (2002). Formação de Professores de Ciências: um desafio sem limites. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 7, nº 3, 215-230. Disponível em <http://www.if.ufrgs.br/public/ensino/revista.htm>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.
- Gadotti, M. (1999). *História das ideias pedagógicas* (8ª Ed.). São Paulo: Ática.
- Gadotti, M. (2003). *Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido*. São Paulo: Grubhas.
- Ghiraldelli, J. P. (1994). *História da Educação* (2ª Ed.). São Paulo: Cortez.
- Gimeno, J. S. (1995). Consciência a ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In António Nóvoa (Org.), *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, (pp. 63-92).
- Gimeno, J. S. (1999). *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Gimeno, J. S., (1998). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed.

- Gimeno, S J. & Pérez, G. A. I. (2000). *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: ArtMed.
- Giroux, H. (1997). *Os professores como intelectuais*. Porto Alegre: Artmed.
- Goodson, I. (1999) A crise da mudança curricular: algumas advertências sobre iniciativas de reestruturação. In H. L. Silva (Org.), *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?* (pp. 109-126). Petrópolis: Vozes.
- Houssaye, J. (1995). *Une illusion pédagogique? Cahiers Pédagogiques*, Paris, nº 334, pp. 28-31. Instituto Lukács.
- Imbert, F. (2003). *Para uma práxis pedagógica*. Brasília: Plano.
- Janis, I. L. 1982 [1949]. *O problema da validação da análise de conteúdo*. In K. A. A. Lasswell (Edt.), *A linguagem da política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Kosik, K. (1995). *Dialética do concreto* (6ª Ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Libâneo, J. C. (2006), *Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens?* In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.). São Paulo: Cortez.
- Lopes, A. C. (2001). Competências na organização curricular da reforma do ensino médio. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 27, nº 3, 1-20.
- Martins, J. & Bicudo, M. A.V. (1994), *A Pesquisa Qualitativa em Psicologia Fundamentos e Recursos Básicos – 2ª. Ed. – São Paulo: Moraes*.
- Marx, K. & Engels, F. (1994). *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes.
- Menezes, L. C. (2011). A escola dos últimos 25 anos. *Revista Nova Escola*. Ed. nº 239, p. 146.
- Moreira, D. A. (2002), *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.
- Morgado, J. C. (2000). *A (Des)Construção da Autonomia Curricular*. Porto: Edições ASA.
- Morgado, J. C. (2007). Formação e desenvolvimento profissional docente: desafios contemporâneos. In J. C. Morgado & M. I. Reis (Orgs.), *Formação e desenvolvimento profissional docente: perspectivas europeias* (pp. 41-57). Braga: CIEd, Universidade do Minho.
- Morgado, J. C. (2007). Formação e desenvolvimento profissional docente: desafios contemporâneos. In J. C. Morgado e M. I. Reis (Orgs.), *Formação e desenvolvimento profissional docente: perspectivas europeias* (pp. 41-57). Braga: CIEd, Universidade do Minho.

- Morgado, J. C. (2012) Currículo, escola e sociedade, 4º Congresso Marista de Educação / Edição Internacional, sobre “*Espaços, Tempos e Horizontes na Educação de Infâncias e Juventudes*”, São Paulo, Brasil.
- Morgado, J. C. (2016). O professor como decisor curricular: de ortodoxo a cosmopolita. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, (pp. 55-64).
- Morin, E. (2010). *Conferência internacional sobre os sete saberes necessários à educação do presente*. Fortaleza (texto policopiado).
- Pacheco, J. A. & Flores, M. A. (1999). *Formação e Avaliação de professores*. Porto: Editora.
- Pacheco, J. A. & Pereira, N. (2007). Estudos Curriculares: das teorias aos projectos de escola. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 45. 197-221. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/edur/n45/a11n45>. Acesso em 15 de maio de 2020.
- Pacheco, José (1995). *O pensamento e a ação do professor*. Porto: Porto Editora.
- Perrenoud, P. (1999). *Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, P. (1999). Construir competências é virar as costas aos saberes? *Pátio – Revista Pedagógica*, Porto Alegre, n. 11, 15-19. Disponível em [http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php\\_main/php\\_1999/1999\\_39.html](http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1999/1999_39.html). Acesso em 07 de abril de 2020.
- Piletti, C. (1986). *História da Educação no Brasil* (2ª Ed.). São Paulo: Ática.
- Piletti, C. (1997). *Filosofia da Educação* (9ª Ed.). São Paulo: Ática.
- Pórlan, R. R. A. & Martin, D. P. R. (1998). Conocimiento profesional y epistemología de los profesores I: estudos empíricos e conclusiones. *Enseñanza de las Ciencias*, 16(2), (pp. 271-288).
- Rizvi, F. & Lingard, B., (2000). Globalization and education: complexities and contingencies. *Educational Theory*, v. 50, nº 4, 419-426.
- Rodrigues, N. (1996). *Lições do Príncipe e outras lições* (12ª Ed.). Petrópolis: Vozes.
- Roldão, M. C. (2006). *Gestão do Currículo e Avaliação de competências: as questões dos professores* (4ª Ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Romanelli, O. O. (1978). *História da Educação no Brasil* (17ª Ed.). Petrópolis: Vozes.
- Rosa, M. I. F. P. & Schnetzler, R. P. (2003). A investigação-ação na formação continuada de professores de Ciências. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 1, (pp.27-39).

- Rosa, M. I. F. P. S. & Schnetzler, R. P. (2003). A investigação-ação na formação continuada de professores de ciências. *Ciência & Educação* (Bauru) [online], vol. 9, n. 1. ISSN 1516-7313. In <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132003000100003>. Acesso em 17 de novembro de 2019.
- Sanfelice, J. L. (2008), *Dialética e Pesquisa em Educação*. In: Lombardi, J.C.; Saviani, D. (Orgs.). *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr.
- Santos, D. (2016), *Sobre a Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/relatoriosanaliticos>. Acesso em outubro de 2020.
- Santos, M. J. V. (1991). *História Antiga e Medieval* (10ª Ed.). São Paulo: Ática.
- Santos, N. A. B. (2013). *Estética e ética na perspectiva materialista*. 1ª edição, São Paulo: Instituto Lukács.
- Saviani, D. (2008). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* (10ª Ed.). Campinas: Autores Associados.
- Saviani, D. (2009). *Escola e democracia* (41ª Ed.). Campinas: Autores Associados.
- Sebarroja, J. C. (2001). *A aventura de inovar: a mudança na escola*. Porto: Porto Editora.
- Silva, T. T. (2007), *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. 11. reimp. Belo Horizonte: Autêntica.
- Suárez, D. (1995). Políticas públicas e reforma educacional: a reestruturação curricular na Argentina. In L. H. Silva & J. C. Azevedo (Orgs.), *Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola*. Petrópolis: Vozes.
- Taylor, S. & Henry, M. (2000). Globalization and educational policymaking: a case study. *Educational Theory*, v. 50, nº 4, (pp. 487-503).

## ANEXOS/APÊNDICES

### Anexo 1. Guião da entrevista aos professores

#### Relação entre dimensões, objetivos e itens da entrevista.

Dimensões	Objetivos	Itens
I. Caracterização do entrevistado.	1) Caracterizar os participantes em termos profissionais.	1.1. Qual a sua formação académica? 1.2. Qual o seu percurso profissional como professor? 1.3. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão? 1.4. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?
II. Processo de construção e divulgação da BNCC.	2) Averiguar como é que os professores caracterizam o processo de construção e implementação da BNCC.  3) Verificar se a BNCC se adequa ao currículo do estado e ao projeto político pedagógico da sua escola.  4) Averiguar se os professores participaram no alinhamento da BNCC ao currículo do estado e ao PPP da escola.	2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos? 2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo? 2.3. O processo foi democrático? Por quê? 2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança? 2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento? 2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola? 2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma? 3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas? 3.2. O currículo do estado onde trabalha está adequado à BNCC? 3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola? 4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado? 4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?
III. Formação de professores e	5) Apurar se houve apoio às escolas, ao nível da formação continuada de professores, por	5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC? 5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em

BNCC.	<p>parte da secretaria do estado e do centro de formação.</p> <p>6) Averiguar se os professores consideram ter formação para implementar a BNCC e cumprir os propósitos que veicula.</p>	<p>relação à BNCC?</p> <p>5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?</p> <p>6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?</p> <p>6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?</p>
IV. Processo de implementação da BNCC.	<p>7) Verificar se os professores elaboram as suas planificações em consonância com a BNCC.</p> <p>8) Compreender como é que os professores implementam a BNCC nas salas de aulas.</p>	<p>7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?</p> <p>7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?</p> <p>8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?</p> <p>8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?</p> <p>8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?</p>
V. Impactos da implementação da BNCC.	<p>9) Conhecer os impactos da implementação da BNCC ao nível das práticas dos professores.</p> <p>10) Averiguar quais as perspectivas futuras dos professores acerca da BNCC.</p>	<p>9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?</p> <p>9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?</p> <p>9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?</p> <p>10.1. Após um ano da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?</p> <p>10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?</p> <p>10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processos de ensino-aprendizagem?</p>

## Anexo 2. Súmula das principais ideias dos entrevistados

### Súmula das principais ideias frente às questões sobre o *perfil profissional dos inquiridos*.

#### Questões:

1.1. Qual a sua formação acadêmica?

1.3. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

1.4. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

Entrevistado P1	Entrevistado P2	Entrevistado P3	Entrevistado P4	Entrevistado P5
1.1. "Letras, com habilitação em Inglês".	1.1. "Professor de geografia, me formei na Universidade Federal da Grande Dourados em 2016, na graduação, o meu Mestrado foi concluído em 2019".	1.1. "Sou formado em matemática, pela UFMS, Federal do Mato Grosso do Sul de Campo Grande".	1.1. "Formado em Letras, com habilitação em língua inglesa".	1.1. "Formada em História, pela UNEMAT, Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso".
1.3. "Uma boa formação inicial e continuada, boas condições de trabalho, uma escola bem estruturada e com alunos motivados".	1.3. "Acho que ele tem que estar sempre buscando novos conhecimentos, sempre novas formas de dar aula, formas de renovar suas práticas, suas pedagogias".	1.3. "a gente não pode parar no tempo, tem que tá em constante aprendizado, sempre por dentro das mudanças, das novas tecnologias".	1.3. "Além de ter uma boa formação inicial, que toda a equipe, todos os componentes de uma escola, te dê condições pra que esse trabalho seja realizado com sucesso, com supervisão, com coordenação".	1.3. "A educação é uma atividade que tem mudanças constantes (...) é necessário à formação continuada, todo ano ele precisa se especializar com cursos novos, com o que tem novo no mercado".
1.4. "Muito importante, a sociedade tá mudando sempre, têm muitas mudanças nas políticas educacionais,	1.4. "quanto mais você estuda, mais você se dedica à sua profissão, melhor você consegue desempenhá-la, melhor profissional você	1.4. "considero muito importante porque a graduação é só o início, então é importante estar em constante aprendizado,	1.4. "a formação inicial tem algumas peculiaridades em relação à vivência em sala de aula, e a formação continuada faz	1.4. "É importantíssimo, a educação ela vem mudando, o perfil do nosso aluno ele é bastante diversificado, então o professor

<i>os alunos mudam. Então é necessário que os professores também acompanhem todas essas mudanças”.</i>	<i>será”.</i>	<i>constante estudo, pra ficar por dentro de todas essas mudanças”.</i>	<i>com que o profissional acaba se envolvendo dentro desse processo, e conhecer as políticas públicas educacionais, que é muito diferente do que você consegue observar num banco de uma faculdade”.</i>	<i>tem que se atualizar bastante, inclusive nas novas tecnologias”.</i>
<b>Entrevistado P6</b>	<b>Entrevistado P7</b>	<b>Entrevistado P8</b>	<b>Entrevistado P9</b>	<b>Entrevistado P10</b>
<i>1.1. “Licenciada em Geografia”.</i>	<i>1.1. “Letras, habilitação em Espanhol”.</i>	<i>1.1. “Formado em Biologia pela Universidade Federal do Mato Grosso”.</i>	<i>1.1. “Graduado em Geografia, com especialização em Desenvolvimento Sustentável e mestrado em Agronegócios”.</i>	<i>1.1. “Sou graduada em pedagogia com especialização em educação interdisciplinar”.</i>
<i>1.3. “A formação, ela vai levar você a desenvolver melhor em sala de aula teu trabalho (...) a estrutura da escola vai ajudar, vai facilitar no trabalho do professor”.</i>	<i>1.3. “buscar novos conhecimentos, agregar conhecimento de outras escolas, um acompanhamento mais permanente da escola fora da sala de aula é importante porque todo conhecimento é válido”.</i>	<i>1.3. “uma boa formação inicial e continuada para que se sinta seguro no domínio de suas aulas. Uma escola bem estruturada e uma gestão engajada”.</i>	<i>1.3. “acredito que a primeira e mais importante condição pedagógica de um professor é o estar preparado para o exercício pleno da função, ou seja, ter pleno domínio da área de conhecimento que atua”.</i>	<i>1.3. “primeiro lugar, turmas não superlotadas, segundo um ambiente agradável, limpo, climatizado, ambientado... turmas em nível de proficiência padronizada”.</i>
<i>1.4. “Sim, porque a formação nunca termina, então você saiu da graduação e não pode parar</i>	<i>1.4. “a formação é muito importante, quanto mais você estuda, mais você se dedica à sua profissão, melhor</i>	<i>1.4. “muito importante, as políticas educacionais vem mudando, o perfil dos alunos, os modelos de</i>	<i>1.4. “formação continuada é condição para o bom desempenho da profissão de educador,</i>	<i>1.4. “porque o mundo não é, ainda bem, estático”.</i>

<i>porque a formação continuada vai te permitir a ter novos olhares, a ter novos conhecimentos e assim te transformar em um profissional melhor atuante em sala de aula”.</i>	<i>você consegue desempenhá-la”.</i>	<i>educação são outros e então o olhar do professor sobre todas essas situações devem ir se modificando também”.</i>	<i>contribui para que o professor se mantenha atualizado, reformule seus saberes constantemente e se mantenha em sintonia com os interesses dos educandos”.</i>	
---	--------------------------------------	--	---	--

**Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões sobre o processo de construção e divulgação da BNCC.**

**Questões:**

- 2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?
- 2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?
- 3.2. O currículo do estado onde trabalha está adequado à BNCC?
- 3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?
- 4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

<b>Entrevistado P1</b>	<b>Entrevistado P2</b>	<b>Entrevistado P3</b>	<b>Entrevistado P4</b>	<b>Entrevistado P5</b>
<i>2.1. “em termos educativos é extremamente importante ter um currículo comum para todo o Brasil, onde a gente pode estabelecer as competências, as habilidades exigidas e ainda oferecer uma autonomia para o estado criar o seu próprio</i>	<i>2.1. “acho que a BNCC é fundamental, principalmente por dar espaço às regionalizações, por dar espaço a cada estado, a cada escola”.</i>	<i>2.1. “ela é importante e necessária, porque ajuda de certa forma uniformizar o ensino de todo o país”.</i>	<i>2.1. “é mais uma tentativa, dentro de uma proposta que busca sanar os problemas da educação no Brasil, pois ela vem de encontro à necessidade real, adequar o currículo que atenda os quatro cantos do país, respeitando algumas particularidades</i>	<i>2.1. “a vinda da BNCC ela tá fazendo com que o Brasil tenha uma igualdade na educação, tanto na escola pública quanto particular vão conseguir ter o mesmo currículo, onde todos vão ter o mesmo acesso, a mesma</i>

<i>currículo</i> ".			<i>regionais</i> ".	<i>educação</i> ".
2.4. "Em minha opinião não".	2.4. "Não, não teve, não tivemos acesso".	2.4. "essa parte acho que deixou a desejar, então acho que não".	2.4. "Não, não foi".	2.4. "Que eu tenha conhecimento, não. Não foi tão divulgado assim."
3.2. "Olha, apesar de eu não ter em mãos aqui essas referências curriculares, já ouvi, tenho o conhecimento de que houve sim uma adequação à BNCC".	3.2. "a gente ainda não teve acesso né, então provavelmente não está [...] não tenho conhecimento".	3.2. "apesar de eu não ter em mãos essas referências curriculares, é do meu conhecimento que teve uma adequação sim".	3.2. "Ainda não, porque depende muito da inclusão, dessa proposta dentro do próprio político pedagógico da escola, em relação ao próprio material didático que ainda não tem essa adequação (...) não é concreto na nossa realidade".	3.2. "Quem trabalha na secretaria com certeza deve ter feito essa adequação, mas não sei também como, porque como a gente não participou desse processo, não tem como a gente saber".
3.3. "Eu acredito que sim também, eu acho que tem se adequado".	3.3. "como eu não participei da elaboração, então não posso opinar, mas acredito que sim porque tem que estar né, de acordo com a BNCC".	3.3. "Eu acredito que sim, mas eu não tinha nenhuma participação nem acesso ao PPP da escola".	3.3. "Ele tá em processo de construção, mas não está adequado totalmente a BNCC".	3.3. "Conheço o projeto político pedagógico da escola, mas não tenho conhecimento profundo da BNCC, então acredito que deve ter sido feito, mas não sei como".
4.1. "não que eu tenha conhecimento".	4.1. "não que eu tenha conhecimento".	4.1. "Que eu saiba, não".	4.1. "Alguns profissionais foram convidados a participar das discussões, mas foi um número bem reduzido, não houve o retorno após essa mesma discussão".	4.1. "Dos colegas que eu conversei na escola, nenhum sabia".
<b>Entrevistado P6</b>	<b>Entrevistado P7</b>	<b>Entrevistado P8</b>	<b>Entrevistado P9</b>	<b>Entrevistado P10</b>

<p>2.1. “um planejamento pensado, adequado para a nação, para os estudantes do país inteiro, então eu acredito que é boa”.</p>	<p>2.1. “um estudo numa sequência igual em todas as regiões, sul, sudeste, nordeste, que tem mesmo parâmetro, é muito positivo”.</p>	<p>2.1. “já estava na hora do Brasil pensar num documento que estabeleça parâmetros para que todos os estados adaptem seus currículos. É preciso que haja uma igualdade na educação, e são os currículos de cada unidade federativa que vai garantir essa igualdade”.</p>	<p>2.1. “a BNCC representa uma inovação importante, na medida em que alinha as competência e habilidade básicas que todo aluno, independente de onde se encontre no território brasileiro, tem o direito de aprender, também será à base da formação dos novos professores, resultando em profissionais mais bem preparados”.</p>	<p>2.1. “um documento muito importante que de fato preconiza a intenção de regulamentar em nível de nação quais as aprendizagens necessárias por idade/fase dos estudantes... é um ótimo documento”.</p>
<p>2.4. “É, divulgado foi, mas com afinco, conhecimento e insistência, não”.</p>	<p>2.4. “não tivemos acesso”.</p>	<p>2.4. “Eles usaram mais a internet como ferramenta de divulgação, infelizmente nem todos têm iniciativas, então eu penso que faltou maior divulgação nas escolas mesmo”.</p>	<p>2.4. “A proposta passou por um período de adaptação e adoção voluntária pelas redes, nesse período, as editoras que fornecem os livros didáticas também se prepararam para incorporar o novo modelo, então quanto as mudanças se tornaram obrigatórias a concepção já estava bem divulgada e conhecida”.</p>	<p>2.4. “Na minha escola chegou embora não tenha sido feito estudos aprofundados, não tenho informações maiores sobre a divulgação ter ou não atingido todos os professores”.</p>
<p>3.2. “acredito que ela tem que tá, a BNCC é um</p>	<p>3.2. “eu acredito que sim. Até porque na nossa</p>	<p>3.2. “foi feita essa adequação por uma equipe</p>	<p>3.2. “Sim, no ensino fundamental</p>	<p>3.2. “Não sei te dizer por que ainda não</p>

<i>documento feito e o currículo do estado tem que caber”.</i>	<i>escola tem o estudo todo ano letivo né, pode ser que tenha alguma mudança”.</i>	<i>da própria secretaria do estado e com a participação de alguns professores e do pessoal dos cefapros”.</i>	<i>está com objetivos de aprendizagem adaptados à realidade do estado”.</i>	<i>estudei ambos os documentos, mas acredito que sim”.</i>
<i>3.3. “acredito que como ainda é tudo muito novo, as escolas ainda tão se adequando, mas deve estar havendo uma mudança”.</i>	<i>3.3. “Acredito que sim, mas como eu não participei da elaboração, então não posso opinar”.</i>	<i>3.3. “Está em processo de adaptação, mas ainda falta um maior entendimento da própria BNCC, então acredito que será reformulado novamente em 2020 e nos próximos anos subsequentes”.</i>	<i>3.3. “Na escola que atuo não houve atividade com essa finalidade”.</i>	<i>3.3. “Não, acho que o ppp da escola precisa se adequar melhor”.</i>
<i>4.1. “Que eu saiba, não”.</i>	<i>4.1. “não tenho conhecimento se teve ou não”.</i>	<i>4.1. “Não, infelizmente da nossa escola ninguém participou”.</i>	<i>4.1. “Não que eu tenho conhecimento, conheço profissionais que participaram, mas de outras unidades”.</i>	<i>4.1. “não que eu saiba”.</i>

**Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões sobre a formação dos professores.**

**Questões:**

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

<b>Entrevistado P1</b>	<b>Entrevistado P2</b>	<b>Entrevistado P3</b>	<b>Entrevistado P4</b>	<b>Entrevistado P5</b>
------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------

5.1. "eu acho que não".	5.1. "não teve ainda não. acredito que terá num futuro bem próximo."	5.1. "Não, não teve".	5.1. "não".	5.1. "a formação continuada ela teve pontos, partes que eram sobre a BNCC, mas nada específico (...), com foco não".
5.2. "eu acredito que tem, (...), é necessário ter essa flexibilidade pra gente poder também passar para os alunos a parte nossa regional".	5.2. "a BNCC dá muito flexibilidade pra essa parte, essa autonomia dos estados."	5.2. "Eu acredito que sim, mas novamente, eu não tive acesso a esses documentos".	5.2. "Eu acredito que sim, porque como o país é imenso com dimensões continentais, então em algumas situações ele vai ter que respeitar a particularidade regional".	5.2. "Do que a gente escuta falar e lê, sim (...), como não li, ainda não sei se essa adequação foi feita".
5.3. "não que eu saiba".	5.3. "Não, assim, palpável nas escolas não veio. Mas a gente percebe que no meio digital existe".	5.3. "Não, que eu saiba não".	5.3. "Não é do meu conhecimento".	5.3. "Até onde eu tenho conhecimento, não".
6.1. "eu acho que ainda é preciso um pouco mais de estudo em cima dessa nova base curricular".	6.1. "Sim, estou me preparando já. Por iniciativa minha já estou me preparando".	6.1. "acredito que não, acho que eu tenho que ter um pouco mais de contato com ela, estudar um pouco mais, ver certinho, as competências e habilidades".	6.1. "Como é um processo novo, eu acredito que vou me preparar aos poucos né, juntamente se tiver a formação continuada".	6.1. "acredito que não ainda. Porque toda mudança ela gera a lei de uma resistência (...), até porque a gente não tem conhecimento dela na íntegra".

<p>6.2. “eu acho que a falta de conhecimento com relação a essas mudanças nas políticas educacionais (...) eu também acredito que os governantes deveriam adotar aí como critério focar de uma maneira mais objetiva e efetiva na formação continuada dos professores”.</p>	<p>6.2. “eu acho que essas mudanças, essas questões tinham que ser mais claras, mais acessíveis ao corpo docente, se a gente tivesse acesso à elaboração do mesmo né, então se a gente conhecesse o documento desde o início seria mais fácil de trabalhar com ele”.</p>	<p>6.2. “Acredito que sejam com relação à formação continuada mesmo, seria importante ter um maior comprometimento da gestão escolar”.</p>	<p>6.2. “As carências está em relação à própria formação inicial (...) a carência de não ter a vivência (...) em sala de aula (...), as mudanças em relação às políticas educacionais, (...) também a problemática da falta de uma gestão democrática dentro do processo educativo”.</p>	<p>6.2. “além da parte de formação acadêmica inicial, ele precisa também de recursos, porque a BNCC ela fala muito na inserção do aluno nessa parte da pesquisa, nessa parte da utilização de mídias, então o governo ele tem que fornecer tudo isso para o professor também”.</p>
<p><b>Entrevistado P6</b></p>	<p><b>Entrevistado P7</b></p>	<p><b>Entrevistado P8</b></p>	<p><b>Entrevistado P9</b></p>	<p><b>Entrevistado P10</b></p>
<p>5.1. “Foco totalmente não (...), mas BNCC foi discutida”.</p>	<p>5.1. “Acredito que sim, eu particularmente não participei”.</p>	<p>5.1. “Fizemos alguns estudos, mas superficial até porque não tínhamos total conhecimento sobre ela”.</p>	<p>5.1. “Sim, mas ainda insatisfatória”.</p>	<p>5.1. “Digamos que, “de leve”, desculpa, vamos falar que sim, para não ser irônica”.</p>
<p>5.2. “olha, de certa forma sim, outras coisas já são bem específicas”.</p>	<p>5.2. “a BNCC dá muito flexibilidade pra essa parte, essa autonomia dos estados”.</p>	<p>5.2. “Pelo o que li e compreendi sim, há flexibilidade sim”.</p>	<p>5.2. “Este ano todas as escolas estão obrigadas a incorporar a BNCC”.</p>	<p>5.2. “Não sei comentar sobre isso, infelizmente”.</p>
<p>5.3. “Que eu saiba, não”.</p>	<p>5.3. “assim, palpável nas escolas não veio (...), no meio digital existe, algumas coisas que o governo disponibiliza sim”.</p>	<p>5.3. “se houve, não é de meu conhecimento”.</p>	<p>5.3. “Não, apenas orientação de como considerar na BNCC no planejamento anual e nos planos de aula, por meio da</p>	<p>5.3. “Também não sei te dizer”.</p>

			<i>coordenação pedagógica da unidade</i> ".	
6.1. "Tenho buscado me preparar né, conhecer o documento, ler, buscar adequar o planejamento em cima dos objetivos".	6.1. "Sim. De suma importância".	6.1. "ainda não me sinto preparado, mas tenho consciência que preciso buscar estudar".	6.1. "Gosto de pensar que sim, mas entendo que é um processo de aprendizagem que vai levar algum tempo até ela ser incorporada integralmente".	6.1. "Digamos que estou disposta, preparada já não sei, é um processo né, neste caso".
6.2. "eu acho que é de mais formação continuada, pra preparar melhor o professor, trazer mais palestrantes, pessoas com olhares diferenciados".	6.2. "essas questões tinham que ser mais claras, mais acessíveis ao corpo docente (...) se a gente tivesse acesso à elaboração do mesmo (...), se a gente conhecesse o documento desde o início seria mais fácil de trabalhar com ele".	6.2. "própria formação inicial há falhas né, o professor aprende muitas teorias e a prática é muito diferente (...) o problema maior está na formação inicial mesmo".	6.2. "Acredito que uma forma de superar é melhorar o processo normativo da rede, isto é, o planejamento do ano letivo deve ser feito no final do ano anterior para que na semana pedagógica todas as normas e orientativo já estejam prontas, assim, o processo como um todo será mais efetivo e mais confiável".	6.2. "Aplicadores que de fato tenham propriedade do documento que sejam preparados para dar formação".

**Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões sobre *implementação da BNCC*.**

**Questões:**

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

Entrevistado P1	Entrevistado P2	Entrevistado P3	Entrevistado P4	Entrevistado P5
7.2. <i>“Podemos dizer que sim, pois nós temos as habilidades da BNCC, sempre em mãos”.</i>	7.2. <i>“Sim, meus planejamentos já estão de acordo com a BNCC”.</i>	7.2. <i>“Acho que mais ou menos, às vezes sim porque a gente tem ali as habilidades da BNCC sempre em mãos pra gente consultar”.</i>	7.2. <i>“Em partes, algumas coisas ele tinha já uma relação, porque a própria BNCC não é algo tão novo assim, já existia umas relações de habilidades e competências que já eram trabalhadas”</i>	7.2. <i>“na verdade mais ou menos, porque com o passar do tempo o professor ele teve que ir se adequando ao público que ele tem e hoje a BNCC ela tá trabalhando na verdade um pouco com essa questão que o professor já trabalhava, mas não cem por cento, a gente consegue adequar pontos do planejamento, não o total ainda”.</i>
8.1. <i>“com certeza. Acho que o professor é realmente a base dessas novas</i>	8.1. <i>“O papel dos professores é fundamental, são eles que vão pôr a mão na</i>	8.1. <i>“Sim, com certeza”.</i>	8.1. <i>“Sim, o professor é a motriz dessa ferramenta”</i>	8.1. <i>“um projeto como foi elaborado a BNCC, depende cem por cento do</i>

<p><i>diretrizes, tem que partir do professor fazer um bom trabalho pra que elas sejam aplicadas”.</i></p>	<p><i>massa, eles que vão fazer acontecer”.</i></p>			<p><i>professor pra ele fazer essa implementação por isso à necessidade dele ter participado efetivamente e da construção dela, pra que possa colocar em prática na sala de aula. Porque na prática muitas das vezes a dificuldade não te deixa fazer”.</i></p>
<p><i>8.2. “com certeza. Trabalhar mais com recursos tecnológicos, como o uso do celular para fins pedagógicos”.</i></p>	<p><i>8.2. “Sim, levou sim. Principalmente ligadas aos novos meios de comunicação, aos alvos tecnológicos, às mídias sociais, à interação com o mundo global”.</i></p>	<p><i>8.2. “sim, principalmente essa questão de trabalhar com recursos tecnológicos, procurei dar um uso diferenciado pro celular nas minhas aulas, por exemplo”.</i></p>	<p><i>8.2. “a BNCC hoje ela já vem com toda essa questão contemporânea das TIC’s (...) hoje ele é uma ferramenta que deve ser utilizada dentro da sala de aula, que você não vai conseguir desvincular o processo de aprendizagem dos meios tecnológicos”.</i></p>	<p><i>8.2. “levou o professor a despertar para necessidade de buscar conhecimento por parte das tecnologias, a questão das mídias novas que estão surgindo”.</i></p>

8.3. “de certa forma, sim. O planejamento anual ele veio com as habilidades da BNCC, relacionado ao nosso componente curricular”.	8.3. “De certa forma sim, mas acredito que não notáveis. Acredito que nesse próximo ano letivo mude”.	8.3. “Mais ou menos, o planejamento anual já veio com essas habilidades da BNCC né, relacionada ao nosso componente e curricular”.	8.3. “Foram feitos algumas discussões (...), porém não foi colocado na prática né, ainda temos um longo caminho a percorrer até se adequar a ela no próprio projeto político pedagógico da escola”.	8.3. “foram dados alguns conhecimentos básicos da BNCC, a gente teve que buscar mais essa adequação, mas não foi um trabalho muito específico”.
<b>Entrevistado P6</b>	<b>Entrevistado P7</b>	<b>Entrevistado P8</b>	<b>Entrevistado P9</b>	<b>Entrevistado P10</b>
7.2. “Desde que ela entrou em vigor, sim. A gente tem utilizado ela como critério”.	7.2. “Sim, sim”.	7.2. “A BNCC não traz algo tão novo assim, de certa forma tudo já existia ela só organizou de outra forma, então meus planejamentos já meio que segue essa linha da BNCC sim”.	7.2. “Sim, mas confesso que ainda não é um processo natural, precisamos nos questionar se o que estou fazendo está ou não alinhado com as aprendizagens e competências previstas”.	7.2. “Sim, na verdade não é algo tão novo né, já trabalhávamos de certa forma, dessa maneira”.
8.1. “Ah, com certeza, buscado aprender pra que seja um diferencial na implementação de novas políticas educacionais”.	8.1. “Com certeza. O professor é a peça fundamental né”.	8.1. “é o professor o responsável pela prática da sala de aula, então é ele a peça central de todo esse processo”.	8.1. “o professor precisa estar motivado e comprometido com a implementação, caso contrário ela se tornará letra morta”.	8.1. “Na verdade, acho que tem pouca relatividade”.
8.2. “Sim, mais leitura, (...) melhorar nossas aulas, tentar se reinventar todos os dias pra dar conta”.	8.2. “Sim, é porque o ensino em si ele é uma mudança né, você sempre vai ter que tá acompanhando essas mudanças	8.2. “ela me levou a ter mais consciência do quanto precisamos nos aperfeiçoar e inovar (...) busquei trabalhar	8.2. “Não, mas ela tornou o processo de sondagem mais urgente, saber o ponto em que o aluno está é essencial para traçar o caminho a	8.2. “no meu caso não”.

	<i>com certeza”.</i>	<i>mais com os recursos tecnológicos”.</i>	<i>ser percorrido”.</i>	
<i>8.3. “Específico (...) que eu lembre não (...) foi no geral, uma leitura geral”.</i>	<i>8.3. “De certa forma sim, mas acredito que não notáveis. Acredito que nesse próximo ano letivo mude né, porque é muito cedo”.</i>	<i>8.3. “Na verdade apoios específicos não, algumas poucas orientações só”.</i>	<i>8.3. “Além das orientações gerais, há um trabalho feito pela coordenação pedagógica de acompanhamento para a implementação da BNCC no planejamento”.</i>	<i>8.3. “Bem pouco viu. Está sendo abordado agora neste ano, em 2019 não”.</i>

**Súmula das principais ideias dos entrevistados frente às questões sobre *efeitos decorrentes da implementação da BNCC.***

**Questões:**

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível do processo de ensino-aprendizagem?

<b>Entrevistado P1</b>	<b>Entrevistado P2</b>	<b>Entrevistado P3</b>	<b>Entrevistado P4</b>	<b>Entrevistado P5</b>
<i>9.1. “observei que teve uma maior (...) inquietação, uma necessidade maior da gente, nós professores, estudarmos mais”.</i>	<i>9.1. “acredito que ainda não dá pra notar resultados. Não são todos os professores que estão se adequando, então quando for uma totalidade,</i>	<i>9.1. “que eu notei foi que gerou uma grande inquietação entre os professores”.</i>	<i>9.1. “ainda não. Existe uma inquietação muito grande (...) esse processo ele vai levar alguns anos pra que seja observado o resultado”.</i>	<i>9.1. “dentro do professor, essa inquietação por buscar se adequar a essa nova metodologia. Nos alunos ainda não consigo ver”.</i>

	<i>quando tiver um tempo pra se pensar e se analisar os resultados, a gente pode pensar em analisá-los, se são positivos ou não”.</i>			
<i>9.2. “Olha, eu ainda acho cedo né, pra dizer. Mas eu acredito que no decorrer do tempo, eu acho que sim. Vai ter um impacto positivo”.</i>	<i>9.2. “Só na mudança da metodologia do professor, de buscar novos meios, mas a questão do aprendizado ainda é muito cedo pra se perceber resultados”.</i>	<i>9.2. “na minha opinião por enquanto não”.</i>	<i>9.2. “Ainda é cedo pra dizer, mas acredito que no decorrer do tempo vai aparecer os resultados”.</i>	<i>9.2. “acho que com o passar do tempo, sim. Mas a princípio, em um ano, a gente não consegue ver esse resultado ainda”.</i>
<i>9.3. “a falta de informação, do estudo, prejudicou bastante”.</i>	<i>9.3. “acho que faltou maior clareza com o documento e faltou mais acesso aos professores (...) toda a escola precisa ter mais acesso a esse documento”.</i>	<i>9.3. “Acho que falta de informação, faltou eu pegar pra estudar”.</i>	<i>9.3. “A falta de informação e uma discussão mais ampla sobre o tema”.</i>	<i>9.3. “A falta de informação e de estudos específicos sobre ela (...) pra que a gente possa ir pra sala de aula já com a certeza, com o conhecimento daquilo que a gente tem que fazer”.</i>
<i>10.1. “acho muito cedo pra eu conseguir ter esse tipo de visão, ainda não vejo muitas transformações”.</i>	<i>10.1. “acredito que ainda não”.</i>	<i>10.1. “Sinceramente, ainda não”.</i>	<i>10.1. “as próprias editoras os autores eles tão correndo atrás pra ter um material direcionado com essa questão da BNCC, mas vai levar um certo tempo esse processo”.</i>	<i>10.1. “acredito que é muito cedo ainda pra gente conseguir ver isso”.</i>
<i>10.2. “acredito que</i>	<i>10.2. “acredito que</i>	<i>10.2. “se não houver mais</i>	<i>10.2. “Uma maior busca</i>	<i>10.2. “no professor eu vejo que ele vai</i>

<p>os professores vão buscar muito mais estudos né, e alguma forma de manter a sua formação continuada, tá sempre aprimorando e se melhorando”</p>	<p>ela tende a melhorar muito, porque ela dá uma base (...) aos currículos estaduais, então ela tem sim a ser muito positiva”.</p>	<p>incentivos e maior investimento na formação dos professores, creio que não vai haver grandes mudanças não”.</p>	<p>por partes dos professores em relação à formação continuada, (...) através de um estudo mais aprofundado, vai ser efetivamente implementada o essa questão da BNCC no currículo”.</p>	<p>ser um professor mais inquieto pra buscar mais informações novas, e eu espero que quando a BNCC esteja realmente toda ela funcionando, que o aluno seja realmente um aluno pesquisador e que seja desenvolvido dentro de cada aluno as habilidades que ele tem”.</p>
<p>10.3. “Com o tempo, sim. Futuramente os resultados serão sim positivos”.</p>	<p>10.3. “Se os profissionais seguirem a risca o que está proposto na BNCC não tem como não dar certo. Se a prática for seguir exatamente como está na teoria, não tem como dar errado”.</p>	<p>10.3. “Sim, acho que se houver um devido comprometimento por parte do governo e das secretárias, eu acredito que sim.”</p>	<p>10.3. “com o tempo, isso irá acontecer (...) porque os resultados eles vão dar a partir de estudos iniciais como esse, e posterior ao andamento desse processo”.</p>	<p>10.3. “Com certeza, porque o Brasil tava precisando já fazia muito tempo, que não era adequada a educação brasileira (...) mas a gente vai conseguir ver o resultado lá na frente, na formação do aluno que tá saindo pra faculdade, ele já vai sair com outro perfil, vai sair mais adequado à realidade”.</p>
<p><b>Entrevistado P6</b></p>	<p><b>Entrevistado P7</b></p>	<p><b>Entrevistado P8</b></p>	<p><b>Entrevistado P9</b></p>	<p><b>Entrevistado P10</b></p>
<p>9.1. “A mudança que vejo é em relação à formação dos professores que agora ficou muito evidente o quanto é necessária”.</p>	<p>9.1. “Na verdade essa mudança tá sendo contínua”.</p>	<p>9.1. “A mudança que vejo é em relação à formação dos professores que agora ficou muito evidente o quanto é necessária”.</p>	<p>9.1. “a principal mudança está na estrutura do planejamento anual e nos planos de aula, um cuidado maior de relacionar os objetos de conhecimento com as competências e</p>	<p>9.1. “A proposta de um mesmo caminho pra todas as escolas né, um planejamentos mais sintonizados entre todas as escolas e regiões do país”.</p>

			<p><i>habilidades. Há uma preocupação maior com os resultados, quanto são detectadas carências são implementados os projetos de intervenção com a finalidade de reverter à deficiência daquele grupo de aluno”.</i></p>	
<p>9.2. “Eu acho ainda tudo muito novo, pra já ter alcançado resultado nos alunos”.</p>	<p>9.2. “Eu acho que é um processo ainda né, é um processo contínuo, não dá pra perceber ainda”.</p>	<p>9.2. “um ano é pouco tempo e na verdade a BNCC ainda não está de fato implementada, então na aprendizagem do aluno ainda não teve efeito nenhum em minha opinião”.</p>	<p>9.2. “os resultados irão aparecer no médio e no longo prazo. Por enquanto, estamos nos adaptando aos novos procedimentos e, aos poucos, os resultados irão aparecer com mais clareza”.</p>	<p>9.2. “Acho que essa aferição será mais perceptível a médio ou logo prazo, por enquanto é cedo”.</p>
<p>9.3. “Eu acho que falta de informação, precisaria de mais informação, mais leitura, mais conhecimento do projeto”.</p>	<p>9.3. “Na verdade, você saber o caminho (...) é tudo um caminho que você tem que focar, ainda falta muito estudo”.</p>	<p>9.3. “A falta de uma efetiva articulação entre as secretarias o cefapro e as escolas”.</p>	<p>9.3. “Fazer um planejamento que, ao mesmo tempo, corrija as carências de aprendizagem que o aluno carrega e atinja as competências e habilidades mínimas, isso não é nada trivial, é um grande desafio”.</p>	<p>9.3. “o nível de proficiência das turmas não necessariamente estar em nível de acompanhar o que a BNCC propõe pra idade/série/turma”.</p>
<p>10.1. “acho cedo ainda, pra gente dizer (...) que já há um avanço, eu acho que no profissional de educação já tá havendo uma</p>	<p>10.1. “No momento , até agora, eu ainda não percebi. Ainda é muito</p>	<p>10.1. “Não dá pra perceber ainda, porque é tudo muito recente e esse tipo de processo leva tempo para surtir efeito”.</p>	<p>10.1. “Creio que hoje ela já faz parte da linguagem e do dia a dia da escola. Há uma intimidade maior com os conceitos,</p>	<p>10.1. “não consigo perceber ainda”.</p>

<i>mudança (...) mas no aluno acho que a gente tem que esperar ainda um pouco”.</i>	<i>cedo”.</i>		<i>mas não sinto que tenha ocorrido transformação no sistema educacional brasileiro ainda não”.</i>	
<i>10.2. “Boas, ter confiança. Tem que trabalhar porque um projeto feito, por tantos pensadores, nós temos que ter fé nele que ele vá dar resultado”.</i>	<i>10.2. “vai ser possível você dar uma olhada e ver que tá tendo a mudança”.</i>	<i>10.2. “toda essa inquietação dos profissionais isso é muito bom porque fará com que eles busquem novas formas de se fazer educação e isso trará bons resultados para os alunos que terão um professor melhor preparado”.</i>	<i>10.2. “Espero que a rede aproveite o momento para impulsionar a qualidade da educação, estimulando os educadores e demais trabalhadores da educação a abraçarem as novas orientações”.</i>	<i>10.2. “que de fato as aulas acompanhem as habilidades e competências proposta pra turma em questão, e que não fique só no papel né, ou seja, no planejamento do professor”.</i>
<i>10.3. “Sim, a gente só precisa esperar um tempo né, mas eu acho que vem positividade por aí”.</i>	<i>10.3 “Sim, a BNCC mostra o que você tem que buscar, você tem que pesquisar. Mas é uma mudança construtiva, você vai construindo aos poucos, até chegar para os alunos”.</i>	<i>10.3 “com certeza, já trouxe, toda essa movimentação, essa necessidade de estudos, isso já é algo bom e com certeza trará um melhor aprendizado para o aluno”.</i>	<i>10.3 “estamos vivendo a fase em que precisamos melhorar a qualidade da educação brasileira, em particular a da rede pública. A BNCC é um mote a ser seguido. Mas, se ela não vingar terá sido mais uma oportunidade perdida”.</i>	<i>10.3 “acredito que com o tempo, se ela for de fato implementada trará bons resultados e vai beneficiar os alunos”.</i>

### Anexo 3. Transcrição da entrevista P1

1.1. Qual a sua formação acadêmica?

*Eu sou formada em Letras, com habilitação em Inglês.*

1.2. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Me formei na Universidade Estadual de Londrina, morei um ano nos Estados Unidos, voltei em 2006, passei a ensinar em escolas particulares e faz três anos que eu ensino língua inglesa aqui na Escola Verde.*

1.3. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Uma boa formação inicial e continuada, com certeza boas condições de trabalho, uma escola bem estruturada e com alunos motivados né.*

1.3. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Muito importante né, acho que a sociedade tá mudando sempre, têm muitas mudanças nas políticas educacionais, os alunos mudam. Então é necessário que os professores também acompanhem todas essas mudanças né.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Ah, com certeza. Já era o momento né, em termos educativos é extremamente importante ter um currículo comum para todo o Brasil, onde a gente pode estabelecer as competências, as habilidades exigidas e ainda oferecer uma autonomia pro estado criar o seu próprio currículo né, de acordo com as especificidades de cada região.*

2.2. Concorde com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Olha, eu não muito né, pois eu acho assim que não chegou ao conhecimento de todo mundo.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Não exatamente, eu acho que não foi discutido e principalmente com os professores, atuação em sala de aula, acho que ficou faltando um melhor estudo em cima dessa nova base curricular.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Na minha opinião não, porque acho que ainda faltou alguma coisa aí.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Até este momento, não.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Por enquanto, eu ainda não sei se já chegou até a escola.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a

mesma?

*Tiveram alguns professores que tiveram sim essa oportunidade, mas infelizmente não foram todos né.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Eu acredito que sim, apesar de que eu acho que não o suficiente pra envolver todo mundo. [...] Acho que tinha que ter sido muito melhor e muito maior.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Olha, apesar de eu não ter em mãos aqui essas referencias curriculares, eu sei né, eu ja ouvi, tenho o conhecimento de que houve sim uma adequação à BNCC.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Eu acredito que sim também, eu acho que tem se adequado, tem tido um maior envolvimento da escola pra se adequar a essa nova base curricular.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Não que eu tenha conhecimento.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Não que eu saiba.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Olha, honestamente, eu acho que não.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Eu acho que sim, apesar de eu não poder afirmar aí com toda certeza né, uma vez que eu não tenho total conhecimento desses documentos, mas eu acredito que tem, tem que ter né, é necessário ter essa flexibilidade pra gente poder também passar para os aluno a parte nossa regional né. [...] Eu acredito que sim.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Olha, não que eu saiba, não chegou até mim nada.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Olha, eu acho que preparada, preparada, não é bem a palavra. Eu acho que ainda é preciso um pouco mais de estudo em cima dessa nova base curricular, pra poder realmente aplicar ela de uma forma mais adequada.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Olha, eu acho que a falta de conhecimento com relação à essas mudanças nas políticas educacionais, sem sombra de dúvidas, é algo muito necessário de ser trabalhado né. Mas eu também acredito que os governantes deveriam adotar aí como critério focar de uma maneira mais objetiva e efetiva na formação continuada dos professores.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Geralmente, na maioria das vezes, em grupo né, com outros professores da mesma área, pra que a gente possa trocar experiências e elaborar umas aulas interdisciplinares e ter mais oportunidade de discutir situações vivenciadas na sala de aula.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Podemos dizer que sim, pois nós temos as habilidades da BNCC, sempre em mãos quando a gente tá elaborando aí o nosso planejamento né.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Ah, com certeza. Acho que o professor é realmente a base dessas novas diretrizes, tem que partir do professor fazer um bom trabalho pra que elas sejam aplicadas.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Ah, sim, com certeza. Trabalhar mais com recursos tecnológicos, como o uso do celular para fins pedagógicos, por exemplo, tive que correr bastante atrás.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Olha, de certa forma, sim. O planejamento anual ele veio com as habilidades da BNCC, relacionado aí né, ao nosso componente curricular.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*Ah, eu observei que teve uma maior acho que inquietação, uma necessidade maior da gente, nós professores, estudarmos mais.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Olha, eu ainda acho cedo né, pra dizer. Mas eu acredito que no decorrer do tempo, eu acho que sim. Vai ter um impacto positivo.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*Olha, eu acredito que a falta de informação, do estudo, prejudicou bastante.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Eu ainda acho muito cedo pra eu conseguir ter esse tipo de visão, apesar de que eu acredito que vai ser positiva né. Mas, por hora, eu ainda não vejo muitas transformações, por exemplo.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Olha, eu acredito que os professores vão buscar muito mais estudos né, e alguma forma de manter a sua formação continuada, tá sempre aprimorando e se melhorando.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?

*Eu acredito que sim. Com o tempo, sim. Que a gente ainda vai levar certo tempo pra chegar lá, mas eu acredito que futuramente os resultados serão sim positivos.*

#### Anexo 4. Transcrição da entrevista P2

1.4. Qual a sua formação acadêmica?

*Eu sou professor de geografia, me formei na Universidade Federal da Grande Dourados em 2016, na graduação, e aí, o meu Mestrado foi concluído em 2019.*

1.5. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Comecei lecionando em 2017 e continuo até hoje.*

1.3 Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Acho que ele tem que estar sempre buscando novos conhecimentos, sempre novas formas de dar aula, formas de renovar suas práticas, suas pedagogias.*

1.6. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim, a formação é muito importante, quanto mais você estuda, mais você se dedica à sua profissão, melhor você consegue desempenhá-la. Quanto mais você estuda, mais você busca um conhecimento, melhor profissional você será.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Sim, eu, principalmente por ser da área de geografia, acho que a BNCC é fundamental, principalmente por dar espaço as regionalizações, por dar espaço a cada estado, a cada escola. Então ter uma base que contemple tudo isso é muito importante.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Olha, eu não tenho conhecimento porque não chegou até o corpo docente, principalmente das escolas. Não tive acesso.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Pode até ter sido democrático, mas não chegou em todos os âmbitos, então não foi democrático na totalidade, ele não chegou até as mãos principalmente do corpo docente das escolas, não sei se foi questão regional ou não que chegou esse acesso. [...] Não estou questionando que não foi democrático, mas questiono se foi na totalidade ou não, porque não chegou em todos, não foram todos que tiveram acesso.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Não, não teve. Isso que eu disse anteriormente, não tivemos acesso.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Não, até o momento não.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Ele ainda não chegou, até sei que está sendo elaborado, já fiz pesquisas digitais pela internet, mas na*

*escola ainda não chegou de forma palpável, não temos acesso.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Então, igual eu to dizendo, eu tive acesso porque eu fui buscar, busquei pesquisar e ler sobre, mas não é algo que está sendo levado até o corpo docente da escola. [...] Na minha unidade de ensino ainda não, até o momento não.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Então, provavelmente sim, acredito que sim, mas não na totalidade, por exemplo, não são todos, como na minha unidade de ensino a gente não teve acesso ainda.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Não, ainda não está. Porque a gente ainda não teve acesso né, então provavelmente não está [...] não tenho conhecimento.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Acredito que sim, mas como eu não participei da elaboração, então não posso opinar, mas acredito que sim porque tem que estar né, de acordo com a BNCC.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Acho que não, não que eu tenha conhecimento.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Não, ainda não.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Não, não teve ainda não. Não tivemos nenhuma informação na formação continuada, acredito que terá num futuro bem próximo.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Sim, a BNCC dá muito flexibilidade pra essa parte, essa autonomia dos estados. Então, com certeza! [...] Vai da administração de cada Unidade Federativa se eles vão seguir exatamente aquilo ou não, depende de quem está na administração, os gestores né, que aí são eles que vão direcionar. Mas, a BNCC dá total flexibilidade e espaço pra isso.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Não, assim, palpável nas escolas não veio. Mas a gente percebe que no meio digital existe, algumas coisas que o governo disponibiliza sim, mas as vezes não é nem divulgado pro corpo docente.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Sim, estou me preparando já. Já estou estudando e me atualizando dos métodos, das metodologias [...] Por iniciativa minha, já estou me preparando já.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Olha, eu acho que essas mudanças, essas questões tinham que ser mais claras, mais acessíveis ao corpo docente, pra que a gente pudesse trabalhar com mais autoridade sobre o assunto, pudesse opinar melhor sobre isso e depois até pra trabalhar com o documento seria mais fácil também se a gente tivesse acesso à elaboração do mesmo né, então se a gente conhecesse o documento desde o início seria mais fácil de trabalhar com ele.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Eu costumo elaborar sozinho, por mais que tenha a ideia da interdisciplinalidade, mas não é acatada na escola, cada um faz o seu planejamento individual.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Sim, meus planejamentos já estão de acordo com a BNCC, porque eles já estão em campo bem mais acessível, bem mais fácil de trabalhar do que os dos currículos estaduais.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Sim, com certeza. O papel dos professores é fundamental, são eles que vão pôr a mão na massa, eles que vão fazer acontecer.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Sim, levou sim. Principalmente ligadas aos novos meios de comunicação, aos alvos tecnológicos, às mídias sociais, à interação com o mundo global, então eu precisei sim recorrer a outras metodologias.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*De certa forma sim, mas acredito que não notáveis. Acredito que nesse próximo ano letivo mude né, porque é muito cedo.*

## Anexo 5. Transcrição da entrevista P3

1.1. Qual a sua formação acadêmica?

*Eu sou formado em matemática, pela UFMS, que é a Federal do Mato Grosso do Sul de Campo Grande.*

1.2. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Eu me formei no ano de 2018 e eu atuei como professor durante um ano na Escola Verde.*

1.3 Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Olha, eu acho assim que a gente não pode parar no tempo né, então a gente tem que tá em constante aprendizado ali, tá sempre por dentro das mudanças, das novas tecnologias.*

1.3. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*É, uma coisa que considero muito importante porque assim, a graduação é só o início né, então é importante a gente estar em constante aprendizado, constante estudo, pra ficar por dentro de todas essas mudanças aí.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Olha, acredito que sim, e ela é importante e necessária, porque ajuda a de certa forma uniformizar o ensino de todo o país.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Olha, não exatamente, pois acho que nem todo mundo teve contato, não foi do conhecimento de todos, teve um grupo aí ligado ao governo, mas em nível de estado e município não ficou claro como é que se deu esse processo aí, eu não tive mesmo participação, nem fiquei sabendo muito. [...] Vários professores não tiveram conhecimento.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Em partes, acredito que sim, pois teve representantes de vários setores da educação, mas acho que a divulgação e os estudos acho que não ficou bom não, foi falho, porque eu mesmo quase não tive informação sobre isso.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*É, como eu disse, essa parte acho que deixou a desejar, então acho que não.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Então, eu fiquei sabendo que eles ficaram prontos né, porém aqui na escola onde eu atuo eu não tive acesso a eles não.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Pelo que eu tenho conhecimento, não chegou.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Acredito que alguns sim, mas não foram todos não. Eu inclusive não tive.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Olha, acredito que tenha, mas eu acho que não é suficiente pra envolver todo mundo assim, quero dizer no sentido de todos os professores.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Olha, apesar de eu não ter em mãos essas referências curriculares, é do meu conhecimento que teve uma adequação sim.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Eu acredito que sim, mas eu não tinha nenhuma participação nem acesso ao PPP da escola.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Que eu saiba, não.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Eu acredito que não.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Não, não teve.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Eu acredito que sim, mas novamente, eu não tive acesso a esses documentos.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Não, que eu saiba não.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Olha, acredito que não, acho que eu tenho que ter um pouco mais de contato com ela, estudar um pouco mais, ver certinho as competências, habilidades. Acho que não consegui estudar ela ainda não.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Acredito que sejam com relação à formação continuada mesmo, seria importante ter um maior comprometimento da gestão escolar, quanto ao processo de formação, essa questão da formação continuada.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Na maioria das vezes, eu faço sozinho mesmo, dificilmente tenho um colega próximo no mesmo horário que estou fazendo, quase sempre é sozinho.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na

BNCC?

*Acho que mais ou menos, às vezes sim porque a gente tem ali as habilidades da BNCC sempre em mãos pra gente consultar.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Sim, com certeza.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Sim, acho que sim, principalmente essa questão de trabalhar com recursos tecnológicos, procurei dar um uso diferenciado pro celular nas minhas aulas, por exemplo.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Mais ou menos, o planejamento anual já veio com essas habilidades da BNCC né, relacionadas ao nosso componente curricular. Então assim, acho que é.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*Olha, que eu notei mais assim, foi que gerou uma grande inquietação entre os professores né.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Olha, na minha opinião por enquanto não.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*Acho que falta de informação, faltou eu pegar pra estudar, pra ver certinho.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Sinceramente, ainda não.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Acho que se não houver mais incentivos e maior investimento na formação dos professores, creio que não vai haver grandes mudanças não.*

0.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processos de ensino-aprendizagem?

*Sim, acho que se houver um devido comprometimento por parte do governo e das secretárias, eu acredito que sim.*

## Anexo 6. Transcrição da entrevista P4

1.7. Qual a sua formação acadêmica?

*Eu sou formado em Letras, com habilitação em Língua Inglesa.*

1.8. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Eu me formei pela Fafilan, que era uma extensão da Uel, de Londrina, com fundação em torno de 2005. No ano seguinte, eu comecei a trabalhar no Estado de Mato Grosso, município de Tapurah e a partir daí, estou praticando há 12 pra 13 anos na educação e já trabalhei um bom período, mais de 10 anos, numa escola privada também que é em Lucas do Rio Verde e hoje estou aqui atuando como professor de língua portuguesa na Escola Verde.*

1.3. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Além de ter uma boa formação inicial, que toda a equipe, todos os componentes né de uma escola, que te dê condições pra que esse trabalho seja realizado com sucesso, com supervisão, com coordenação, todo um aparato que te dê condições de trabalho.*

1.9. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim, a formação inicial ela tem algumas peculiaridades em relação a vivência em sala de aula, e a formação continuada ao longo do período faz com que o profissional ele acaba se envolvendo ali dentro desse processo, e conhecer as políticas públicas educacionais, que é muito diferente do que você consegue observar num banco de uma faculdade.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Sim, é mais uma tentativa, dentro de uma proposta que busca sanar os problemas da educação no Brasil, pois ela vem de encontro a necessidade real né, adequar o currículo que atenda os quatro cantos do país, respeitando algumas particularidades regionais, mas é uma ferramenta que a longo prazo pode ter bons resultados.*

2.2. Concorde com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Não exatamente, porque de início ela já veio um material engessado, pronto né, organizado pelo alto escalão do governo, não houve uma discussão inicial com os próprios professores, pra ter um entendimento do que seria. No entanto, acho que vale esse processo, independente de não ter acontecido essa consulta.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Não, como ele já veio engessado, com um ciclo de pirâmide invertida, não houve uma consulta prévia dos professores no início da criação desse material.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Não, não foi.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu

conhecimento?

*Eu sei que já existe esses documentos no estado, porém até o momento não tenho conhecimento.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Não tenho conhecimento se ele chegou ou não na escola.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Houve algumas discussões paralelas, mas não com embasamento no documento né, seria como uma proposta de matriz inicial, alguma coisa que estava vindo, mas não foi um estudo aprofundado.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Sim, eles têm essa articulação, porém não é o suficiente, porque da mesma maneira que os professores não tinham noção do que eram os documentos, as próprias assessorias também levaram um tempo pra se adaptar com esse material.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Ainda não, porque depende muito da inclusão, dessa proposta dentro do próprio político pedagógico da escola, em relação ao próprio material didático que ainda não tem essa adequação né, algumas editoras estão correndo atrás, mas ainda não é algo palpável ainda né [...] não é concreto na nossa realidade.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Ele tá em processo de construção, mas não está adequado totalmente a BNCC.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Alguns profissionais foram convidados a participar das discussões, mas foi um número bem reduzido, não houve o retorno após essa mesma discussão.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Não.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Também não.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Eu acredito que sim, mas assim, não posso afirmar com certeza, porque como o país é imenso com dimensões continentais, então em algumas situações ele vai ter que respeitar a particularidade regional, o regionalismo de cada estado.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Não é do meu conhecimento.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Como é um processo novo, eu acredito que vou me preparar aos poucos né, juntamente se tiver a*

*formação continuada né, entender todas as políticas públicas que envolvem essa questão da implementação da BNCC.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*As carências está em relação a própria formação inicial né, que ele já vem com a carência de não ter a vivência por um longo período de estágio em sala de aula né, as mudanças em relação às políticas educacionais que mudam constantemente né, às vezes também a problemática da falta de uma gestão democrática dentro do processo educativo, isso acaba prejudicando.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Em alguns, quando se trabalha com projeto, às vezes o planejamento é feito em grupo, mas a maior parte desse planejamento é feita de forma individual.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Em partes, algumas coisas ele tinha já uma relação, porque a própria BNCC não é algo tão novo assim, já existia umas relações de habilidades e competências que já eram trabalhadas né. Em partes eu acredito que já faz parte do planejamento.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Sim, o professor é a motriz dessa ferramenta.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Sim, a BNCC hoje ela já vem com toda essa questão contemporânea das TI's né, dos recursos tecnológicos, e hoje não tem como você fugir dele né, houve uma grande divergência pro currículo escolar em sala de aula, mas hoje ele é uma ferramenta que deve ser utilizada dentro da sala de aula, que você não vai conseguir desvincular o processo de aprendizagem dos meios tecnológicos.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Foram feitas algumas discussões né, em relação à toda a implementação da BNCC, porém não foi colocado na prática né, ainda temos um longo caminho a percorrer até se adequar a ela no próprio projeto político pedagógico da escola.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*Não, ainda não. Existe uma inquietação muito grande, eu acho que esse processo ele vai levar alguns anos pra que seja observados os resultados.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Ainda é cedo pra dizer, mas acredito que no decorrer do tempo vai aparecer os resultados.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*A falta de informação e uma discussão mais ampla sobre o tema.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Eu percebo que as próprias editoras né, os autores eles tão correndo atrás pra ter um material direcionado com essa questão da própria BNCC, porém nem sempre os conteúdos que estão nos livros*

*vão contemplar a realidade, vai levar um certo tempo esse processo.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Uma maior busca por partes dos professores em relação à formação continuada, que através da formação, através de um estudo mais aprofundado, vai ser efetivamente implementado essa questão da BNCC no currículo.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?

*Sim, com o tempo, isso irá acontecer. É importante né ter um estudo nessa questão da BNCC, porque os resultados eles vão dar a partir de estudos iniciais como esse, e posterior ao andamento desse processo, de todo o desenvolvimento.*

## Anexo 7. Transcrição da entrevista P5

1.10. Qual a sua formação acadêmica?

*Eu sou formada em história, pela UNEMAT, Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso.*

1.11. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Atualmente trabalho na Escola Verde.*

1.3 Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*A educação é uma atividade que ela vem, tem mudanças constantes, então acredito que o mundo, pra um bom profissional hoje, é necessário a formação continuada. Então, todo ano ele precisa se especializar com cursos novos, com o que tem novo no mercado.*

1.12. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*É importantíssimo, porque como eu falei anteriormente, a educação ela vem mudando, o perfil do nosso aluno ele é bastante diversificado, então o professor tem que se atualizar bastante, inclusive nas novas tecnologias pra isso.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Com certeza, a vinda da BNCC ela tá fazendo com que o Brasil tenha uma igualdade na educação, tanto na escola pública quanto particular vão conseguir ter o mesmo currículo, onde todos vão ter o mesmo acesso, a mesma educação.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Então, na verdade eu não concordo muito com a forma como ela foi elaborada, porque não houve a participação efetiva dos professores que tã em sala de aula pra essa formação.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Acredito que não. Porque existe um grupo de pessoas que tem uma formação já bem definida, tem cunho tanto político quanto profissional bem definido, que foram os que elaboraram ela sem a participação do professor que ta em sala de aula.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Que eu tenha conhecimento, não. Não foi tão divulgado assim.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Olha, se chegaram na escola onde eu trabalho, eu não tenho conhecimento, podem até ter chegado, mas não chegou para o professor.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Como eu não sei se chegou realmente, então não tenho como dizer como chegou.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Alguns professores que foram selecionados na escola, tiveram essa participação. Mas, não foram todos, não foi homogênea essa participação.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Acredito que as secretarias e o estado estão trabalhando pra isso, mas não sei como na verdade, porque também não chegou no meu conhecimento como isso foi feito.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Quem trabalha na secretaria com certeza deve ter feito essa adequação, mas não sei também como, porque como a gente não participou desse processo, não tem como a gente saber.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Conheço o projeto político pedagógico da escola, mas não tenho conhecimento profundo da BNCC, então acredito que deve ter sido feito, mas não sei como.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Dos colegas que eu converso na escola, nenhum sabia.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*É, a gente conhece o PPP, mas a gente não fez parte da formação dele, então não sei informar isso, mas acredito que sim.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*É, a formação continuada ela teve pontos, partes que eram sobre a BNCC, mas nada específico sobre a BNCC, com foco na BNCC não.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Do que a gente escuta falar e lê, sim. O problema é que não consigo, como não li, ainda não sei se essa adequação foi feita né. [...] Fala-se que foi feita essa adequação, mas não sei se foi feita.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Até onde eu tenho conhecimento, não. Se teve seria até interessante dizer quais pontos foram alterados, quais foram adequados, e quem foram os profissionais contemplados pra isso né.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Então, é, acredito que não ainda. Porque toda mudança ela gera a lei de uma resistência num certo tempo de adequação, então vai precisar um período aí pra gente conseguir se adequar, até porque a gente não tem conhecimento dela na íntegra.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*É, o professor hoje, além da parte de formação acadêmica inicial, ele precisa também de recursos,*

*porque a BNCC ela fala muito na inserção do aluno nessa parte da pesquisa, nessa parte da utilização de mídias, então o governo ele tem que fornecer tudo isso pro professor também, se não ele não consegue estruturar a escola, se não ele não consegue desenvolver também o projeto na prática.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*É, eu por ser uma pessoa particularidade na minha, costumo elaborar sozinha, mas eu costumo partilhar sempre com colegas tanto pra contribuir, como pra receber contribuições também, porque essa comunicação é muito importante, essa troca de informações é muito importante, muito construtiva na verdade.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*É, na verdade mais ou menos, porque com o passar do tempo o professor ele teve que ir se adequando ao público que ele tem e hoje a BNCC ela ta trabalhando na verdade um pouco com essa questão que o professor já trabalhava, mas não cem por cento, a gente consegue adequar pontos do planejamento, não o total ainda.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Com certeza, a partir do momento que você elabora um projeto como foi elaborado a BNCC, você depende cem por cento do professor pra ele fazer essa implementação, por isso a necessidade do meu ponto de vista, dele ter participado efetivamente da construção dela, pra que ele possa depois colocar isso em sala de aula. Porque às vezes você faz alguma coisa no papel e quando você vai colocar ela na prática a dificuldade não te deixa fazer isso.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*É, sim. Ele leva o professor até a despertar dentro do próprio professor a necessidade né, de busca e de conhecimento por parte de tecnologias, celulares, a questão das mídias novas que estão surgindo hoje por aí. Então isso desperta no professor, sim.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Na verdade, mais ou menos né. Eles foram dados alguns conhecimentos básicos da BNCC, a gente teve que buscar mais essa adequação, mas não foi um trabalho muito específico.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*Dentro do professor, essa inquietação por buscar se adequar a essa nova metodologia. Nos alunos ainda não consigo ver, mas no professor ele criou uma certa inquietação pra buscar se adequar a essa nova metodologia.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Eu acho que com o passar do tempo, sim. Mas a princípio, em um ano, a gente não consegue ver esse resultado ainda.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*A falta de informação e de estudos específicos sobre ela, você sentar com um profissional que tenha realmente trabalhado sobre ela, pra fazer uma formação de professor, uma formação de coordenação, uma formação de direção. Pra que? Pra que a gente possa ir pra sala de aula já com a certeza, com o conhecimento daquilo que a gente tem que fazer.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Eu acredito que é muito cedo ainda pra gente conseguir ver isso, então acho que vai depender de um ciclo ai, de um período pra gente conseguir ver, se você pegar por exemplo ao quinto ano que ta começando hoje, com o quinto ano que começou há cinco anos atrás, ele já vai ter uma leve mudança, agora se você pegar esse mesmo quinto ano daqui cinco anos, ai ele já vai ter uma contribuição muito maior da BNCC em cima dele. [...] Ai da pra ver o resultado, um ano é muito pouco pra você ver resultado, o espaço de tempo é muito curto né, a mudança na verdade é muito grande e ela é lenta e gradual né, ela é um processo.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Eu acredito que tanto da parte do professor quanto do aluno, no professor eu vejo que ele vai ser um professor mais inquieto pra buscar mais informações novas, e eu espero que quando a BNCC esteja realmente toda ela funcionando, que o aluno seja realmente um aluno pesquisador e que seja desenvolvido dentro de cada aluno as habilidades que ele tem né, que acho que é a ideia principal da BNCC.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?

*Com certeza, porque o Brasil tava precisando já fazia muito tempo, que não era adequada a educação brasileira, então acho que isso ai vai contribuir, ao longo do tempo a gente vai conseguir ver esse resultado, vai demorar um pouco, mas a gente vai conseguir ver o resultado la na frente, na formação do aluno que ta saindo pra faculdade, ele já vai sair com um outro perfil, vai sair mais adequado a realidade.*

## Anexo 8. Transcrição da entrevista P6

1.13. Qual a sua formação acadêmica?

*Geografia, licenciada em geografia.*

1.14. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Uma média de quatro anos [...] todo na educação pública.*

1.3 Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*A formação, ela vai levar você a desenvolver melhor em sala de aula teu trabalho, vai te dar condições para que você consiga transmitir teus objetivos, fazendo com que o teu aluno aprenda né. [...] a estrutura da escola vai ajudar, vai facilitar no trabalho do professor.*

1.15. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim, porque a formação ela nunca termina né, então você saiu da graduação e você não pode parar só ali, porque a formação continuada ela vai te permitir a ter novos olhares, a ter novos conhecimentos e assim te transformar em um profissional melhor atuante em sala de aula.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Olha, eu acredito que sim. É um documento né, um planejamento pensado, adequado para a nação, para os estudantes do país inteiro, então eu acredito que é boa.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*De uma certa forma sim, é porque o projeto foi pensado para um todo né, mas não com a participação de todos. [...] Muitos professores foram excluídos, que tão na sala de aula, que conhecem o dia a dia, o que que funciona, o que que não funciona, então esse professor não foi ouvido. Então, por um lado ela é boa, mas por outro, faltou algumas coisas.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Democrático até certo ponto né [...] porque não houve uma participação geral [...] principalmente desse profissional atuante.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*É, divulgado foi, mas com afinco, conhecimento e insistência, não.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Olha, acredito que sim, que chegou, mas a divulgação desse documento nas escolas, não foi tão amplamente divulgado, deixando a desejar, e às vezes o professor por ser tão atarefado acabou passando despercebido isso também, foi focado muito na BNCC e o currículo do estado ficou um pouco a desejar.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Conhecimento, não. Mas acredito que por e-mail né, porque hoje tudo se vem, em sua maioria, por e-mail.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*É, igual eu falei lá na outra resposta. De uma certa forma, alguns professores participaram e outros, não. Então assim, depois que ela já foi implantada, aí sim nas escolas foram lidos os textos, mas não também por completo, não aquele estudo aprofundado, algo assim mais superficial.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Acredito que sim, porque todo início de ano letivo no estado há muitas reuniões de acessoriais, com coordenação de escolas, para discutir o currículo, discutir uma série de coisas.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Olha, é, fica um pouco a desejar, mas acredito que ela tem que tá né. Porque a BNCC ela tem que, é um documento feito, e o currículo do estado tem que caber também aí né, porque o estado tem as suas [...] tem que acompanhar a BNCC, tem suas coisas locais, então tem que tá adequado.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Eu acredito que como ainda é tudo muito novo, as escolas ainda tão se adequando, mas deve estar havendo uma mudança né, agora se é, meu conhecimento total disso, no momento não.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Que eu saiba, não.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*A BNCC eu sei que tinha, porque eu tive ela, eu a utilizei inclusive para o meu planejamento anual, agora do estado, eu não to lembrada no momento não.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Foco totalmente não, mas foi focado também, a BNCC foi discutida, teve palestra, teve uma discussão sim.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Do currículo [...] olha, de uma certa forma sim, outras coisas já são bem específicas né, então é uma flexibilidade sem ser tão flexível assim.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Que eu saiba, não.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Tenho buscado me preparar né, conhecer o documento, ler, buscar adequar o planejamento em cima dos objetivos que vêm, então to buscando esse caminho aí.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*A carência eu acho que é de mais formação continuada né, pra preparar melhor professor, trazer mais palestrantes, pessoas com olhares diferenciados aqui do nosso cotidiano pra melhorar mais né, o nosso trabalho.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Às vezes é coletivo, e outras vezes individual, aí depende do objetivo né. [...] coletivo por área de conhecimento.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Desde que ela entrou em vigor, sim. A gente têm utilizado ela como critério.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Ah, com certeza né. A gente têm buscado caminho, buscado aprender pra que seja um diferencial na implementação de novas políticas educacionais.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Sim, mais leitura, buscar mais diferenciais, buscar quase que o impossível né, pra melhorar nossas aulas, tentar se reinventar todos os dias pra dar conta né.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Específico [...] que eu lembre, não [...] Foi no geral, uma leitura geral, foi o que cada um entendeu e foi isso.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*No meu trabalho [...] olha, a mudança é a minha inquietação primeiro né, o meu buscar, o meu querer, o meu preparar pra depois a gente perceber algum efeito, por enquanto parece que a inquietação é mais do professor né.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Eu acho ainda tudo muito novo, pra já ter alcançado resultado nos alunos né, então o professor tem buscado adequar, tem buscado trabalhar aqueles objetivos que vêm, tem buscado implantar aquilo ali no seu planejamento em sala de aula, então eu acho que o resultado vem logo.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*Eu acho que falta de informação né, precisaria de mais informação, mais leitura, mais conhecimento do projeto, pra que a gente se preparasse melhor, mas parece que foi jogado em cima de nós assim de uma vez, então pra quem participou da construção do projeto ok, quando você participa, quando você escreve, você tá entendendo, mas a pessoa que vai pegar aquilo ali, você vai ler um livro, quando você pega um livro pra ler, às vezes você tem que ler duas, três vezes, quatro vezes, pra você entender né, e principalmente algo que é destinado ao aprendizado de uma população inteira né, inteira não, mas digo dos que estão estudando né, é mais complicado ainda.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Eu acho cedo ainda, pra gente dizer [...] que já há um avanço, eu acho que no profissional de educação*

*já tá havendo uma mudança [...] mas no aluno acho que a gente tem que esperar ainda um pouco.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Boas né, a gente tem que ter esperança, tem que ter confiança, tem que trabalhar pra isso, porque um documento, um projeto feito, por tantos pensadores brasileiros né, tanta gente que participou, nós temos que ter fé nele que ele vá dar resultado.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?

*Sim, a gente só precisa esperar um tempo né, mas eu acho que vem positividade por aí.*

## Anexo 9. Transcrição da entrevista P7

1.16. Qual a sua formação acadêmica?

*A minha formação é em Letras, no Espanhol. Desde 2008 já estou em sala de aula e trabalho hoje com os sétimos anos do ensino fundamental.*

1.17. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Uma escola com uma boa estrutura, bons materiais didáticos, um ambiente agradável né, e uma equipe gestora boa também.*

1.3. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Sim, é de importância porque você vai buscar novos conhecimentos, agregar conhecimento de outras escolas, será um acompanhamento mais permanente da escola fora da sala de aula e isso é importante porque todo conhecimento é válido né.*

1.4. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim, a formação é muito importante, quanto mais você estuda, mais você se dedica à sua profissão, melhor você consegue desempenhá-la. Quanto mais você estuda, mais você busca um conhecimento, melhor profissional você será.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Sim, com certeza. Até porque um estudo né, em uma sequência que tem com todas as escolas, de todas as regiões, sul, sudeste, nordeste, ter o mesmo material, o mesmo parâmetro, que você vai dar uma sequência a esse estudo né.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Sim, é importante. O processo em si quem tomou eu não tenho conhecimento, mas é de suma importância sim.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Olha, na minha opinião é um tema que tem que ser estudado em todas as escolas pra gente ter conhecimento, eu a principio não tenho um argumento agora, mas acredito que é um estudo que tem que se ter né. [...] Na minha opinião, não. [...] E na verdade não é todas as escolas que tem conhecimento, até então a gente nem sabe se chegou a nossa escola, se tá corretamente ou não né, então é de suma importância sim a gente ter conhecimento, mas até o momento eu não tive.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Não, não teve. Isso que eu disse anteriormente, não tivemos acesso.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Não, até o momento não.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Ele ainda não chegou, até sei que está sendo elaborado, já fiz pesquisas digitais pela internet, mas na escola ainda não chegou de forma palpável, não temos acesso.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Então, igual eu to dizendo, eu tive acesso porque eu fui buscar, busquei pesquisar e ler sobre, mas não é algo que está sendo levado até o corpo docente da escola. [...] Na minha unidade de ensino ainda não, até o momento não.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Então, provavelmente sim, acredito que sim, mas não na totalidade, por exemplo, não são todos, como na minha unidade de ensino a gente não teve acesso ainda.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Olha, eu acredito que sim. Até porque na nossa escola tem o estudo todo ano letivo né, pode ser que tenha alguma mudança, mas acredito que sim.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Acredito que sim, mas como eu não participei da elaboração, então não posso opinar, mas acredito que sim porque tem que estar né, de acordo com a BNCC.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Olha, não tenho conhecimento se teve ou não, não tenho.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Não, ainda não.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Acredito que sim, eu particularmente não participei, mas acredito que sim.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Sim, a BNCC dá muito flexibilidade pra essa parte, essa autonomia dos estados. Então, com certeza! Vai da administração de cada Unidade Federativa se eles vão seguir exatamente aquilo ou não, depende de quem está na administração, os gestores né, que aí são eles que vão direcionar. Mas, a BNCC dá total flexibilidade e espaço pra isso.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Não, assim, palpável nas escolas não veio. Mas a gente percebe que no meio digital existe, algumas coisas que o governo disponibiliza sim, mas as vezes não é nem divulgado pro corpo docente.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Sim. De suma importância, sim.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Olha, eu acho que essas mudanças, essas questões tinham que ser mais claras, mais acessíveis ao corpo docente, pra que a gente pudesse trabalhar com mais autoridade sobre o assunto, pudesse opinar melhor sobre isso e depois até pra trabalhar com o documento seria mais fácil também se a gente tivesse acesso à elaboração do mesmo né, então se a gente conhecesse o documento desde o início seria mais fácil de trabalhar com ele.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Eu costumo elaborar sozinho, por mais que tenha a ideia da interdisciplinalidade, mas não é acatada na escola, cada um faz o seu planejamento individual.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Sim, sim.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Com certeza. O professor é a peça fundamental né.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Sim, é porque o ensino em si ele é uma mudança né, você sempre vai ter que tá acompanhando essas mudanças com certeza.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*De certa forma sim, mas acredito que não notáveis. Acredito que nesse próximo ano letivo mude né, porque é muito cedo.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*Na verdade essa mudança tá sendo contínua né, ainda não tá bem [...] não dá pra mencionar se sim ou não, mas está no caminho. Eu acredito que é um percurso que você vai fazendo todos os dias. Mas acredito que sim, há uma inquietação.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Eu acho que é um processo ainda né, é um processo contínuo, não dá pra perceber ainda.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*Na verdade, você saber o caminho né. Porque na verdade o estudo dela ainda não está nas diretrizes, faltou conhecimento. Mas foi isso que eu citei antes, é tudo um caminho que você tem que focar, ainda falta muito estudo.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*No momento, até agora, eu ainda não percebi. Ainda é muito cedo.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Sim, já vai ser possível você dar uma olhada e ver que tá tendo a mudança né. E com certeza, ao decorrer dos anos né, vai acontecer sim.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processos de ensino-aprendizagem?

*Sim, vai né, porque é um processo que ele é contínuo, porque na verdade a educação é um processo que você sempre vai ter mudanças, e é um processo contínuo de mudanças. Essa coisa do professor estudar, de buscar novos conhecimentos, porque na verdade você trabalha com isso, você fica sujeito a mais, a BNCC mostra o quê? Que você tem que buscar, que você tem que sair, que você tem que pesquisar, que você tem que ir a fundo, saber o porquê, se é correto ou não, se vai no caminho ou não, se volta ou vai pra frente. Mas é uma mudança construtiva, você vai construindo aos poucos, até chegar para os alunos.*

## Anexo 10. Transcrição da entrevista P8

1.18. Qual a sua formação acadêmica?

*Formado em Biologia pela Universidade Federal do Mato Grosso.*

1.19. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Sou professor há cinco anos e sempre atuei em escolas da rede pública.*

1.3. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Bom, eu penso que uma boa formação inicial e continuada para que se sinta seguro no domínio de suas aulas. Uma escola bem estruturada e uma gestão engajada também são importante né.*

1.4. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim, muito importante, as políticas educacionais vem mudando, o perfil dos alunos, os modelos de educação são outros e então o olhar do professor sobre todas essas situações devem ir se modificando também. Por isso é essencial continuar sua formação sempre.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Sim, com certeza. Já estava na hora do Brasil pensar num documento que estabeleça parâmetros para que todos os estados adaptem seus currículos. É preciso que haja uma igualdade na educação né, tanto na escola pública quanto privada, e são os currículos de cada unidade federativa que vai garantir essa igualdade né, então com certeza ela é um benefício a mais.*

2.2. Concorde com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Não exatamente, porque em minha opinião faltou um maior envolvimento dos professores atuantes em sala de aula. O pessoal que construiu o documento não está vivenciando a educação na prática, então acredito que haverá um distanciamento entre a teoria do documento e a prática real da sala de aula.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Por conta do que falei anteriormente, não foi democrático. A opinião dos professores, eu acredito não foi ouvida né, e são eles os maiores interessados e os responsáveis pela educação na prática né.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Eles usaram mais a internet como ferramenta de divulgação né, mas infelizmente nem todos têm iniciativas para buscar informações, então eu penso que faltou maior divulgação nas escolas mesmo.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Chegou a meu conhecimento que foi enviado a escola já prontos.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Pelo e-mail institucional da escola enviado pela assessoria pedagógica, eu penso.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Alguns professores participaram de encontros promovidos pelo cefapro, mas foram poucos e as discussões não foram socializadas para os outros né, então é complicado.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*De certa forma sim, mas de forma muito vaga e falha em minha opinião, já que tudo chega atrasado nas escolas e não há tempo para estudos, então é tudo muito solto, muito falho mesmo.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Sim, foi feita essa adequação por uma equipe da própria secretaria do estado e com a participação de alguns professores e do pessoal dos cefapros.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Está em processo de adaptação, mas ainda falta um maior entendimento da própria BNCC, então acredito que será reformulado novamente em 2020 e nos próximos anos subsequentes, eu penso que é isso que irá acontecer né.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Não, infelizmente da nossa escola ninguém participou.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Sim, ele chegou até nós no início do ano, mas o prazo para o PPP ficar pronto era curto e as orientações do cefapro foram confusas, então as coisas foram feitas às pressas né, e não do jeito correto como deveria.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Fizemos alguns estudos, mas superficial até porque não tínhamos total conhecimento sobre ela.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Pelo o que li e compreendi sim, há flexibilidade sim.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Olha, se houve, não é de meu conhecimento.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Então, não, eu ainda não me sinto preparado, mas tenho consciência que preciso buscar estudar né, e procurar me adequar ao que sugere a BNCC.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Eu acredito que na própria formação inicial há falhas né, o professor aprende muitas teorias e a prática é muito diferente, então muitos se perdem aí no caminho, muitos conseguem ao longo do tempo por meio de formação continuada ir se melhorando, mas acredito que o problema maior está na formação inicial mesmo, é o que eu acho.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Na maioria das vezes sozinho, algumas vezes fazemos algumas discussões em grupo e tracamos ideias, mas no geral é sozinho mesmo.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*A BNCC não traz algo tão novo assim, de certa forma tudo já existia ela só organizou de outra forma, então meus planejamentos já meio que segue essa linha da BNCC sim.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Sim, então, como já havia me mencionado anteriormente, é o professor o responsável pela prática da sala de aula, então é ele a peça central de todo esse processo né.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Na verdade ela me levou a ter mais consciência do quanto precisamos nos aperfeiçoar né e inovar em nossas metodologias, principalmente no que diz respeito ao uso das novas tecnologias, então sim, busquei trabalhar mais com os recursos tecnológicos.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Na verdade apoios específicos não, algumas poucas orientações só.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*A mudança que vejo é em relação à formação dos professores que agora ficou muito evidente o quanto é necessária né.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Olha, um ano é pouco tempo e na verdade a BNCC ainda não está de fato implementada, então na aprendizagem do aluno ainda não teve efeito nenhum em minha opinião.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*A falta de uma efetiva articulação entre as secretarias o cefapro e as escolas. Tudo é ainda muito vago né, falta muito estudos ainda, na verdade nem acho que está implementada né, é só o começo ainda.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Não dá pra perceber ainda, porque é tudo muito recente e esse tipo de processo leva tempo para surtir efeito né, acredito que com o tempo irá gerar muitas transformações, mas ainda é cedo para dizer.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Eu acredito que toda essa inquietação dos profissionais né, dos professores, isso é muito bom porque fará com que eles busquem novas formas de se fazer educação e isso é muito bom, trará bons resultados para os alunos que terão um professor melhor preparado né.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?

*Sim, com certeza, já trouxe né, toda essa movimentação, essa necessidade de estudos, isso já é algo bom e com certeza trará um melhor aprendizado para o aluno.*

## Anexo 11. Transcrição da entrevista P9

1.20. Qual a sua formação acadêmica?

*Graduado em Geografia, com especialização em Desenvolvimento Sustentável e mestrado em Agronegócios.*

1.21. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Então, no final dos anos 90, atuei como coordenador pedagógico em projetos pilotos de desenvolvimento de metodologias para a qualificação profissional de trabalhadores para elevação de escolaridade, tanto no Fundamental como Medio. Aí, no início dos anos 2000, integrei a rede pública de educação do Estado de Rondônia como professor de educação básica efetivo, no componente curricular de Geografia. Depois, de um período afastado do magistério, em 2017, assumi o cargo de professor de educação básica efetivo na rede pública de Minas Gerais e em abril de 2018, tomei posse na rede estadual de educação do estado do Mato Grosso, também como professor de educação básica efetivo no componente curricular Geografia. No ano de 2019 exerci a função de Coordenador Pedagógico da Escola Verde.*

1.22. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Eu acredito que a primeira e mais importante condição pedagógica de um professor, a meu sentir, é o estar preparado para o exercício pleno da função, ou seja, ter pleno domínio da área de conhecimento que atua. O segundo ponto é saber conduzir o processo de ensino-aprendizagem de modo que o conhecimento seja apropriado e construído pelo aluno com didática apropriada. Eeee, bem, por fim, tem que dispor de metodologia que conduza à educação plena e integral do aluno, pra formar indivíduos capazes de apresentar bom desempenho profissional, capazes de pensar por si mesmos né e que sejam comprometidos com um mundo sustentável e ético.*

1.23. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sem dúvida, a formação continuada é condição para o bom desempenho da profissão de educador, uma vez que vivemos um mundo de profundas e rápidas transformações impulsionadas pelas novas tecnologias, então, veja bem a formação continuada, quando bem feita, contribui para que o professor se mantenha atualizado, para que ele reformule seus saberes constantemente e se mantenha em sintonia com os interesses dos educandos.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Então, o sistema educacional brasileiro com os atributos que tem hoje, público, universal e gratuito, é bem jovem. Está em fase de amadurecimento na verdade né. Primeiro foi preciso construir um documento legal, ou seja, Constituição de 1988 a LDB de 1996. O segundo passo foi universalizar o atendimento na etapa Fundamental, ou seja, colocar todos para dentro da escola. Na medida em que esse processo não foi acompanhado dos investimentos necessários, tivemos uma perda de qualidade na educação como um todo que permanece até hoje, então eu penso que o próximo passo é elevar a qualidade dessa educação. Nesse sentido, a BNCC representa uma inovação importante, na medida em que ele alinha as competência e habilidade básicas que todo aluno, independente de onde se encontre no território brasileiro, tem o direito de aprender em cada ano ou etapa. Penso também que ela será à base da formação dos novos professores, resultando em profissionais mais bem*

*preparados.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Apesar de um certo embate na fase final, acredito que o processo de construção da BNCC foi adequado. Ela está baseada em um amplo processo de consultas públicas por meio de conferências setoriais em níveis locais, regionais e nacional. Acontece que há uma falta de sintonia com o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, que foi abandonado pelo atual governo. Então, veja bem, os efeitos esperados com a implementação da BNCC podem ser frustrados pela falta dos investimentos previstos no PNE, é o que penso.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Acredito que em grande medida sim, uma vez que o resultado final representa os pontos de vista dos diversos segmentos que atuam na educação.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*A proposta passou por um período de adaptação e adoção voluntária pelas redes públicas e pelas instituições de ensino privados. Nesse período, as editoras que fornecem os livros didáticos também se prepararam para incorporar o novo modelo, então quanto as mudanças se tornaram obrigatórias a concepção já estava bem divulgada e conhecida.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Sim, tanto na fase de consulta como depois da aprovação do documento final.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Por meio da gestão escolar.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Sim, mas acredito que ainda insuficiente. Penso que é necessário um mergulho mais profundo na bases teóricas que fundamentou a BNCC para que ela não seja vista apenas como um conjunto de códigos a ser inserido no planejamento.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Sim, mas, como disse, ainda insuficiente para criar um comprometimento mais efetivo dos professores com a nova norma.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Sim, no ensino fundamental está com objetivos de aprendizagem adaptados à realidade do estado.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Em menor proporção, uma vez que o processo de elaboração e atualização anual do PPP ainda é muito frágil nas escolas do estado. Na escola que atuo não houve atividade com essa finalidade.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Não que eu tenho conhecimento, conheço profissionais que participaram, mas de outras unidades.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Sim, mas na construção do PPP de 2019 o referencial não foi utilizado para esse fim.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Sim, mas ainda insatisfatória. Como disse o tema carece de maior aprofundamento.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Este ano todas as escolas estão obrigadas a incorporar a BNCC.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Não, apenas orientação de como considerar na BNCC no planejamento anual e nos planos de aula, por meio da coordenação pedagógica da unidade.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Gosto de pensar que sim, mas entendo que é um processo de aprendizagem que vai levar algum tempo até ela ser incorporada integralmente.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Acredito que uma forma de superar é melhorar o processo normativo da rede, levando em conta o calendário letivo, isto é, o planejamento do ano letivo deve ser feito no final do ano anterior para que na semana pedagógica todas as normas e orientativo já estejam prontos. Assim, o processo como um todo será mais efetivo e mais confiável.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Na escola em que atuo o planejamento é feito coletivamente e por área de conhecimento. Só que grande parte da planificação acaba acontecendo individualmente, até porque a coordenação solicita que o plano seja entregue individualmente.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Sim, mas confesso que ainda não é um processo natural. A todo momento precisamos nos questionar se o que estou fazendo está ou não alinhado com as aprendizagens e competências previstas né.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Olha, não diria que o trabalho do professor é essencial, visto que a gestão escolar e a rede como um todo tem papel de destaque. Mas, o professor precisa estar motivado e comprometido com a implementação, caso contrário ela se tornará letra morta. Penso que esse desafio é ainda maior para os atuais professores, pois os novos profissionais já serão formados com base nas novas normas.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Não, mas ela tornou o processo de sondagem mais urgente, uma vez que agora ficou mais claro o ponto de chegada, saber o ponto em que o aluno está é essencial para traçar o caminho a ser*

*percorrido.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Além das orientações gerais, há um trabalho feito pela coordenação pedagógica de acompanhamento para a implementação da BNCC no planejamento.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*Veja bem, a principal mudança, a meu ver, está na estrutura do planejamento anual e nos planos de aula, um cuidado maior de relacionar os objetos de conhecimento com as competências e habilidades. Há também uma preocupação maior com os resultados educacionais em andamento, ou seja, não apenas no final do ano letivo. Quanto são detectadas carências são implementados os projetos de intervenção com a finalidade de reverter à deficiência daquele grupo de aluno, essas mudanças são bastante significativas, eu acho.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Penso que os resultados irão aparecer no médio e no longo prazo. Por enquanto, estamos nos adaptando aos novos procedimentos e, aos poucos, os resultados irão aparecer com mais clareza.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*Olha, considerando o público atendido pela escola que trabalho, caracterizado por alunos com pouco ou nenhum apoio familiar, descontinuidade na vida escolar e acúmulo de atrasos de aprendizagem, a BNCC traz um desafio adicional. Fazer um planejamento que, ao mesmo tempo, corrija as carências de aprendizagem que o aluno carrega e atinja as competências e habilidades mínimas, isso não é nada trivial, é um grande desafio.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Creio que hoje ela já faz parte da linguagem e do dia a dia da escola. Há uma intimidade maior com os conceitos, mas não sinto que tenha ocorrido transformação no sistema educacional brasileiro ainda não.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Espero que a rede aproveite o momento para impulsionar a qualidade da educação, estimulando os educadores e demais trabalhadores da educação a abraçarem as novas orientações. Caso isso não ocorra, corre-se o risco da proposta perder potência e se limitar ao campo da semântica, né.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processos de ensino-aprendizagem?

*Sou otimista e, como disse na primeira pergunta, estamos vivendo a fase em que precisamos melhorar a qualidade da educação brasileira, em participar a da rede pública. A BNCC é um mote a ser seguido. Mas, se ela não vingar terá sido mais uma oportunidade perdida, assim como ocorreu com o PNE.*

## Anexo 12. Transcrição da entrevista P10

1.1. Qual a sua formação acadêmica?

*Sou graduada em pedagogia com especialização em educação interdisciplinar.*

1.2. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Bem, eu iniciei quando ainda só tinha o magisterio, fui concursada por uma secretaria municipal de educação...*

*paralelamente aconteceu a jornada da faculdade semi presencial e na sequencia fiz a pos; nesses 23 anos de docencia ja lecionei na educação infantil, todas as turmas dos anos iniciais do ensino fundamental e nas areas de linguagem e humanas nos anos finais; tambem atuei por pelo menos um terço desse tempo na gestão pedagógica.*

1.3. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Acho que em primeiro lugar, turmas não superlotadas, segundo um ambiente agradável , limpo, climatizado, ambientado sabe, outro fato é material do aluno, além daquele basico: caderno, caneta, aquele material que otimizaria o tempo, evitando as copias do quadro, e por último turmas em nivel de proficiencia padronizada, ou pelo menos quase né.*

1.4. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim, porque o mundo não é, ainda bem, estático né.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Acho um documento muito importante que de fato preconiza a intenção de regulamentar a nível de nação quais as aprendizagens necessarias por idade/fase dos estudantes, e ainda pressupõe habilidades e competências a serem desenvolvidas, então é um ótimo documento sim.*

2.2. Concorde com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Acho que a intenção foi válida, pelo que sei foi CNE – conselho nacional de educação, não é isso?*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*A primeira impressão que temos é que foi né.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Na minha escola chegou embora não tenha sido feito estudos aprofundados, nao tenho informações maiores sobre a divulgação ter ou não atingido todos os professores.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Sim, chegaram sim.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Via Seduc MT, enviarm por e-mail.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Sim, muitos tiveram sim, se estudaram de fato aí já não sei.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Sim, não sei se num nível eficaz e de fato eficiente, mas vejo que sim.*

3.2. O currículo do estado onde trabalha está adequado à BNCC?

*Não sei te dizer por que ainda não estudei ambos os documentos, mas acredito que sim.*

3.3. E o projeto político pedagógico da sua escola?

*Não, acho que o ppp da escola precisa se adequar melhor.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Não, não que eu saiba.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Não sei te dizer.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Digamos que, "de leve", desculpa, vamos falar que sim, para não ser irônica.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Não sei comentar sobre isso, infelizmente.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Também não sei te dizer*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Digamos que estou disposta, preparada já não sei, é um processo né, neste caso.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Aplicadores que de fato tenham propriedade do documento que sejam preparados para dar formação.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Parcialmente sozinha, há os momentos de planejamento coletivo, por turmas sabe, mas cada turma é uma realidade né.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Sim, na verdade não é algo tão novo né, já trabalhávamos de certa forma, dessa maneira já.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Na verdade, acho que tem pouca relatividade.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Não, no meu caso não.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Bem pouco viu. Está sendo abordado agora neste ano, em 2019 não.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*A proposta de um mesmo caminho pra todas as escolas né, um planejamentos mais sintonizados entre todas as escolas e regiões do país.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Acho que essa aferição será mais perceptível a médio ou logo prazo, por enquanto é cedo.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*Eu acho que o nível de proficiência das turmas não necessariamente estar a nível de acompanhar o que a BNCC propõe pra idade/série/turma, essa é uma dificuldade bem grande, acho que o que a BNCC pede não está nivelado com a realidade de todos os alunos.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Não, eu não consigo perceber ainda.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Bem, que de fato as aulas acompanhem as habilidade e competências proposta pra turma em questão, e que não fique só no papel né, ou seja no planejamento do professor.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?

*Sim, eu acredito que com o tempo, se ela for de fato implementada trará bons resultados e vai beneficiar os alunos.*

### Anexo 13. Transcrição da entrevista P11

1.24. Qual a sua formação acadêmica?

*Tenho Licenciatura Plena em Letras – Português/Espanhol*

1.25. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Estou em sala de aula já faz 5 anos, bem cinco anos então que leciono, sempre em escola pública.*

1.26. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Olha, eu penso que um ambiente de trabalho acolhedor; equipe de trabalho compreensiva e materiais pedagógicos necessários né, para desenvolver aulas que prendam a atenção do aluno eee, bem, ter mais aparelhos multimidiáticos; fotocópias coloridas; livros didáticos atualizados; laboratório de informática e biblioteca completa e organizada, enfim várias dessas coisas né.*

1.4. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim, porque temos que atualizar para entender o que nossos alunos precisam aprender e como despertar o interesse pelas aulas concorrendo ou aliando-nos às tecnologias, então é importante.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Então, eu penso que a BNCC é uma proposta que tende a ser eficaz no que diz respeito a todos os estudantes terem a mesma base curricular, mas antes de ser implantada deveria haver formação mais detalhada, você não acha? Para todos os professores, eu digo.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Não, eu não concordo porque foi aberta ao público só para cumprir protocolo, na realidade não teve a participação do público não.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Então, na minha opinião não foi democrático, como disse anteriormente, a pesquisa pública foi só para cumprir protocolo.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Divulgada foi, mas já pronta, as discussões antes da construção do documento ficaram muito restritas para alguns grupos né, então houve falha aí.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Sim, nesse começo de ano agora, em 2019 não.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Acredito que por email.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Estudo não teve não, houve só uma leitura do documento, mas assim, de jeito muito superficial sabe.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Na escola em que trabalho não consigo perceber isso.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Sim, porque temos o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso em mãos agora esse ano e percebe que houve sim.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Esse me parece que estão procurando alinhar, mas 2019 não sei não, acho que não.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Olha, não me recordo.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Eu não participei da construção do PPP de 2019.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Ano passado não, este ano que estamos estudando né, nesse começo de ano que parece que estão mais preocupados.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Eu não sei ao certo, mas se tem o DRC-MT deve haver essa flexibilidade sim.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Não que eu tenha conhecimento.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Então, eu estou me preparando, ainda não me sinto completamente preparada entende.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Eu acredito que a carência de formação tecnológica, sabe. Eu busco informações na internet e com os colegas de trabalho, mas isso não é suficiente, penso que nas formações deviam tratar melhor desse assunto.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Então, o anual é em grupo, porém o quinzenal eu faço sozinha porque há divergência no horário da hora atividade do outro profissional.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Sim, procuramos alinhar sim.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam

implementadas?

*Sim, com certeza que é né.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Sim, de certa forma sim, por exemplo, trabalhar mais em grupos deixando os alunos com mais autonomia.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Ano passado não. Este ano que estamos tendo formação a respeito da BNCC.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*Então, o que eu mais percebi foi o incentivo em desenvolvimento a autonomia dos alunos e trabalhar mais com as multimídias, mas isso ainda serão mudanças percebidas ao longo prazo né.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao níveis aprendizagens dos alunos?

*Acredito que serão no futuro sim.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*Então, a falta de aparelhos multimidiáticos, pois aqui na escola que trabalho ainda não atende a demanda, então é complicado viu.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Não, na verdade ainda é muito cedo né para colher resultados.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Eu acredito que os alunos serão mais autônomos e por se implantar mais tecnologia na educação, talvez desperte mais o interesse dos educando para os estudos, eu tenho essa esperança viu.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?

*Sim, eu penso que sim, com o tempo, por enquanto ainda é cedo, mas terá bons resultados sim.*

#### Anexo 14. Transcrição da entrevista P12

1.27. Qual a sua formação acadêmica?

*Licenciatura em Letras Inglês/Português*

1.28. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Faz apenas um ano que estou nessa profissão.*

1.29. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Olha, ainda não sei...*

1.4. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim, eu considero sim, porque é importante nos mantermos atualizados em qualquer profissão devido as constantes descobertas científicas e tecnológicas da atualidade né, por isso é importante.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Sim, entendo a BNCC como um ponto norteador do trabalho do professor, vejo como um benefício sim.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Ainda não tenho conhecimento sobre esse assunto.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Olha, não sei responder.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Também não posso opinar porque não tenho conhecimento.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Sim, por meio de conversas com colegas, e acessando a internet tive conhecimento.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Acredito que foi através da secretaria de Educação.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Não sei responder quanto aos outros professores, no meu caso não, mas estou iniciando agora, então...*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Eu penso que sim.*

3.2. A BNCC está adequada ao currículo do estado onde trabalha?

*Sim, pelo que fiquei sabendo está sim.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Não tive acesso ao documento, mas eu penso que sim, deve estar né.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Pelo que sei não houve não.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Como não participei, eu não sei responder.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Em partes, mas bem superficialmente, até porque tem muitas coisas que não sei, então acho que deixou a desejar.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Há certa flexibilidade no sentido de adaptação dos currículos dos estados e até mesmo do planejamento do professor, até onde pude perceber é isso.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Não que eu saiba.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Sim, acredito que no decorrer do tempo vou me adaptando as mudanças, fazendo os reajustes necessários né, então acredito que sim.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Acredito que, em alguns casos, a falta de formação adequada.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Sozinho, por incompatibilidade de horários com os demais colegas.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Sim, temos que elaborar já pensando nas habilidades que iremos trabalhar né.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Sim, com certeza.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Não, porque iniciei na profissão recentemente.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Apoio para fazer o planejamento anual só.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*Ainda não sei dizer...*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Não tem como saber ainda, acredito que é cedo demais para observar né, preciso de mais tempo eu acho.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*A falta de acesso à internet, visto que muitas das habilidades estão voltadas à linguagem nos meios digitais e na escola que trabalho os alunos não tem acesso à internet e nem laboratório de informática, então é difícil desenvolver essas habilidades né, nessas condições.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*Ainda é cedo, honestamente não consigo perceber.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Melhorias na aprendizagem dos alunos, acredito que depois de implementada a BNCC trará bons resultados para as aprendizagens dos alunos sim.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?

*Sim, eu acredito que sim.*

## Anexo 15. Transcrição da entrevista P13

1.30. Qual a sua formação académica?

*Sou formada Comunicação Social e jornalismo, licenciada em Letras/Inglês e pós-graduanda em Metodologia e Ensino de Língua Portuguesa e Literatura.*

1.31. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Sempre como professora de Língua Portuguesa, atuei por dois anos em turmas do 6º ano, por um ano como professora de Língua Portuguesa em turmas do 8º ano e por dois anos como professora de Língua Portuguesa em turmas do 9º ano, todos os anos pertencentes ao Ensino Fundamental II.*

1.32. Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Olha, para que o professor venha a desempenhar de forma eficaz a sua tarefa de ensinar, destaco como necessárias as seguintes condições pedagógicas: estrutura física adequada da escola, apoio organizacional e pedagógico por parte da gestão escolar, incentivo institucional à capacitação e formação docente, material didático atualizado e ferramentas multimídia, acredito que essas sejam as condições essenciais.*

1.4. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim, com certeza, porque a formação académica permite ao profissional ter mais segurança acerca do trabalho que desempenha em sala de aula, então uma base sólida de conhecimento teórico é fundamental para que o professor esteja mais seguro para inovar nas aulas e lidar com situações inusitadas durante a prática docente. Ressalto, porém, que tal formação não é único fator para que o professor tenha êxito em sua profissão, existem vários outros fatores né.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Acredito que a base seja um benefício para a prática docente, uma vez que o documento acompanha as mudanças nas várias esferas do cotidiano que impactam os indivíduos como seres sociais inseridos em um todo. Acredito que seja também benéfica para os discentes, já que pretende assegurar seu direito em acessar determinados conteúdos em determinado ano escolar. Até porque apesar da riqueza e da variedade culturais do país, que devem ser levadas em consideração por cada região, penso que é preciso haver um currículo comum que unifique a educação enquanto nação, é um benefício com certeza.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Olha, em partes viu, pois houve uma tentativa de democratizá-lo, porém ficou centralizado nas decisões de núcleos específicos de estudo e de consulta.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Bem, nasceu com o intuito de ser, porém acabou sendo centralizado nos núcleos regionais coordenados pelo governo, apesar de terem existido assembleias, chamadas públicas, etc para a elaboração do mesmo. Quando o nome BNCC é citado, percebo que o documento é entendido muito mais como um*

*produto governamental, apesar do esforço contrário.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Foi divulgado, mas não amplamente. Tanto que, no meu caso, lembro que tive acesso quando o documento já estava praticamente pronto e restavam ainda poucos aspectos a serem definidos ou passíveis de mudança.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Não. Fiquei sabendo de modo superficial por meio do endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Desconheço como se deu tal processo.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Não sei dizer quanto aos colegas. Quanto a mim, não.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Para a implementação?*

*Na minha opinião, não.*

3.2. O currículo do estado onde trabalha está adequado à BNCC?

*Acredito que sim.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*O projeto político pedagógico da escola onde atuo está em fase de reescrita, mas à parte que me foi possível discutir, percebi pouca preocupação quanto aos objetivos da base.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Acredito que sim. Uma colega de trabalho mencionou ter estudado o documento mais a fundo.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Desconheço essa informação. Apenas acredito que sim.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Não considero que houve uma apreciação como deveria ter ocorrido, ou seja, de modo mais detalhado. Em relação a 2019, não houve menções significativas ao documento. Inclusive, tendo a gestão escolar citado que a base ainda não era de implantação obrigatória naquele ano. Já em 2020, houve discussão referente às competências gerais e em relação às propostas mais amplas da base, e não por disciplinas.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Acredito que sim.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?  
*Desconheço tal iniciativa.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?  
*Sim, mas poderia estar mais segura a respeito, se tivesse tido mais estudos.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?  
*Então, eu penso que os fatores que extrapolam os muros da escola, como criminalidade, uso de entorpecentes e conflitos familiares e socioeconômicos, têm gerado grande impacto no resultado do processo de ensino-aprendizagem. Bem como a veloz mudança nos meios digitais de comunicação. Portanto, acredito que a falta de formação relativa à mediação de conflitos escolares e ao uso da tecnologia da informação/comunicação é que mais tem afetado os professores. Acredito que podem ser superadas tais carências a partir do momento em que os professores realmente forem ouvidos quanto as suas necessidades, instituindo formações práticas com esses temas, é o que penso.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?  
*Geralmente sozinha, no máximo, em dupla. Percebo que boa parte dos profissionais não gosta de ter sua autonomia "invadida", então fica difícil.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?  
*Sim, centram sim.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?  
*Sim, pois quem está em sala de aula é que realmente conhece a situação da educação em nosso país.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o(a) a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?  
*Não acho que levou a recorrer a outras metodologias, pois já eram usadas, mas fez algumas ganharem mais destaque e terem o seu uso mais frequente. Sendo, por exemplo, o uso de recursos digitais e de ferramentas da internet e a preferência em aplicar atividades em duplas ou em grupos em detrimento das individuais, essas foram algumas mudanças que adotei.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?  
*Não.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?  
*Como estamos no início de tal processo, não consigo apontar de maneira clara as mudanças. Mas posso apontar que a BNCC prioriza a visão do aluno como um ser completo, não apenas um receptor de conteúdo científico, o que é muito bom né.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?  
*Não consegui perceber mudanças na aprendizagem, mas as aulas que de alguma maneira recorrem ao uso de ferramentas digitais são capazes de despertar maior interesse.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*A falta de recursos digitais no ambiente escolar para ampliar os conhecimentos e usos da língua portuguesa, como a falta de laboratório de informática e acesso gratuito à internet, o que obriga o professor a propor algumas atividades apenas na forma de tarefas para casa, o que limita muito a orientação do docente no processo de ensino-aprendizagem.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*A principal transformação é que todos estão mais seguros acerca de qual caminho devemos seguir.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Vislumbro uma perspectiva promissora, uma vez que passados os primeiros anos de implantação, que geralmente são os mais difíceis, professores, gestores e governo estarão mais alinhados sobre os desafios que a BNCC traz, elucidando assim para onde deverão ser destinados os investimentos a fim de que o documento seja cada vez mais plenamente implantado.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?

*Sim, mas se, e apenas se forem feitos investimentos nas escolas e em qualificação para que os professores estejam dotados de meios para fazer aquilo a que são orientados.*

## Anexo 16. Transcrição da entrevista P14

1.33. Qual a sua formação acadêmica?

*Sou formada em Pedagogia com pós em psicopedagogia clínica.*

1.34. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Trabalho na educação pública já faz sete anos, sempre atuei em escola pública.*

1.3 Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Eu acredito que ter uma boa formação inicial e sempre continuar se especializando, bem como trabalhar numa escola que ofereça boa estrutura e tenha uma gestão competente, é isso, eu acho.*

1.35. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Importantíssima né, porque você nunca está pronto, digo, finalizado sabe ãhhh, sempre tem algo mais para aprender e sempre se aperfeiçoar é isso.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Acho que foi um importante passo em termo de parâmetro curricular, já estava na hora de todos terem um só referencial, acredito que ficará mais fácil garantir mais igualdade no ensino, para os alunos eu digo.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Olha, em partes sim, porque o projeto foi bem pensado e houve participação de educadores e disponibilizado para consultas públicas online, o problema é que muitos não dão importância e não procuram se informar e daí fica muito solta sabe, enfim acabada não chegando ao conhecimento de todos.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Talvez em tese sim, mas o propósito não foi efetivado na prática né.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Então, até teve essas divulgações pela internet e até na TV foi falado, mas tudo de forma muito superficial eu penso.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Bom, eu tive a curiosidade de pesquisar e encontrei no site da secretaria de educação, então tive conhecimento sim.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Na escola, não tenho conhecimento de como chegou e se chegou, mas creio que sim né.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a

mesma?

*Oportunidade acredito que até tiveram, mas se fizeram acredito que bem pouco.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Deve ter né, mas para nós professores tem sido bem falho porque quase nada chega até nós.*

3.2. O currículo do estado onde trabalha está adequado à BNCC?

*Tenho conhecimento que sim, já está sim.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*No ano de 2019 não, acho que não, mas para 2020 acredito que será adaptado sim.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Não que eu saiba.*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Acredito que sim, mas não tenho participação nesse processo, então não posso afirmar.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Foi feita uma discussão bem superficial, nada aprofundado não.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Bem pelo que sei a BNCC dá essa abertura para ter essa flexibilidade né, então penso que os responsáveis pela adaptação levou isso em conta na construção do currículo do estado sim.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Que eu saiba não, pelo menos diretamente para as escolas não.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Busco adequar meu planejamento já em consonância com as competências e habilidades sim, ainda há muito o que aprender, mas acredito que estou no caminho.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Eu penso que está na questão do próprio professor mesmo sabe, a maioria são acomodados e não buscam se adequar às mudanças, acredito que para superar é preciso fazer um trabalho de conscientização para que os professores sejam mais proativos, sabe, despertem para todas essas mudanças.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Às vezes é coletivo, mas na maioria das vezes faço sozinha mesmo.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Sim, procuro sempre fazer já nessa linha sim.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Acredito que o professor é a peça central nessa engrenagem né, é o que vai por na prática o que se é pensado em termos de políticas educacionais.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?

*Não muito, até porque sempre procurei pôr em prática uma metodologia mais ativa, e é bem a linguagem da BNCC né, na verdade não é nada tão novo assim que está nela.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?

*Apoios específicos não, na verdade deixou muito a desejar nesse sentido né, você sabe.*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?

*Bom, no meu dia a dia não muitas, mas de maneira geral, as adaptações no currículo do estado, acredito que em relação aos futuros materiais didáticos e até no despertar do professor para a questão de uma formação, de se atualizar né, o que é uma coisa boa.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?

*Ainda é cedo para ver o resultado no aluno, mas no futuro irá sentir sim, o efeito dessas mudanças.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?

*O despreparo da equipe gestora que acredito que seja resultado do despreparo do cefapro e da secretaria também, ou seja, não foi feito estudos suficientes, parece que todos estão perdidos, daí fica muito difícil para nos professores, você não acha?*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?

*No sistema como um todo acho que ainda não, precisa de mais tempo para que a gente possa ver né.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?

*Olha, estou bastante confiante viu, acredito que irá gerar bons resultados, porque tirou os professores da zona de conforto, obrigou eles a estudarem mais, e isso irá refletir também nas aprendizagens dos alunos.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processos de ensino-aprendizagem?

*Sim com certeza, principalmente porque os professores serão e estarão mais engajados né.*

## Anexo 17. Transcrição da entrevista P15

1.36. Qual a sua formação acadêmica?

*Sou professor de Ciências, formado pela Universidade Federal do MT.*

1.37. Qual o seu percurso profissional como professor?

*Comecei a lecionar em 2011 logo após ter me formado, e sempre atuei em escolas públicas, no ensino público.*

1.3 Quais condições pedagógicas considera necessárias para um professor poder desempenhar de forma eficaz a sua profissão?

*Acredito que ter domínio do conhecimento científico necessário, ter boa didática de sala de aula e saber lidar com as diferenças dos alunos e do próprio sistema educacional.*

1.38. Considera importante a formação ao longo da sua carreira? Por quê?

*Sim porque é uma maneira de sempre estar se atualizando em relação às mudanças que sofre a sociedade como um todo.*

2.1. Qual a sua opinião sobre a existência de uma BNCC no Brasil? É um benefício a mais em termos educativos?

*Com certeza é um benefício a mais porque já estava na hora de ter um currículo mais padronizado no Brasil.*

2.2. Concorda com a forma como processou a construção da BNCC? Quem assumiu a liderança do processo?

*Bem, não é que eu concorde completamente, mas os órgãos responsáveis, como um grupo de profissionais ligados aos conselhos de educação são pessoas bem preparadas, enfim. Pelo que eu saiba quem assumiu a liderança é o conselho nacional de educação e posteriormente o MEC.*

2.3. O processo foi democrático? Por quê?

*Pode até ter sido democrático, mas devido à má divulgação, daí eu acho que deixou a desejar.*

2.4. Foi amplamente divulgado para os professores terem acesso às propostas de mudança?

*Como eu disse anteriormente, não, não foi.*

2.5. Os documentos de referência curricular do estado para os anos iniciais e finais chegaram ao seu conhecimento?

*Não, até o momento não.*

2.6. De que maneira é que o documento chegou à sua escola?

*Eu não sei se a escola já tem esse documento, eu nunca vi.*

2.7. Antes da implementação da BNCC, os professores tiveram oportunidade de fazer um estudo sobre a mesma?

*Até foi feito alguns encontros, mas poucos profissionais participaram.*

3.1. Tem existido articulação entre a secretaria do estado, as assessorias, o centro de formação e as escolas?

*Se existe não é do meu conhecimento porque aqui na escola esse assunto é bem pouco tratado.*

3.2. O currículo do estado onde trabalha está adequado à BNCC?

*Tenho conhecimento que sim, embora não tenha acesso ao mesmo.*

3.3. E ao projeto político pedagógico da sua escola?

*Acredito que devem estar fazendo as adaptações, mas eu não participei desde processo ainda, então não sei te dizer com certeza.*

4.1. Houve profissionais da sua unidade de ensino que participaram do alinhamento da BNCC ao currículo do estado?

*Não que eu saiba. Você disse que participou, mas não era dessa escola na época né?*

4.2. Para a construção do projeto político pedagógico do ano letivo (2019) a sua escola já tinha em mãos o referencial curricular do estado alinhado à BNCC?

*Então, como te falei por não participar da construção do PPP não sei dizer nada sobre isso.*

5.1. Na sua escola, a formação continuada teve como propósito a apreciação da BNCC?

*Não, não teve em 2019 não teve não.*

5.2. Existe flexibilidade do currículo do estado em relação à BNCC?

*Eu acredito que sim porque a BNCC dá essa abertura né, para os estados então penso que sim.*

5.3. Houve algum investimento do governo na formação continuada de professores por causa da BNCC?

*Não que eu tenha conhecimento.*

6.1. Está preparado para implementar a BNCC nos anos de escolaridade que leciona?

*Não, acredito que preciso de mais estudos, mas entendimento mesmo dessa nova dinâmica.*

6.2. Quais as carências formativas mais afetam os professores? Como se podem superar?

*Acho que o preparo na profissão mesmo tem muitos professores despreparados e que não buscam se melhorar, bem essa é minha opinião né, acho que deve haver maior comprometimento por parte dos próprios profissionais mesmo.*

7.1. Costuma elaborar seu planejamento de aula sozinho ou em grupo? Por quê?

*Na maioria das vezes sozinho, por conta dos horários que não batem né.*

7.2. Os planejamentos das aulas que elaborou centram-se nas aprendizagens e competências previstas na BNCC?

*Sempre procuro alinhar os conteúdos trabalhados com as habilidades e competências da BNCC sim.*

8.1. Considera que o seu trabalho é essencial para que as novas diretrizes da educação sejam implementadas?

*Na verdade o professor é o executor né, o que coloca na prática, mas não necessariamente o que toma decisão, enfim, mas sendo ele o que está na ponta, depende muito dele para que todo processo exista*

*na prática.*

8.2. A implementação da BNCC levou-o a ter de recorrer a outras metodologias de ensino? Quais?  
*Não muito, só que o uso das tecnologias são essenciais, que não tem como fugir delas.*

8.3. Na sua escola foram dados apoios específicos para a implementação da BNCC? Que apoios?  
*De forma alguma, pelo menos não para mim. Para você foi?*

9.1. Quais foram as principais mudanças geradas pela implementação da BNCC?  
*Para mim a evidência do despreparo dos profissionais, e o quanto precisamos melhorar em questão de formação.*

9.2. Essas mudanças foram significativas ao nível das aprendizagens dos alunos?  
*Toda mudança precisa de tempo para ser notada, penso que ainda é cedo para verificar.*

9.3. Quais foram as principais dificuldades com que se deparou na implementação da BNCC?  
*A falta de informação e a falta de formação mesmo no assunto.*

10.1. Após dois anos da implementação da BNCC, é possível perceber algumas transformações no sistema educacional brasileiro? Quais?  
*Não ainda não dá para perceber.*

10.2. Que perspectivas vislumbra, para os próximos anos?  
*Ah eu penso que se houver comprometimento de todos, pode ser um grande avanço em termos de qualidade no ensino brasileiro, mas precisa que todos façam sua parte.*

10.3. Em sua opinião, a BNCC acabará por gerar efeitos positivos ao nível dos processo de ensino-aprendizagem?  
*Com certeza, mas só se houver compromisso né, e se colocar em prática tudo que por enquanto ainda é muito teórico.*